

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**ADOÇÃO TARDIA: INVESTIGAÇÃO SOBRE PADRÕES DE
RELACIONAMENTO FAMILIAR, COMPORTAMENTO ESCOLAR E SOCIAL**

CRISTINA LOPES PEREIRA

Curitiba
2012

CRISTINA LOPES PEREIRA

**ADOÇÃO TARDIA: INVESTIGAÇÃO SOBRE PADRÕES DE RELACIONAMENTO
FAMILIAR, COMPORTAMENTO ESCOLAR E SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Educação.
Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor
de Educação da Universidade Federal do Paraná.
Linha de Pesquisa: Cognição, Aprendizagem e
Desenvolvimento Humano.
Orientadora: Profa Lidia Natalia Dobrianskyj Weber

Curitiba
2012

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e a minha irmã por todo amor, carinho e dedicação.

A minha orientadora, Lidia Natalia Dobrianskyj Weber, por todos os conhecimentos acadêmicos e pessoais que me proporcionou ao longo de todos estes anos de convivência. Agradeço por ter acreditado meu potencial, mesmo nas circunstâncias mais desafiadoras.

A todos os professores do mestrado com quem tive contato por possibilitarem a ampliação dos meus conhecimentos e por terem sido extremamente atenciosos e compreensivos comigo.

A Eliane e a Ana Paula que me ofereceram muitas palavras de conforto e representaram um apoio essencial para que eu chegasse até aqui.

A Claudia por ter me ajudado com seus conhecimentos e com sua amizade.

A minha grande amiga Cleia, que nunca hesitou em me ouvir e ajudar quando eu precisei.

Aos professores da banca pela gentileza e disponibilidade para ajudarem no aperfeiçoamento deste trabalho.

A todos os pais adotivos que participaram desta pesquisa.

Muito obrigada!

RESUMO

Os estudos acadêmicos sobre adoção tardia são necessários para propiciar visibilidade a um tema que ainda é carente de pesquisas no Brasil e para a construção de conhecimento especializado que auxilie a prática de profissionais da psicologia e da educação que atuam com estas famílias. A presente pesquisa pretendeu descrever vivências de pais e filhos no ambiente escolar e investigar a percepção dos pais sobre a vinculação afetiva com o filho, a ocorrência de problemas de comportamento e como eles avaliam a própria competência no exercício das funções parentais. Esta pesquisa foi realizada com 50 pais que adotaram crianças a partir dos dois anos de idade e cujos filhos estão, atualmente, na faixa etária entre cinco e dezessete anos. Foi utilizada uma amostragem não-probabilística, constituída por conveniência. A composição do grupo de participantes foi realizada por meio do contato com grupos de apoio à adoção em sites de relacionamento e listas de discussão na internet sobre o tema. Os participantes responderam um questionário virtual contendo 40 questões sobre características dos pais, dos filhos, dados da vida escolar da criança ou adolescente e dados sobre o relacionamento afetivo. Os pais responderam também três instrumentos: a Subescala de Comportamentos Problemáticos que faz parte do Sistema de Avaliação de Competências Sociais; a Escala de Senso de Competência Parental e o Inventário de Vinculação Afetiva na Infância e Adolescência. Os dados indicaram que a maioria dos pais transmitiram informações para a escola sobre a adoção do seu filho e avaliaram de forma positiva o seu desempenho acadêmico. Entre as crianças que apresentam dificuldades escolares, os aspectos mais citados pelos pais foram os problemas de concentração, de aprendizagem e de relacionamento interpessoal. Os filhos que apresentam dificuldades escolares apresentam uma frequência menor de comportamentos característicos do padrão de vinculação seguro, mais problemas de comportamento e seus pais relatam menor satisfação com as funções parentais. Os dados coletados mostram que a maior parte dos pais não encontrou dificuldades na vinculação afetiva com o seu filho. Entre os participantes que indicaram dificuldades no relacionamento afetivo, verificou-se o relato de menor senso de eficácia, interesse e competência parental e maior quantidade de comportamentos relacionados ao padrão de vinculação ambivalente nos filhos.

Palavras-chave: adoção tardia, vinculação afetiva, escolarização.

ABSTRACT

The academic studies on late adoption are necessary to provide visibility to a subject which research is still lacking in Brazil and also to construct an expert knowledge which will help the practice of professionals of psychology and education who work with the families. The present research intended to describe the experiences of parents and children in the school environment and to investigate the perception of parents about the emotional attachment with the child, the occurrence of behavior problems and how they evaluate their competence in the exercise of parental functions. The research was conducted with 50 parents who adopted two years old children and whose are currently aged between five and seventeen years old. It was used a non-probability sampling of convenience. The composition of the group of participants was conducted through contact with adoption support groups on social networking sites and discussion lists. The participants answered a virtual questionnaire consisted of 40 questions about parents and children characteristics and also school-life and affective relationship data of the child or adolescent. Parents also answered three instruments: Behavior Problems Scale, which is part of Social Skills Rating System; Parenting Sense of Competence Scale and Inventory of Attachment in Childhood and Adolescence. Data indicated that most of the parents provided information to school about the adoption of their child and positively evaluated their academic performance. Among children who have learning difficulties, the aspects most often cited by parents were problems of concentration, learning and interpersonal relationship. Children who have learning disabilities had a lower frequency of characteristic moods of secure attachment pattern besides behavior problems and their parents related less satisfaction with parenting functions. Collected data show that most of the parents did not find difficulties in attachment with their child. Among participants who related difficulties in attachment there was a report of lower sense of parental efficacy, interest and competence and a larger number of actions related to the ambivalent attachment pattern in children.

Key-words: late adoption, attachment, schooling.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Religião dos participantes.....	50
Figura 2: Quantidade de filhos biológicos.....	52
Figura 3: Quantidade de filhos adotivos.....	53
Figura 4: Faixa etária dos filhos quando foram adotados.....	55
Figura 5: Faixa etária atual dos filhos.....	55
Figura 6: Filho já foi tratado diferente por alguém na escola pelo fato de ter sido adotado.....	71
Figura 7: Como o filho se relaciona com colegas de classe.....	72
Figura 8: Motivos pelos quais os pais mudaram as crianças de escola.....	74
Figura 9: Estilo de vinculação predominante.....	77
Figura 10: Relação entre estilos de vinculação e prática religiosa.....	78
Figura 11: Problemas de saúde e estilos de vinculação.....	79
Figura 12: Dificuldades no relacionamento afetivo e estilos de vinculação do filho...	80
Figura 13: Experiências de discriminações e problemas de comportamentos totais categorizados em baixo, médio e elevado escore.....	83
Figura 14: Dificuldades de vinculação afetiva e a competência parental categorizada em baixa, média e elevada.....	85
Figura 15: Dificuldades escolares apresentadas pelo filho e competência parental categorizada em abaixa, média e elevada.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escolaridade dos participantes.....	50
Tabela 3: Cor de pele dos pais adotivos.....	51
Tabela 4: Cor de pele dos filhos adotados.....	56
Tabela 5: Problemas de saúde na época da adoção.....	57
Tabela 6: Filho passou por tentativas anteriores de adoção.....	58
Tabela 7: Tempo em que o filho passou em instituições.....	59
Tabela 8: Motivos para o abrigamento.....	60
Tabela 9: Como ocorreu o processo de vinculação afetiva entre seu filho e você...	61
Tabela 10: Existiram dificuldades de vinculação entre você e seu filho.....	62
Tabela 11: Quanto tempo demorou para seu filho lhe chamar de mãe/pai.....	63
Tabela 12: Em qual série escolar seu filho estuda.....	65
Tabela 13: Informações transmitidas à escola sobre a adoção do filho.....	65
Tabela 14: Filho apresenta alguma dificuldade escolar.....	67
Tabela 15: Desempenho escolar do filho conforme a percepção dos pais.....	68
Tabela 16: Filho passou por algum constrangimento no ambiente escolar por ter sido adotado.....	69
Tabela 17: Conselhos dos pais para professores e educadores.....	72
Tabela 18: Série em que estava o filho quando foi adotado.....	74
Tabela 19: Se houve mudança de escola, como foi a adaptação do filho.....	75
Tabela 20: Correlação entre escores em cada estilo de vinculação, problemas de comportamento (escore total) e competência parental (escore total).....	86
Tabela 21: Correlações entre escores em cada estilo de vinculação e subdimensões dos instrumentos de competência parental e problemas de comportamento.....	87

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	10
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivos gerais	10
1.2.2 Objetivos específicos	10
2. REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 A ADOÇÃO TARDIA NO BRASIL	12
2.1.1 O acolhimento institucional de crianças e adolescentes	12
2.1.2 Preferências dos candidatos à adoção	15
2.1.3 Preparação e adaptação para a adoção tardia.....	18
2.2 VINCULAÇÃO AFETIVA NA ADOÇÃO TARDIA	20
2.2.1 Aspectos teóricos relevantes sobre a vinculação afetiva entre pais e filhos.....	21
2.2.2 Aspectos que podem auxiliar a vinculação afetiva em famílias que adotam crianças maiores	25
2.2.3 Pesquisas sobre vinculação afetiva e adoção de crianças maiores	29
2.3 PROBLEMAS DE COMPORTAMENTOS E ADOÇÃO TARDIA	32
2.3.1 Histórico de vida anterior à adoção	34
2.3.2 Relacionamento atual entre pais e filhos por adoção	36
2.4 ADOÇÃO E ESCOLA	38
3. MÉTODO.....	44
3.1 PARTICIPANTES	44
3.2 INSTRUMENTOS	45
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	47
3.4. ANÁLISE DE DADOS	48
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	50
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS	50
5.2 CARACTERÍSTICAS E HISTÓRICO DA CRIANÇA ADOTADA	54
5.3 VINCULAÇÃO AFETIVA E CONVIVÊNCIA FAMILIAR.....	61
5.4 VIVÊNCIAS ESCOLARES.....	65
5.5 VARIÁVEIS COMPORTAMENTAIS DE PAIS E FILHOS.....	76

5.5.1 Vinculação afetiva.....	76
5.5.2 Problemas de comportamento.....	82
5.5.3 Competência parental.....	84
5. CONCLUSÕES	86
6. REFERÊNCIAS.....	91
7. ANEXOS.....	104

1. INTRODUÇÃO

A adoção de crianças a partir dos dois anos ou adoção tardia, é uma prática pouco frequente, embora seja considerada extremamente necessária pelos profissionais militantes na área da infância e juventude. A barreira da idade, principalmente, faz com que muitas crianças e adolescentes à espera da adoção tenham poucas chances de serem colocadas em uma família e, por este motivo, são consideradas, praticamente, como “inadotáveis”. Assim, pesquisas que investiguem e esclareçam aspectos relacionados com a adoção tardia são importantes e necessárias.

Esta dissertação pretende contribuir para a discussão acadêmica sobre o tema, analisando a percepção dos pais que realizaram adoções tardias a respeito da vinculação afetiva com o filho, os sentimentos associados às funções parentais, além de aspectos afetivos, comportamentais e escolares do filho, conforme o relato dos pais.

A adoção tardia envolve algumas particularidades que não são encontradas na adoção de crianças menores. As crianças adotadas com maior idade muitas vezes passaram por experiências envolvendo abandono, abuso e negligência. Adotar crianças com este perfil exige dos adotantes comprometimento, preparação e flexibilidade.

Uma pesquisa realizada no Brasil com famílias adotivas mostrou que os pais relataram maiores dificuldades no relacionamento afetivo e na educação de crianças adotadas com mais idade (WEBER, 2003). É necessário destacar que a adoção tardia é pouco praticada no Brasil e a dificuldade de educar uma criança mais velha é um dos principais argumentos utilizados pelos adotantes contra esta forma de adoção (CAMARGO, 2005a; WEBER, 1999b).

Neste contexto, a análise e discussão de temas relacionados ao relacionamento, interação familiar e desenvolvimento da criança que foi adotada com mais idade é importante pelo seu potencial para nortear intervenções de profissionais que trabalham na orientação e acompanhamento de pretendentes à adoção e famílias adotivas.

O interesse da pesquisadora pela temática origina-se em sua vivência familiar com a adoção da sua irmã e em sua experiência acadêmica durante a graduação

universitária. No curso de Psicologia, participou de pesquisas de Iniciação Científica sobre Práticas Educativas e Adoção conduzidas no Núcleo de Análise do Comportamento (UFPR), que é coordenado pela professora Dra Lidia N.D. Weber. O desejo de aprofundar os estudos sobre o tema apresentado conduziu a autora deste trabalho ao Mestrado em Educação.

A adoção de crianças é um tema com literatura acadêmica escassa no país. O estudo dos diferentes aspectos da adoção pode auxiliar a desmistificar o tema, favorecer a sua aceitação na sociedade brasileira, além de incentivar a prática das adoções menos frequentes, como ainda é o caso das adoções tardias.

1.1 Abordagem do problema

O problema da presente pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira:

Quais percepções possuem os pais que realizaram adoções tardias a respeito das próprias competências parentais e da vinculação afetiva estabelecida com o filho? Como estes pais avaliam aspectos afetivos, comportamentais e escolares do seu filho que foi adotado a partir dos dois anos?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivos gerais

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a percepção e o relato de pais que realizaram adoções tardias sobre aspectos afetivos, comportamentais e escolares do filho, além de competências parentais e vínculos afetivos estabelecidos com a criança adotada.

1.2.2 Objetivos específicos

- a)** Descrever características sociodemográficas dos pais que adotaram crianças a partir dos dois anos de idade;
- b)** Descrever dados sociodemográficos e características do histórico de vida das

crianças que foram adotadas a partir dos dois anos de idade;

- c)** Descrever a percepção dos pais sobre a vinculação afetiva estabelecida com o filho que foi adotado;
- d)** Caracterizar a percepção dos pais sobre as possíveis dificuldades encontradas pelo filho no ambiente escolar, seu desempenho escolar e a interação com colegas de classe;
- e)** Investigar se os pais relatam possíveis situações de discriminação ou constrangimentos vivenciadas por eles ou pela criança no ambiente escolar;
- f)** Verificar se os pais consideram importante passar informações sobre a adoção da criança para a escola e quais dados consideram relevantes para serem divulgados;
- g)** Averiguar a percepção que os pais possuem quanto ao padrão de vinculação afetiva que a criança adotada com mais de dois anos de idade apresenta;
- h)** Investigar a percepção dos participantes quanto à própria competência parental, a satisfação e o interesse com o papel parental e o quanto eles sentem-se eficazes em sua função de pais;
- i)** Investigar a ocorrência de comportamentos problemáticos internalizados, externalizados e de hiperatividade apresentados pela criança atualmente, conforme o relato dos pais;
- j)** Analisar as relações entre o estilo de vinculação afetiva do filho, a percepção de competência parental e a incidência de problemas de comportamentos apresentados pela criança.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A ADOÇÃO TARDIA NO BRASIL

Para compreender as especificidades associadas à adoção tardia é necessário apresentar informações sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes e as preferências dos candidatos à adoção. A apresentação destes tópicos permitirá vislumbrar com maior clareza o contexto em que está inserida essa prática no Brasil.

2.1.1 O acolhimento institucional de crianças e adolescentes

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é considerado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) uma medida de proteção excepcional e temporária para aqueles que tiveram seus direitos violados (BRASIL, 1990).

De acordo com o ECA, a colocação da criança ou adolescente para a adoção é uma medida excepcional e que somente deve ser realizada quando se esgotarem as possibilidades de mantê-los junto à família natural ou à família extensa. O estatuto determina que se a família natural não for capaz de manter os filhos em função de fatores socioeconômicos, este fator isolado não deve determinar a destituição do poder familiar e a família deve ser encaminhada a programas oficiais de auxílio financeiro. Se há outros fatores de risco associados que impedem a permanência ou reintegração da criança com os pais de origem, deve ser considerada a possibilidade de colocá-la sob a responsabilidade de um membro da família extensa, com o qual a criança ou adolescente possua convivência, afinidade e vinculação afetiva.

Dados coletados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 589 abrigos do país indicam que os principais motivos para o abrigamento de crianças e adolescentes são a falta de recursos materiais (24,1%), o abandono dos responsáveis (18,8%), a violência doméstica (11,6%), a dependência química dos responsáveis (11,3%), a vivência de rua (7,0%); a orfandade (5,2%); a prisão dos pais (3,5%) e o abuso sexual (3,3%).

Os dados do IPEA apontam que uma parcela significativa de crianças e

adolescentes mora em abrigos há mais de dois anos (52,6%), sendo que entre estes, 32,9% já vivia em instituições por um período entre dois e cinco anos na época em que foram coletados os dados; 13,3% já permanecia abrigado entre seis e dez anos e 6,4%, por um período maior que 10 anos. Embora 41,8% das crianças e adolescentes não mantivessem vínculos com a família de origem ou extensa, apenas 10,7% encontrava-se disponível para a adoção (SILVA, 2004).

Há uma série de fatores que interferem na agilidade e na eficiência das decisões judiciais relacionadas à reintegração, destituição do poder familiar ou colocação para a adoção, o que, conseqüentemente, prolonga a permanência de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional. Entre estes fatores, destacam-se a morosidade do sistema judicial; a comunicação insuficiente entre instituições e Poder Judiciário; a existência de irregularidades processuais nas práticas de abrigamento; a sobreposição de competências e a falta de coordenação entre os diferentes profissionais que atuam no âmbito da infância e juventude; a falta de profissionais e recursos em abrigos e nas equipes técnicas do Poder Judiciário para atuar rapidamente na reintegração familiar quando ela é viável; a crença de que a manutenção do filho com sua família de origem ou extensa deve ser tentada persistentemente, mesmo quando a reintegração é arriscada ou pouco provável e, por fim, a descrença de membros de equipes técnicas quanto à possibilidade de adoção de crianças mais velhas, especialmente quando elas chegam à faixa etária entre oito e dez anos (WEBER, 1995; BITTENCOURT, 2010; NASCIMENTO; LACAZ; ALVARENGA FILHO, 2010; NASCIMENTO; LACAZ; TRAVASSOS, 2010; ROSA; SANTOS; MELO; SOUZA, 2010; SASSON; SUZUKI, 2011).

Algumas alterações importantes foram realizadas recentemente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre elas a inclusão de artigos com o objetivo de agilizar as tomadas de decisões quanto à reintegração, destituição ou colocação para a adoção (Lei 12.010 - BRASIL, 2009). O ECA agora prevê que cada criança ou adolescente em acolhimento institucional deve ter sua situação jurídica reavaliada a cada seis meses por equipes técnicas e que a permanência da criança em instituições não deve exceder o período de dois anos, exceto em casos necessariamente comprovados.

Estas mudanças no ECA ainda são recentes demais para avaliar seus efeitos, entretanto, os esforços para tornar mais breve a permanência de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional são necessários e

fundamentais.

A institucionalização apresenta uma série de características negativas que em conjunto acarretam prejuízos para o desenvolvimento infantil. Diferentes pesquisas apontam que as instituições de acolhimento caracterizam-se, em maior ou menor grau, por ausência de tratamento personalizado, expressão de afeto insuficiente, privação de convivência familiar, privação de experiências que permitam o desenvolvimento de autonomia e de competências sociais, uso de estratégias coercitivas e punitivas como forma de disciplina e descontinuidade de vínculos afetivos estabelecidos com cuidadores ou outras crianças, em função da rotatividade de funcionários ou mudança de instituição por causa da idade das crianças e adolescentes (WEBER; KOSSOBUDZKI, 1996; WEBER, 1999a; BARROS; FIAMENGHI JR, 2007; CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007; OLIVEIRA; WEBER; LIMA; PEREIRA, 2009; NASCIMENTO *et al.*, 2010; PRADA; WEBER, 2006; ROSA *et al.*, 2010).

Há um consenso de que a institucionalização envolve a influência de vários fatores de risco e que a natureza, a quantidade e a intensidade destes fatores, em conjunto, definirão o quão prejudicial esta experiência implicará para o desenvolvimento infantil (CAVALCANTE *et al.*, 2007).

Antes da promulgação do ECA em 1990, as instituições caracterizavam-se por rotinas padronizadas, grande rotatividade de funcionários, espaço físico maior, número elevado de crianças, e ambiente massificante, o qual não permitia o desenvolvimento da individualidade das crianças nem o estabelecimento de relações afetivas entre elas e os cuidadores. Atualmente, as casas-lares são consideradas o modelo mais adequado de acolhimento institucional. Elas diferem das antigas instituições pelo número reduzido de crianças, que são cuidadas por pais sociais, em um ambiente que se assemelha ao de uma família e, portanto, possibilita maior individualidade e vinculação afetiva mais estável (PRADA; WEBER, 2006; PRADA; WILLIAMS; WEBER, 2007; SEQUEIRA, 2009). Entretanto, as mudanças culturais nos programas de acolhimento têm ocorrido de forma lenta e ainda muitas existem instituições com características anteriores ao ECA (RIZZINI; RIZZINI, 2004; SEQUEIRA, 2009).

Contudo, é preciso esclarecer que por melhor que seja um abrigo, ele não é, necessariamente, um lar. Assim, qualquer instituição de acolhimento seria incapaz de oferecer a intimidade, a proximidade e a afetuosidade que somente uma

convivência familiar poderia proporcionar (WEBER; KOSSOBUDZKI, 1996; CAVALCANTE *et al.*, 2007).

Para muitas crianças e adolescentes em acolhimento institucional e que estão em condições de serem colocadas em famílias substitutas, a adoção seria a única chance de vivenciar as experiências únicas que uma família pode propiciar. Porém, um fator adicional que pode dificultar a inserção delas em uma família é o desencontro acentuado entre a realidade das crianças disponíveis para a adoção e as preferências das pessoas interessadas em adotar.

2.1.2 Preferências dos candidatos à adoção

As crianças que se encontram disponíveis para a adoção no Brasil possuem características muito distintas da criança idealizada pela qual a maioria dos pretendentes deseja.

Os dados coletados pelo IPEA evidenciam que entre as crianças e adolescentes abrigados há uma prevalência de meninos, com a cor de pele negra e na faixa etária entre 7 e 15 anos de idade (SILVA, 2004). Entretanto, a criança idealizada pela maioria dos pretendentes, possui características bem distintas das elencadas.

Em relação ao sexo da criança desejada para a adoção, algumas pesquisas nacionais realizadas com pretendentes mostram uma leve preferência pelas meninas (WEBER, 1999a; LEVY; PINHO, 2004; AMIM; MENANDRO, 2007), enquanto outros trabalhos apontam que os pretendentes, na maioria, são indiferentes quanto ao sexo da criança (WEBER, 1998a; VIEIRA, 2003; MELLO; MICHELETTI; LEITE, 2005; WEBER; PEREIRA, 2010).

A preferência pela adoção de meninas pode proceder do estereótipo social de que elas são mais fáceis de educar, mais dóceis, carinhosas e companheiras do que os meninos, os quais, por sua vez, são vistos como mais rebeldes, agressivos e menos apegados com a família (VIEIRA, 2003). Por outro lado, a opção de não escolher o sexo da criança é uma prática mais frequente entre os adotantes que não possuem filhos biológicos (WEBER; PEREIRA, 2010). Para alguns pretendentes, não optar pelo sexo da criança seria uma forma de vivenciar uma experiência similar

ao processo de gestação, no qual não é possível escolher, naturalmente, o sexo do filho (AMIM; MENANDRO, 2007).

Quanto à cor de pele da criança desejada pelos pretendentes, há uma preferência por crianças brancas (WEBER, 1998a; WEBER 1999a; VIEIRA, 2003; LEVY; PINHO, 2004; AMIM; MENANDRO, 2007), com exceção de um estudo que encontrou uma porcentagem similar de pretendentes interessados em adotar crianças brancas ou com cor de pele parda clara (MELLO *et al.*, 2005).

A opção por crianças de cor de pele branca, explica-se pelo fato de que a maioria dos adotantes também possui esta cor de pele (COIMBRA, 2005) e deseja adotar uma criança que tenha uma cor de pele similar a deles. Amim e Menandro (2007) indicam que se a criança apresenta a cor de pele próxima a, pelo menos, um dos pais adotivos, existe a possibilidade de simular para a sociedade uma paternidade biológica. Muitos casais brancos justificam a recusa pela adoção de crianças negras com o argumento de que a sociedade é preconceituosa e que a criança sofreria discriminação e dificuldades na socialização, mas não consideram a própria atitude como reforçadora de preconceitos (JOJIMA, 1991; ALMEIDA; RESENDE, 2006).

Costa e Campos (2003) constataram que, para os adotantes, a busca por semelhanças físicas é um aspecto relevante no estabelecimento de vínculos afetivos entre a criança e os pais adotivos:

(...) para algumas famílias, a questão da semelhança física é fundamental para o exercício adequado da parentalidade e para a construção do vínculo e/ou desenvolvimento do sentimento de amor para com a criança (COSTA; CAMPOS, 2003, p.226).

Na opinião das autoras, as similaridades físicas entre pais e a criança reforçam um vínculo de parentalidade que poderia estar ameaçado pela ausência de laços biológicos.

Em relação à idade da criança desejada para a adoção, há uma preferência clara pelas crianças mais novas. Alguns pretendentes aceitam adotar crianças até três anos de idade, mas a maioria deseja adotar crianças com menos de dois anos, preferencialmente, aquelas com até um ano de idade (WEBER, 1998a; 1999a; VIEIRA, 2003; LEVY; PINHO, 2004; AMIM; MENANDRO, 2007; MARIANO; ROSSETI-FERREIRA, 2008; WEBER; PEREIRA, 2010).

Um dos motivos que explicam a preferência por crianças mais novas é o fato de a maioria dos pretendentes não possuir filhos biológicos, o que os faz valorizar,

significativamente, a adoção de bebês com o objetivo de vivenciar a paternidade e o desenvolvimento da criança em todas as suas fases (CAMARGO, 2005b; BRIND, 2008; SASSON; SUZUKI, 2011). Vieira (2004) constatou que casais que já têm filhos, sejam eles biológicos ou adotivos, são mais abertos a respeito da adoção tardia.

Os adotantes temem a adoção tardia por acreditarem que a adaptação, a vinculação afetiva e a educação de uma criança mais velha seriam muito mais complexas ou desafiadoras (EBRAHIM, 2001a; CAMARGO 2005a; BRIND, 2008). Camargo (2005a) e Brind (2008) destacam o desejo que os adotantes têm de influenciar e “moldar” o seu filho adotivo, conforme os seus princípios e valores próprios. Entretanto, muitos compartilham a crença de que a personalidade infantil se desenvolve precocemente e que ela é imutável, portanto, neste contexto, a adoção tardia seria problemática porque a modificação de comportamentos e hábitos adquiridos pela criança seria muito mais difícil ou até improvável (SASSON; SUZUKI, 2011; CAMARGO, 2005a, 2005b). Além disso, Vargas (1998) menciona que os adotantes temem que as vivências adversas do passado tenham afetado a criança definitivamente e que ela não irá superar estas experiências, independente da quantidade de cuidados e afeto recebidos.

Amostras de pesquisas nacionais, compostas por conveniência, com pais adotivos sugerem que uma pequena porcentagem constitui-se de pessoas que realizaram adoções tardias. Weber (2001) em uma amostra de 240 pais constatou uma incidência de 14,8% de pais que adotaram crianças com idade acima de dois anos; Schettini (2007) encontrou uma porcentagem de 16,0% em uma amostra de 200 pais adotivos e Weber e Pereira (2009) encontraram uma porcentagem de 22,0% em um estudo composto por 203 pais adotivos.

Ebrahim (2001a) em uma amostra de famílias que comparava adotantes que realizaram adoções convencionais e tardias verificou que aqueles que realizaram adoções tardias tinham idade média mais alta, nível socioeconômico mais elevado, maior frequência de filhos biológicos, maior frequência de pessoas solteiras (apesar de em ambas as amostragens os adotantes casados fossem predominantes), além de maturidade e estabilidade emocional elevada.

A decisão de adotar uma criança mais velha está, muitas vezes, relacionada a uma visão mais altruísta da adoção. Geralmente, valores solidários e religiosos são indicados como motivação para a adoção entre estes adotantes (EBRAHIM, 2001a;

DIAS; SILVA; FONSECA, 2008).

2.1.3 Preparação e Adaptação para a Adoção Tardia

A forma como a transição entre a instituição e a família adotiva é realizada pode influenciar o sucesso da integração da criança a seu novo lar. É recomendada que esta transição não seja repentina e sem planejamentos.

É fundamental que a criança e os adotantes sejam preparados para a adoção. No entanto, o que se constata é que esta preparação é uma prática pouco frequente, especialmente no caso das crianças (WEBER, 1999a; 2001; SILVA, 2009), com exceção das adoções internacionais (LIMA, 2006).

Informar a criança sobre a sua condição jurídica é o primeiro passo para prepará-la para a colocação em uma família adotiva. Weber (2005) e Bittencourt (2010) pontuam a importância de informar à criança, respeitando sua capacidade de compreensão, sobre os motivos pelos quais ela foi afastada da convivência familiar e explicar a sua situação jurídica, isto é, se existe possibilidade real dela retornar a sua família de origem ou se será adotada.

Algumas crianças que são colocadas para a adoção permanecem com esperanças de retornar à sua família de origem, mesmo quando esta possibilidade não é mais viável. A falta de esclarecimentos sobre sua condição jurídica pode dificultar e comprometer a sua adaptação a uma família adotiva (LIMA, 2011).

Além destes aspectos, o processo de preparação envolve cuidados na aproximação da criança com os pretendentes à adoção e no seu desligamento do abrigo.

A separação da criança em relação aos seus cuidadores e as demais crianças do abrigo não deve ser repentina. Assim como a aproximação dela com os futuros pais adotivos precisa ser gradativa por meio de encontros periódicos que vão se tornando cada vez mais frequentes (GUARÁ, 2006).

O momento de despedida da criança da instituição é importante e significativo na sua história de vida e esta circunstância pode suscitar diversas emoções contraditórias, como entusiasmo, medo e ansiedade, por exemplo. Mesmo que os pais adotivos preferissem esquecer o passado da criança e “fingir” que a sua vida começou com a adoção, o seu passado, inclusive as vivências institucionais e os

vínculos estabelecidos com cuidadores e outras crianças foram importantes e fazem parte da história da criança. Quando a despedida for eminente, os pais podem tirar fotos da criança com seus cuidadores e com as outras crianças do abrigo (MILLER, 2005; WEBER, 2011). Manter estas fotos como recordação mostra que os pais reconhecem que este ambiente fez parte da história de vida da criança e que ele não pode ser esquecido nem ignorado.

Permitir que a criança leve alguns objetos do abrigo para o seu novo lar é uma atitude que pode facilitar esta transição e servem também como recordações (WEBER, 2001; 2005; 2011).

O preparo dos adotantes com informações sobre a criança e sobre a adoção tardia também é crucial para que a adoção seja bem sucedida. A falta de um preparo adequado pode acarretar em dificuldades significativas na convivência familiar e ocasionar até na devolução da criança, nos casos mais críticos (LIMA, 2006).

Há algumas fases características da adoção tardia pelas quais pais e filhos podem passar. A primeira delas é conhecida como a “fase da lua-de-mel”, em que as interações entre os pais e a criança são mais positivas do que o esperado. Este período pode ser acompanhado pela ocorrência dos primeiros conflitos, podendo o filho emitir comportamentos de oposição e de agressividade que são geralmente interpretados como forma de testar a permanência e a consistência do novo relacionamento com os pais. Há também a fase em que a criança pode apresentar regressão de habilidades que já faziam parte de seu repertório comportamental, como voltar a engatinhar, pedir para tomar mamadeira, entre outros (PINDERHUGHES, 1996; VARGAS, 1998; ANDREI, 1999; MILLER, 2005; PAIVA, 2005; WEBER, 2011).

Ebrahim (2001b) questionou pais que adotaram crianças mais velhas sobre a percepção de quanto tempo foi necessário para que elas se adaptassem ao novo contexto familiar. De acordo com a pesquisa, a adaptação ocorreu na maioria dos casos (53,3%) entre dias e semanas e a atitude dos pais e o apoio de amigos e familiares foram fatores importantes para o sucesso da adoção.

Na adoção tardia, a adaptação pode ser complexa porque a criança interage de uma forma mais ativa quando comparada a um bebê, uma vez que ela faz escolhas, tem opiniões próprias e pode expressá-las (COSTA; ROSSETI-FERREIRA, 2007). Alguns pais adotivos podem considerar difícil atender e negociar

aspectos do relacionamento com uma criança que ainda estão conhecendo (LIMA, 2011).

É importante destacar que a adaptação é um processo que envolve a família toda e não apenas a criança que foi adotada. Alguns pais esperam que os esforços para a adaptação partam unicamente da criança e não mudam sua forma de interagir para facilitar a integração dela (PINDERHUGHES, 1996). É necessário que os pais expressem empatia diante das circunstâncias e dificuldades que a criança vive e pelas grandes mudanças que estão operando em sua vida.

Uma pesquisa realizada por Dance e Rushton (2005) com jovens adultos que foram adotados entre cinco e 11 anos questionou o que eles consideraram mais difícil nos primeiros momentos de convivência com a família adotiva. A dificuldade mais citada foi conviver com as incertezas de um novo ambiente. Eles sentiam ansiedade por estar em um lugar diferente, com novas figuras parentais, com novas regras, precisarem fazer novos amigos e até conviver em uma nova escola.

Outra dificuldade que pode emergir é a falta de conhecimento da criança sobre rotinas familiares (PINDERHUGHES, 1996; GROZA; ROSENBERG, 1998; ANDREI, 1999; HUGHES, 1999; GRAY, 2002). Para Weber (2011), a vida em instituições envolve um padrão de submissão e controle, desta forma, as habilidades exigidas na convivência em um abrigo são diferentes daquelas esperadas em um convívio familiar. Como algumas crianças tiveram poucas experiências familiares ou experiências inadequadas, elas podem não ter tido referências apropriadas quanto ao comportamento que é esperado no relacionamento entre pais e filhos.

Parece claro que o grau de tolerância e preparação dos pais para responder aos comportamentos da criança ou do adolescente, no início da convivência, pode facilitar ou dificultar a adaptação familiar e também influir na construção dos vínculos afetivos.

2.2 VINCULAÇÃO AFETIVA NA ADOÇÃO TARDIA

Neste capítulo, será apresentada uma breve introdução às ideias de pesquisadores que discutiram aspectos relevantes sobre a construção de vínculos afetivos na relação pais e filhos. Serão descritos alguns fatores e comportamentos parentais que podem ajudar a promover a vinculação afetiva com o filho e um

panorama de dados encontrados por pesquisas que investigaram a vinculação afetiva em famílias que adotaram crianças maiores.

2.2.1 Aspectos teóricos relevantes sobre a vinculação afetiva entre pais e filhos

O trabalho de John Bowlby, um psicanalista inglês, é bastante conhecido pela sua contribuição para a discussão de aspectos relacionados à vinculação afetiva estabelecida pela criança nos primeiros anos de vida, mais especificamente, na relação com a mãe:

(...) o que se acredita ser essencial à saúde mental é que o bebê e a criança pequena tenham a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe (ou mãe substituta permanente), na qual ambos encontrem satisfação e prazer (BOWLBY, 1981, p.13).

Para Bowlby (1969/1990), o bebê irá desenvolver vinculação afetiva ao longo do primeiro ano de vida, com uma figura preferencial com a qual mantiver vivências constantes de interação social. As interações do bebê com a mãe ou outro cuidador principal ensinariam a criança a discriminar esta pessoa das outras e fariam com que ela preferisse a sua presença, demonstrando reações de protesto e medo quando afastada desta figura de referência. Verificou-se que dois comportamentos do cuidador reforçam este padrão de apego: as iniciativas de interação com a criança e a prontidão para responder e atender ao seu choro.

Bowlby defendeu que o processo de vinculação se inicia a partir das primeiras seis ou oito semanas de vida do bebê e se estabelece, aproximadamente, pelo sexto mês. Por este motivo, de acordo com esta perspectiva, a vinculação com uma nova figura seria cada vez mais difícil a partir do final do primeiro ano de vida da criança.

A realização de um experimento conhecido como “*Strange Situation*”, baseado no trabalho de Bowlby e que avalia o padrão de comportamento de crianças expostas a episódios de separação e reunião com a mãe, permitiu identificar a existência de três padrões de vinculação afetiva: vínculo seguro, vínculo inseguro ambivalente (ou resistente) e vínculo inseguro evitante (AINSWORTH, 1979)¹.

1 Main e Solomon (1986) defendem a existência de um quarto padrão de vinculação afetiva, o padrão desorganizado. Este padrão seria característico de crianças que passaram por situações extremas de maus-tratos (REES, 2008). Optou-se por discutir, na presente pesquisa, apenas os três estilos tradicionais de vinculação.

No experimento realizado, os bebês caracterizados com o estilo de vinculação seguro apresentavam comportamento de exploração ao estar em um ambiente estranho na presença da mãe. Quando esta se afastou do ambiente, eles diminuíram o comportamento de exploração e iniciaram reações de protesto e choro. Quando reunidos novamente com a mãe, as crianças interagiram e procuraram contato com ela.

Os bebês caracterizados com o estilo inseguro ambivalente tenderam a emitir sinais de ansiedade mesmo na presença da mãe e quando ela se afastou reagiram com reações de estresse intensas. Apresentaram comportamento ambivalente quando reunidos com a mãe, procurando contato, mas resistindo à interação.

Os bebês caracterizados com o padrão inseguro evitante dificilmente choravam nos episódios de separação e nos momentos de reunião, tendiam, ao mesmo tempo, a procurar proximidade e depois evitavam interagir ou, simplesmente, ignoravam completamente a presença da mãe.

Analisando os padrões de vinculação afetiva sob uma perspectiva da análise do comportamento torna possível aludir que a diferença entre os padrões de comportamentos apresentados pela criança nos estilos de apego seguro e inseguro, se deve à exposição a contingências específicas em cada caso, mais especificamente, a um histórico diferente de interação com os pais ou cuidadores principais.

O padrão de comportamento conhecido como “vinculação segura” é desenvolvido a partir da convivência da criança com adultos responsivos e disponíveis que propiciaram cuidados básicos, segurança e suporte emocional. Com estes comportamentos, o adulto ensina que a criança pode confiar e contar com os seus cuidados e proteção. Esta criança também apresentará preferência pelos adultos que atendem suas necessidades, mostrando sinais de irritação quando eles se afastam e alegria com a reaproximação. Este padrão de comportamento não é automaticamente transferido a outras pessoas, exceto quando houver repetidas experiências de interação positiva com um mesmo indivíduo (PRATHER; GOLDEN, 2009).

Para Prather e Golden (2009), entretanto, há crianças que não desenvolvem o padrão de comportamento característico da vinculação segura porque tiveram uma interação familiar caracterizada pelo abuso, negligência ou inconsistência. Nestes casos, quando a criança não tem suas necessidades emocionais, de segurança e de

sobrevivência atendidas ou não é adequadamente cuidada, ela aprende um padrão distinto de interação com os adultos.

Pais que rejeitam ou respondem com impaciência às necessidades emocionais e de proteção da criança podem favorecer o desenvolvimento de um padrão de vínculo inseguro evitante pelo filho. Estas crianças tendem a evitar seus cuidadores, aprendem a não procurar ou esperar conforto e segurança dos adultos quando se sentem irritadas, doentes ou assustadas e podem desenvolver comportamentos precoces de independência. As interações com os pais as ensinaram a não esperar responsividade parental e que, especificamente, na convivência com pais abusivos, demonstrar necessidades ou dependência pode ser perigoso por favorecer episódios de maus-tratos (HOWE; FEARNLEY, 1999; GRAY, 2002; HOWE, 2006; PRATHER; GOLDEN, 2009).

Por outro lado, a interação com cuidadores que apresentam dificuldades em reconhecer as necessidades da criança e prestam cuidados de forma intermitente e inconsistente pode favorecer o desenvolvimento de um padrão de vinculação inseguro ambivalente. Crianças com estas experiências podem tornar-se ansiosas e desenvolver comportamentos com o propósito de aumentar e controlar a responsividade parental e assim, terem suas necessidades atendidas. Elas podem emitir comportamentos para chamar a atenção dos cuidadores tanto por meio de estratégias positivas, como interações sociais de sorriso, de carinho ou de estratégias negativas, como demonstrar fortes reações de estresse, resmungar, gritar e se queixar de maneira ruidosa e persistente (GRAY, 2002; HOWE, 2006; REES, 2008).

O estabelecimento de um padrão de vinculação seguro ou inseguro na infância pode influenciar de forma diferente o desenvolvimento posterior do indivíduo.

O estabelecimento de um padrão de vinculação seguro com os cuidadores correlaciona-se com uma série de benefícios para o desenvolvimento emocional e social. Crianças com padrão de apego seguro tendem a ser mais cooperativas e menos agressivas com os familiares e apresentam maior competência social na interação com pares (AINSWORTH, 1979). Crianças com este padrão de vinculação também têm uma probabilidade maior de terem um desenvolvimento psicossocial saudável, maior autoestima, autoeficácia e resiliência (HOWE, 2006).

Por outro lado, crianças que não desenvolveram um padrão de vinculação seguro teriam maior probabilidade de manifestar distúrbios emocionais ou comportamentais durante a adolescência e vida adulta e teriam maiores dificuldades para manter e estabelecer vinculação afetiva com parceiros e até mesmo com filhos, no futuro (GORDON, 1999).

Crianças que foram adotadas, especialmente, com mais idade podem ter passado por um histórico de rompimentos ou até de não formação de vínculos afetivos, com a família de origem, a família extensa ou com cuidadores de abrigos. As consequências destas experiências para a criança e para a qualidade da relação com uma futura família adotiva é tema de muitos trabalhos e dúvidas de muitos profissionais que atuam no contexto da adoção.

Os pesquisadores que se dedicam ao estudo desta temática, de forma geral, concordam que crianças com rupturas de vínculos afetivos podem sofrer efeitos adversos para o desenvolvimento, entretanto, divergem no que se refere à reversibilidade destas consequências.

Gallo *et al.* (2007), em uma revisão de literatura sobre formação e rompimento de vínculos afetivos, identificaram duas vertentes teóricas sobre o tema: o modelo organicista e o contextualista. O primeiro modelo caracteriza-se pela concepção determinista, o qual defende que as vivências de rompimento de vínculos teriam efeitos duradouros na vida da criança e que, portanto, as possibilidades de superação da criança seriam muito restritas. O modelo contextualista, por sua vez, é mais otimista e parte do princípio que a possibilidade de reconstrução de vínculos é possível e que os efeitos negativos são reversíveis, dependendo do ambiente, das pessoas e das relações que a criança estabelece com eles.

A concepção que fundamenta este trabalho insere-se no modelo contextualista. Não é possível negar que as possíveis experiências adversas vivenciadas por algumas crianças tenham efeitos sobre o seu comportamento e desenvolvimento. Entretanto, acredita-se que estes efeitos não são definitivos, especialmente, se ela for inserida em uma família que possibilite a reconstrução ou construção de uma vinculação afetiva segura que permita vivenciar confiança, conforto e intimidade.

Algumas crianças desenvolveram padrões de apego inseguro em função da convivência com pais abusivos ou negligentes, cuidadores de abrigos pouco disponíveis e tentativas anteriores de adoção fracassadas. Estas crianças podem ter

desenvolvido ao longo do tempo, estratégias adaptativas para conviver em contextos onde o afeto era restrito e a possibilidade de maus-tratos era existente e, portanto, podem não saber como se comportar na família adotiva (GORDON, 1999). Elas podem temer intimidade e relacionamentos afetivos próximos porque experiências anteriores mostraram que eles levaram ao abuso, sentimentos de medo ou de estresse (HOWE; FERNLEY, 1999).

A missão da família adotiva no convívio com uma criança ou adolescente que passou por dificuldades e rompimentos de vínculos afetivos seria ensinar novas formas de interagir para o filho, para juntos construírem uma relação afetiva satisfatória e duradoura.

2.2.2 Aspectos que podem auxiliar a vinculação afetiva em famílias que adotam crianças maiores

Para Costa e Rosseti-Ferreira (2007), entre as dificuldades encontradas em uma adoção tardia, está a construção de uma relação de parentalidade e de afeto com uma criança mais velha. Isto aconteceria, para as autoras, porque as práticas culturais relacionadas à maternidade estão associadas com o cuidado de bebês, principalmente. Assim, no contexto da adoção tardia seriam necessárias estratégias diferentes de interação afetiva.

Diferentes autores, que serão citados a seguir, apresentam fatores e práticas que facilitam a vinculação afetiva em famílias que adotaram crianças mais velhas. Entre eles estão: passar tempo suficiente e brincar com a criança, incentivo à adoção por pessoas solteiras, práticas parentais autoritativas, contato físico, informar e orientar os pais adotivos sobre aspectos relacionados à educação e vinculação afetiva e ter expectativas realistas sobre a interação com a criança. Cada um destes aspectos será discutido a seguir.

a) Informação e orientação sobre educação e estabelecimento de vínculos afetivos

Pais adotivos devem receber informações sobre os desafios que irão enfrentar e as habilidades que serão necessárias para educar a criança (HUGHES,

1999). Dados sobre como a formação e os diferentes padrões de vinculação afetiva também podem ajudar os pais adotivos a compreenderem o comportamento e a forma de interação que a criança estabelece com eles. (BEEK, 1999).

Os pais precisam desenvolver habilidades para lidar com uma possível rejeição temporária ao conviverem com uma criança que possui maiores dificuldades para vincular-se afetivamente. Crianças que passaram por experiências severas de abuso e negligência podem não ser capazes de vincular-se prontamente aos pais e precisam de mais tempo para desenvolver laços de afeto com a família adotiva. Nestes casos os pais devem ser tolerantes e não considerar as dificuldades como questões pessoais (HUGHES, 1999).

Alguns pais possuem crenças errôneas sobre os relacionamentos afetivos entre pais e filhos como, por exemplo, acreditarem na “vinculação instantânea”. Nestes casos, os pais devem ser reassegurados que é normal não sentir vinculação afetiva imediata seja por um filho biológico ou adotivo (MILLER, 2005). Os grupos de apoio à adoção podem desempenhar um papel importante na informação e orientação de aspectos relevantes referentes à interação pais e filhos em famílias adotivas (GRAY, 2002).

b) Brincar com a criança

Reservar momentos para brincar com a criança, diariamente, pode ser utilizado como uma estratégia de aproximação que ajuda na construção de vínculos afetivos. Esta é uma tática importante, se a criança for resistente às tentativas mais diretas dos pais para desenvolver um relacionamento com ela, em função de experiências anteriores adversas. A situação da brincadeira proporciona um contexto favorável à vinculação, sem envolver uma proximidade excessiva que poderia retrair a criança (RUSHTON; MONCK; UPRIGHT; DAVIDSON, 2006).

c) Passar bastante tempo com a criança

A vinculação afetiva com os pais será beneficiada se eles puderem passar o maior tempo possível com a criança, antes de retornarem ao trabalho (MILLER, 2005; BARTEL, 2006). No caso de crianças ainda pequenas, que precisam de ajuda para se alimentar, vestir e tomar banho, estas atividades devem ser realizadas pelos

pais, pelo menos, nos primeiros meses de convivência (MILLER, 2005). Até a criança iniciar a construção de vínculo com os pais, o tempo que ela passa em creches, escolas ou com babás deve ser limitado (GRAY, 2002).

A quantidade de visitas ou contato da criança com outros familiares e amigos também devem ser restringidos, enquanto a vinculação afetiva com a família adotiva não estiver estabelecida (RIJK, 2008). Muitos pais gostam de celebrar a adoção apresentando a criança para a família extensa ou com uma festa de recepção. Entretanto, uma forma mais adequada seria apresentar a criança de forma gradual para os membros da família. O contato com outras pessoas deve ser minimizado até que a criança se sinta confortável na relação com os pais e esteja pronta para novas experiências (NARAD; MASON, 2004).

d) Adoção por pessoas solteiras

Crianças maiores com dificuldades significativas para estabelecer vinculação afetiva poderiam ser beneficiadas se forem colocadas em famílias monoparentais com poucos irmãos. Este contexto familiar proporcionaria uma atenção dedicada a elas e reforçaria a expressão do comprometimento parental (COWAN, 2004).

e) Práticas parentais autoritativas

Alguns autores destacam a importância das práticas autoritativas para o relacionamento familiar e o estabelecimento de vínculos seguros em famílias que realizaram adoções tardias (BARTEL, 2006; ROBERSON, 2006; REES, 2008; RIJK, 2008; WEBER, 2011).

As práticas autoritativas caracterizam-se pela combinação de alta responsividade e exigência (MACCOBY; MARTIN, 1983). Pais com este estilo de interação incentivam o diálogo com a criança, reconhecem os interesses dela, porém, mantém um controle firme na interação com o filho (BAUMRIND, 1966).

Pais autoritativos estruturam a rotina da criança com regras claras e consistentes, o que ajuda a criar sentimentos de estabilidade e segurança (RIJK, 2008; WEBER, 2011). Também propiciam expressões de afeto constantes, independente do comportamento da criança (BEEK, 1999).

f) Contato físico

Pesquisas apontam que a proximidade física entre a criança e seus pais pode favorecer o relacionamento afetivo entre eles (MILLER, 2005; GRIBBLE, 2007; RIJK, 2008). Gribble (2007) levanta a hipótese de que o cuidado de uma criança recentemente adotada deve replicar muitas das experiências vivenciadas por uma criança recém-nascida, mesmo quando ela é mais velha. Estes cuidados propiciariam o desenvolvimento do relacionamento afetivo e Gribble aconselha que a criança adotada seja mantida em contato físico próximo com seu cuidador principal e seja carregada no colo sempre que for possível. Quando não for viável carregá-la, outras formas de manter contato físico seriam segurar a mão dela e sentar-se próximo a ela.

Embora o contato físico frequente seja importante, a criança pode sentir-se desconfortável, principalmente, se ela não vivenciou muita proximidade física nos primeiros anos de vida. Nestes casos, primeiro ela precisaria confiar na pessoa, para permitir uma proximidade maior (RIJK, 2008).

Se a criança apresenta um histórico de abuso sexual, os pais devem ser cautelosos no contato físico. Eles devem procurar formas de oferecer carinho de uma maneira que a criança sinta-se confortável e seja capaz de aceitar sem resistências (GRIBBLE, 2007).

g) Ter expectativas realistas

Vários autores destacam a importância dos pais terem expectativas realistas sobre o relacionamento com a criança adotada com maior idade (PINDERHUGHES, 1996; GROZA; ROSENBERG, 1998; ANDREI, 1999; SCHMIDLKOFER, 2009; WEBER, 2011).

Para Andrei (1999), uma forma de os pais se resguardarem é não esperarem reciprocidade ou expressões de afeto e carinho constantes, no começo do convívio, especialmente com crianças bem mais velhas ou adolescentes:

O que deve se fazer no início da convivência (fase que pode durar bastante) é não exigir um amor com o qual a criança (ou o jovem) não sabe lidar, mas demonstrar uma amizade desinteressada para, depois, conseguir a reciprocidade. O amor é um sentimento que deve partir dela mesma; a amizade é, outrossim, uma relação positiva que as crianças, nas instituições ou na rua já experienciaram (ANDREI, 1999, p.93).

Alimentar expectativas muito altas pode fazer os pais se desapontarem e terem experiências pouco satisfatórias com a adoção, o que, por sua vez, pode resultar em consequências adversas para o relacionamento com a criança (GROZA; ROSENBERG, 1998).

2.2.3 Pesquisas sobre vinculação afetiva e adoção de crianças maiores

Há várias pesquisas que discutem e investigam aspectos relacionados à vinculação afetiva em famílias por adoção. Serão apresentados dados, especificamente, de trabalhos que discutem variáveis associadas à adoção de crianças maiores de dois anos.

As pesquisas apontam dados divergentes sobre a relação entre a idade em que a adoção é realizada e a qualidade da vinculação afetiva estabelecida entre pais e a criança.

Meta-análises que investigaram a relação entre vinculação afetiva e idade da adoção indicaram que crianças adotadas depois do primeiro ano apresentam incidência maior de padrões de vínculo inseguro, quando comparadas com crianças que não passaram por experiências de rompimento de vínculos afetivos (VAN IJZENDOORN; JUFFER, 2006; VAN DEN DRIES; JUFFER; VAN IJZENDOORN; BAKERMANS-KRANENBURG, 2009).

Uma pesquisa realizada com famílias que realizaram adoções internacionais indicou que as crianças que foram adotadas depois dos 18 meses apresentavam características associadas com vínculos problemáticos, como o comportamento de “sociabilidade indiscriminada” (GREENE *et al.*, 2007). Este comportamento caracteriza-se por comportamentos socialmente inadequados de aproximação com adultos estranhos e pelo comportamento social superficial (O’CONNOR; ZEANAH, 2003).

Weber (2001) em uma pesquisa com famílias por adoção verificou que os filhos relataram sentimentos de afeto por seus pais adotivos; um bom relacionamento com membros da família extensa; entretanto, uma relação conflituosa com os filhos biológicos dos pais. Sobre a idade do filho no momento da adoção, a autora constatou que os pais que adotaram crianças com mais de dois

anos relataram maiores dificuldades no relacionamento afetivo do que os pais que adotaram crianças menores.

Berthoud (1997) investigou a vinculação afetiva em díades mãe-filho, nos primeiros anos de vida, em famílias biológicas e adotivas e constatou índices similares em relação aos padrões de vínculo. Nas famílias adotivas, 80% das díades apresentavam vínculo seguro, 15% vínculo ansioso evitante e 5% vínculo ansioso ambivalente. A autora averiguou que, embora a maioria das crianças adotadas apresentassem características de vínculos seguros, aquelas que foram adotadas depois dos seis meses apresentavam um índice menor de vinculação segura com suas mães.

Por outro lado, há pesquisas que não encontraram relação entre a idade de adoção e os diferentes estilos de vinculação afetiva (JUDGE, 2004; VERÍSSIMO; SALVATERRA, 2006; NIEMANN, 2010).

Algumas variáveis que não se associam com a qualidade de vinculação afetiva em famílias por adoção é a quantidade de tempo em que a criança ficou institucionalizada (RUSHTON; MAYES; DANCE; QUINTON, 2003; JUDGE, 2004; NIEMANN, 2010) e a cor de pele dos pais e do filho (RUSHTON *et al.*, 2003; ALMEIDA; RESENDE, 2006; VAN DEN DRIES *et al.*, 2009), o que indica que a semelhança étnica não é um fator que influencia o relacionamento afetivo.

É necessário destacar que a prática da adoção ajuda significativamente na promoção de interações afetivas seguras para a criança que foi adotada e que elas apresentam menores comportamentos de insegurança afetiva, quando comparadas às crianças que não foram colocadas em famílias adotivas e permanecem vivendo em instituições de acolhimento (VAN IJZENDOORN; JUFFER, 2006; BARONE; LIONETTI, 2011).

Um estudo conduzido por Pace e Zavattini (2010) investigou padrões de vinculação de pais e de crianças adotadas entre quatro e sete anos, durante os primeiros oito meses de adoção. Os autores verificaram que a maioria das crianças apresentava padrões de vinculação inseguros, no início da convivência familiar, mas que em menos de um ano, foi encontrado um aumento significativo de crianças que estabeleceram um padrão de vinculação seguro com os pais.

Entrevistas realizadas por Rushton *et al.* (2003), com pais que adotaram crianças entre cinco e nove anos, mostraram que 73% dos filhos desenvolveram vinculação afetiva com um ou com ambos os pais ao longo do

período de um ano de adoção. Os 27% que não conseguiram desenvolver uma vinculação afetiva ao fim de um ano descreveram o relacionamento como superficial e, na maioria dos casos, a dificuldade de vinculação era mútua entre os pais e a criança. Ao fim de um ano de convivência, estas crianças apresentavam dificuldades em comunicar seus sentimentos em interações específicas com os pais e os estes apresentavam dificuldades para se relacionar com elas de forma afetuosa. Para os autores, as crianças tem capacidade para adaptarem-se e desenvolverem novos relacionamentos, contudo existem limites. É possível que estas crianças, eventualmente, desenvolvam um relacionamento seguro com os seus pais, mas este processo pode ser lento (RUSHTON *et al.*, 2003).

Evidências encontradas por pesquisadores sugerem que os processos de construção de laços afetivos entre pais e filhos são suficientemente flexíveis e possíveis mesmo quando a criança possui um histórico de vivências adversas, como a privação de relacionamentos consistentes e o acolhimento institucional (RUSHTON *et al.*, 2003; JUDGE, 2004).

Quando a vinculação entre pais e filho não ocorre de forma satisfatória, é possível que estejam atuando outras variáveis que estão interferindo na qualidade do relacionamento familiar. Entre os fatores que podem influenciar o estabelecimento de laços afetivos, encontram-se o padrão de vinculação desenvolvido pelos pais adotivos, o estresse parental, a habilidade dos pais de expressarem afeto e as características comportamentais da criança.

Os pais adotivos desenvolveram, ao longo de seu histórico de interações afetivas com pessoas significativas, um padrão de vinculação que pode ser seguro ou inseguro. Há evidências de que este repertório construído pelos pais também afeta a vinculação que a criança estabelece com eles.

No estudo de Pace e Zavattini (2010), todas as crianças que mudaram o padrão de inseguro para seguro, tinham mães adotivas que apresentavam modelos de vinculação seguro. Por outro lado, todas as crianças que tinham padrão inseguro e foram adotados por mães que também apresentam este padrão, não tiveram mudanças na forma de interagir com os pais oito meses após a adoção.

Por existir esta tendência de pais e filhos desenvolverem padrões de vinculação semelhantes, colocar a criança em uma família em que, pelo menos um dos pais adotivos apresente um padrão seguro de vinculação pode representar um fator de proteção contra o desenvolvimento ou a manutenção de comportamentos de

vinculação inseguros (BARONE; LIONETTI, 2011).

Como algumas crianças adotadas maiores podem demorar um tempo prolongado para desenvolver vínculo com os pais adotivos, é importante que estes sejam capazes de expressar e manter demonstrações de carinho e afeto, apesar da falta de reciprocidade do filho. É possível que algumas crianças comportem-se de forma a não evocar responsividade parental, indicando que elas não necessitam de atenção (BARONE; LIONETTI, 2011). Neste contexto, avaliar, antes da adoção, as habilidades sociais tanto da criança como dos adotantes, pode ser importante para unir a criança que apresenta dificuldades para se relacionar afetivamente com uma família adotiva que seja capaz de lidar com esta característica (RUSHTON *et al.*, 2003).

A incidência de estresse parental também pode influenciar a qualidade da vinculação nas famílias que realizaram adoções tardias. O estresse parental pode ser compreendido como reações ou sentimentos aversivos que são vivenciados pelos pais em decorrência das exigências geradas pelas funções parentais (DEATER-DECKARD, 1998). O estresse parental pode afetar o estabelecimento de laços afetivos por diminuir as habilidades e a responsividade dos pais para responder aos comportamentos e às características da criança (JUDGE, 2004).

Por fim, existe uma relação entre as dificuldades para a construção de vínculos afetivos e os comportamentos da criança que podem dificultar a interação com os pais, como, por exemplo, a incidência de comportamentos externalizados, internalizados e de hiperatividade (RUSHTON *et al.*, 2003; JUDGE, 2004). Estes problemas de comportamento influenciam a relação familiar, pois uma criança com estas características comportamentais acentuadas pode apresentar maiores dificuldades para expressar sentimentos pelos seus pais, assim como os pais tendem a achar mais difícil relacionar-se com ela de uma maneira afetuosa e responsiva (RUSHTON *et al.*, 2003).

2.3 PROBLEMAS DE COMPORTAMENTOS E ADOÇÃO TARDIA

Alguns autores afirmam que os filhos adotados, em geral, são mais vulneráveis ao desenvolvimento de problemas emocionais, comportamentais e acadêmicos (BRODZINSKY; 1993; WIERZBICKI, 1993).

Pauli e Rossetti-Ferreira (2009), entretanto, criticam algumas pesquisas que apontam a relação entre adoção e problemas de comportamento. Para as autoras, estes estudos tendem a patologizar os filhos adotivos e as suas famílias e reforçam a crença de que a criança adotiva, principalmente aquela adotada com mais idade, desenvolverá inevitavelmente problemas emocionais ou comportamentais.

Estudos nacionais sobre adoção tardia, que investigaram o relato de famílias a respeito de problemas de comportamentos dos filhos, mostraram que as preocupações destes pais não diferem consideravelmente daquelas demonstradas por famílias biológicas, as quais podem estar associadas aos diferentes estágios do desenvolvimento da criança ou do adolescente (DIAS; SILVA; FONSECA, 2008; DUGNANI, 2009).

Os problemas mais citados nestas pesquisas foram a agressividade, a rebeldia, a aceitação de regras e limites, os problemas de higiene, as dificuldades escolares e os ciúmes entre irmãos (WEBER; CORNÉLIO, 1995; SCHETTINI, 2007; DIAS; SILVA; FONSECA, 2008; DUGNANI, 2009).

Pesquisas atuais referentes à adoção indicam que a maioria dos filhos que foram adotados são crianças e adolescentes perfeitamente normais. Isto não impede que haja uma pequena proporção de filhos adotivos que apresentam maiores dificuldades, entre as quais se destacam os comportamentos associados à distração e hiperatividade (PALACIOS; SÁNCHEZ-SANDOVAL; LEÓN, 2005).

Nesta mesma direção, Brand e Brinich (1999), em um estudo investigativo sobre distúrbios de comportamento em filhos genéticos e por adoção, constataram que a maioria das crianças adotadas (88%) apresentam problemas de comportamento similares com os de crianças não-adotadas. Os autores verificaram que apenas um grupo pequeno da amostra de filhos por adoção, cerca de 5%, apresentava problemas graves de comportamento.

Para os autores, diversos fatores poderiam explicar os problemas emocionais e comportamentais das crianças deste grupo como, por exemplo, a predisposição genética, o uso de substâncias durante a gravidez e as experiências adversas no período pré-adoção, tais como negligência e abuso. Os pesquisadores enfatizam que apesar destes fatores estarem associados com a adoção, eles não são específicos de crianças adotadas e que é um sério erro sugerir que a adoção em si resulta em dificuldades emocionais e de comportamento no filho adotado.

Estas considerações indicam que a adoção e suas variáveis associadas não

devem ser consideradas como determinantes principais para o desenvolvimento de problemas de comportamento no filho. Há outras variáveis relevantes que podem atuar para a ocorrência de problemas de comportamento, entre elas a estrutura e a dinâmica familiar, os estilos parentais, a idade e o gênero, por exemplo (BRODZINSKY, 1993; WEBER 2001; 2011).

De acordo com Groza e Ryan (2002), há dois importantes preditores para problemas de comportamento na criança que foi adotada. O primeiro é o seu histórico de vida, ou seja, as experiências passadas no período pré-adoção e o segundo é o relacionamento atual entre pais e filho adotivo. Estes dois aspectos serão examinados nos tópicos a seguir.

2.3.1 Histórico de vida anterior à adoção

Há dois fatores no histórico de vida da criança que influenciam no desenvolvimento de problemas de comportamento: as possíveis vivências de abuso e negligência com a família de origem e as experiências associadas com o acolhimento institucional.

Pesquisas apontam que crianças que passaram por abuso físico e/ou abuso sexual tendem a apresentar uma frequência maior de comportamentos externalizados, enquanto a negligência parental associa-se com o desenvolvimento de comportamentos internalizados, como a ansiedade e a depressão (HILDYARD; WOLFE, 2002; GOLDMAN; RYAN, 2011).

Crianças que passaram por negligência, quando comparadas com crianças que passaram por abuso físico, apresentam maiores déficits cognitivos e acadêmicos, introversão, relacionamento limitado com pares e comportamentos internalizados. Como a negligência tende a ser mais crônica que outras formas de maltrato, é possível prever que crianças que passaram por esta vivência estão, particularmente, em risco. Crianças abusadas fisicamente, em oposição, têm mais comportamentos externalizados, incluindo desobediência e agressão contra adultos ou outras crianças (HILDYARD; WOLFE, 2002).

Por outro lado, a institucionalização também é considerada um fator de risco para o desenvolvimento de comportamentos internalizados, externalizados e de hiperatividade, principalmente, quando os cuidadores da instituição são pouco

responsivos e consistentes em suas práticas educativas com as crianças (MERZ; MCCALL, 2010; MCLAUGHLIN; ZEANAH; FOX; NELSON, 2011; WIJK *et al.*, 2011).

Uma pesquisa, realizada com 342 crianças e adolescentes adotados de instituições russas, corrobora estas conclusões. As crianças e adolescentes apresentavam, principalmente, problemas de comportamentos externalizados e hiperatividade. Estas instituições propiciavam cuidados físicos adequados, como alimentação de qualidade, cuidado médico adequado, e estimulação por meio de brinquedos e atividades. Contudo, apresentava constantes trocas de cuidadores, interação social reduzida entre a criança e o cuidador e práticas educativas pouco responsivas (MERZ; MCCALL, 2010).

Os autores levantam a hipótese que a inconsistência e o baixo envolvimento emocional dos cuidadores contribuíram, significativamente, para o desenvolvimento de problemas nestas crianças. Práticas responsivas por uma quantidade pequena de cuidadores consistentes ajudaria no desenvolvimento de várias habilidades, incluindo a capacidade de regular a emoção, a atenção e o comportamento da criança (MERZ; MCCALL, 2010).

Estudos nacionais também apontam que a interação entre cuidadores e crianças em algumas instituições de acolhimento caracterizam-se pelo uso de estratégias coercitivas, privação de afeto, hostilidade verbal, e punição física (PRADA; WEBER, 2006; BARROS; FIAMENGHI JR, 2007; OLIVEIRA *et al.*, 2009), práticas educativas que favorecem a manutenção ou o desenvolvimento de problemas de comportamento (ALVERENGA, 2001; ALVARENGA; PICCININI, 2001).

Assim, não é a vivência institucional em si ou a sua duração que acarretará no desenvolvimento de problemas de comportamento. O que terá influência é a qualidade das experiências decorridas e se as necessidades da criança no que se refere à estimulação e aos relacionamentos interpessoais adequados foram atendidas ou não neste ambiente (PALACIOS *et al.*, 2005).

Os eventos adversos ocorridos no período anterior à adoção e suas possíveis consequências para o desenvolvimento da criança tendem a ser bastante discutidos na psicologia e pelos pesquisadores. No contexto da adoção tardia, entretanto, não é dada a mesma ênfase para a discussão de fatores da dinâmica familiar que podem implicar sobre o comportamento da criança.

Inclusive, muitos pais adotivos tendem a desconhecer ou minimizar os efeitos

do relacionamento familiar atual sobre o comportamento da criança, atribuindo a ocorrência de problemas de comportamento, essencialmente, à explicações inatistas ou ao histórico de vida da criança (MUNDACA; RAYO; DÍAZ, 2000; MOLINA, 2002; SCHETTINI; DIAS, 2007).

2.3.2 Relacionamento atual entre pais e filhos por adoção

Os comportamentos da criança ou do adolescente considerados potencialmente problemáticos podem ter sua frequência diminuída ou exacerbada, dependendo de como a família responde a eles (WEITZMAN; ALBERS, 2005). Estratégias educativas podem ajudar a diminuir ou evitar o desenvolvimento de problemas de comportamento. Elas privilegiam o uso de práticas educativas positivas, como elogiar, monitorar, ignorar comportamentos inadequados, estabelecer regras e consequências lógicas para o comportamento não desejado, em detrimento do uso de práticas coercitivas, caracterizadas por ameaças, uso de regras arbitrárias, críticas e punição corporal (PRATHER; GOLDEN, 2009; RUSHTON; MONCK; LEESE; MCCRONE; SHARAC, 2010; HABERSAATA; TESSIERB; PIERREHUMBERTC, 2011; WIJK *et al.*, 2011).

Práticas parentais mais afetuosas, exigentes e que usam menor uso de estratégias coercitivas associam-se com uma incidência menor de problemas de comportamento. O uso de estratégias educativas caracterizadas pela alta frequência de afeto, de monitoria, de explicações e de diálogo criam um contexto que favorece o desenvolvimento de comportamentos adequados pela criança. Por outro lado, se a criança já apresenta problemas prévios de comportamentos e for colocada em um contexto familiar que se caracteriza pelo baixo envolvimento e expressão de afeto, pela tensão ou pelas exigências e controle excessivos ou, pelo contrário, pelas práticas permissivas, a incidência de comportamentos problemáticos pode aumentar consideravelmente (PALACIOS *et al.*, 2005).

Alguns problemas que famílias adotivas encontram no convívio com o filho, assim como nas famílias biológicas, podem ser atenuados por meio de orientações sobre técnicas e práticas educativas mais efetivas (CLARK; THIGPEN; YATES, 2006).

Apoio e orientação são fundamentais no processo de adoção tardia, especialmente porque pais por adoção, em geral, tendem a ser mais perfeccionistas,

demonstrar mais sentimentos de insegurança quanto à educação dos filhos, terem dúvidas maiores quanto a sua própria capacidade como educadores, além de lidarem com mais ansiedade quando confrontados com problemas de comportamento na criança (LARSON, 1999; PETERS; ATKINS; MCKAY, 1999; HOWAT-RODRIGUES; TOKUMARU; AMORIM, 2009; FREIJO; AYALA; DELGADO; OLIVA, 2010).

Palacios, Román, Moreno e León (2009) hipotetizam que adotar e educar uma criança com maior idade, especificamente, pode fazer com que os pais desenvolvam uma percepção mais baixa da própria competência parental, especialmente, quando confrontados com os problemas no convívio familiar para os quais não foram preparados ou acompanhados suficientemente.

O próprio processo de vinculação e integração do filho ao lar adotivo parece ser facilitado pela percepção positiva que os pais possuem sobre a própria competência parental para educar esta criança (CLARK *et al.*, 2006).

Diferentes pesquisas indicam também uma relação entre a manifestação de problemas de comportamento pela criança e o grau de satisfação que os pais por adoção apresentam com o relacionamento familiar. Os pais adotivos, de uma forma geral, tendem a apresentarem-se satisfeitos com muitas dimensões do relacionamento com os seus filhos (PINDERHUGHES, 1998; WEBER, 2001; GROZA; RYAN, 2002). No entanto, há evidências de que a satisfação parental com o relacionamento pai-filho diminui, conforme a criança apresenta mais problemas de comportamento (PINDERHUGHES, 1998; OHAN; LEUNG; JOHNSTON, 2000; GROZA; RYAN, 2002; GROZA; RYAN; CASH, 2003; PHILLIPS, 2003; RUSHTON *et al.*, 2003).

Enquanto Pinderhughes (1998) encontrou evidências de que a satisfação de pais e mães adotivos correlaciona-se, especificamente, com a baixa frequência de comportamentos externalizados pela criança, Ohan *et al.* (2000), verificaram relação entre a satisfação com o papel parental e a baixa frequência de comportamentos internalizados e externalizados, igualmente.

As expectativas parentais, além de influenciarem no processo de vinculação afetiva, também afetam a forma como os pais avaliam e percebem o relacionamento e o comportamento do filho. Há evidências de que os pais adotivos percebem muitos problemas de comportamento em seus filhos, embora poucos apresentem dificuldades severas (O'BRIEN; ZAMOSTNY, 2003). Uma hipótese para este dado é

que os pais por adoção apresentam expectativas muito altas e menor tolerância para comportamentos diferentes do esperado (PETERS *et al.*, 1999).

Weber e Cornélio (1995) apontam que, tanto em famílias adotivas quanto biológicas, os pais devem ser questionados sobre crenças e desejos de terem um filho perfeito. Como o desenvolvimento da criança pode estar atrasado, pela influência de uma série de variáveis, os pais precisam ajustar suas expectativas ao desenvolvimento do filho, ao invés da sua idade cronológica (NARAD; MASON, 2004).

De acordo com Berástegui (2007), as famílias que possuem uma visão mais realista da adoção e que se sentem mais capazes de prever e lidar com possíveis dificuldades de uma forma otimista e positiva, apresentam melhor adaptação e menor estresse quando confrontadas com as demandas das funções parentais.

Para Weber (2011), os pais adotivos precisam desenvolver habilidades de aceitação da criança mesmo que o seu desenvolvimento não ocorra, tal como eles esperam:

(...) é preciso um reconhecimento genuíno de que não é possível saber como essa criança vai se desenvolver, como ela vai se modificar ao longo do tempo, portanto, é preciso que os pais por adoção demonstrem o desejo de profundo compromisso com este filho (WEBER, 2011, p.37).

2.4 ADOÇÃO E ESCOLA

Assim como ocorre com os problemas de comportamento, alguns autores acreditam que os filhos adotados teriam maior risco ou probabilidade de apresentar problemas acadêmicos quando comparados aos filhos biológicos (BRODZINSKY; SCHECHTER; BRAFF; SINGER, 1984).

Há circunstâncias às quais algumas crianças adotadas foram expostas que se associam com dificuldades de aprendizagem, baixo desempenho acadêmico e condições que interferem no rendimento escolar, como o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Entre estes aspectos estão fatores genéticos, negligência parental, má-nutrição severa, violência doméstica, institucionalização, abuso físico e idade de adoção mais avançada (ECKENRODE; LAIRD; DORIS, 1993; HEATH; COLTON; ALDGATE, 1994; VAN IJZENDOORN; JUFFER, 2005;

TAN, 2006; CYR; DOBROVA-KROL, 2007; DALEN, 2007; BEVERLY; MCGUINESS; BLANTON, 2008; VAUGELADE; DUYPEB; FICHCOTT, 2008; PEREIRA; SANTOS; WILLIAMS, 2009).

No caso das crianças ou adolescentes que foram adotados maiores há, sem dúvida, experiências de vida que podem afetar o desempenho escolar deles como, por exemplo, a possibilidade do contexto em que ele viveu não ter incentivado precocemente hábitos de estudo e possíveis atrasos no processo de escolarização (WEBER; CORNÉLIO, 1995; PEDRO-VIEJO, 2005).

Dugnani (2009) verificou, em uma pesquisa realizada com pais que realizaram adoções tardias, que a dificuldade escolar mais frequente nas crianças adotadas entre dois e seis anos é a falta de concentração no ambiente escolar, o que exigiu dos pais a utilização de estratégias educativas para lidar com esta dificuldade, como o incentivo e valorização dos estudos.

Diferentes pesquisas apontam, de forma geral, a influência positiva que a adoção representa para vários aspectos da vida da criança, inclusive, em seu rendimento acadêmico.

A adoção representa um impacto positivo para a criança, uma vez que os pais adotivos propiciam estimulação elevada e um ambiente de apoio para o desenvolvimento cognitivo do filho (DUMARET, 1985; PALACIOS; SÁNCHEZ, 1996; STAMS; JUFFER; RISPENS; HOKSBERGEN, 2000; VAN IJZENDOORN; JUFFER; POELHUIS, 2005; DALEN, 2007).

Ilustrando esta tese, Dumaret (1985), verificou, em um estudo com 102 crianças providas de ambientes distintos, que a adoção favoreceu o desenvolvimento de habilidades intelectuais de uma forma sem paralelos, especialmente, quando foram comparadas crianças adotivas com aquelas que vivem em ambientes desprivilegiados ou institucionais.

Van Ijzendoorn *et al.* (2005) realizaram uma meta-análise de 62 estudos incluindo 17.767 participantes, com o objetivo de investigar o desenvolvimento cognitivo de crianças que foram adotadas. Os dados indicaram que comparadas com seus irmãos biológicos ou colegas do período pré-adoção, as crianças adotivas apresentaram um desempenho mais alto em testes de inteligência e melhor rendimento na escola.

Uma pesquisa espanhola comparou crianças, com idades entre 4 e 16 anos, de quatro grupos distintos: filhos adotivos, colegas dos filhos que foram adotados,

crianças que moravam nos locais de origem dos filhos adotados e crianças institucionalizadas. As comparações referentes ao desempenho acadêmico, conforme o relato dos professores, mostram uma grande semelhança entre os filhos adotivos e seus colegas atuais e que as crianças que moravam em instituições tiveram o menor rendimento escolar. As crianças que foram adotadas e seus colegas atuais também apresentavam maior motivação para a aprendizagem quando comparadas às demais crianças. (PALACIOS; SÁNCHEZ, 1996).

Para Palacios e Sánchez (1996), a adoção reduz significativamente e, em alguns casos, completamente, o risco de desenvolvimento de problemas que poderiam ser inerentes devido ao histórico de vida da criança antes da adoção.

Para muitas crianças que foram adotadas, a adoção envolve uma alteração drástica no ambiente, e esta mudança representa uma intervenção efetiva que potencializa o desenvolvimento cognitivo. Há uma minoria de crianças adotadas que apresentam dificuldades na aprendizagem e podem precisar de tratamento ou acompanhamento pedagógico. Entretanto, esta pequena parcela de crianças não representa as experiências escolares que a maioria dos filhos adotivos vivencia, uma vez, que a maior parte destas crianças apresenta competência cognitiva e desempenho escolar normal (VAN IJZENDOORN *et al.*, 2005).

Algumas pesquisas indicam que entre os estudantes com dificuldades de aprendizagem, há uma porcentagem muito elevada de crianças adotivas, especialmente, ao se considerar que a prevalência da adoção é relativamente baixa nas populações estudadas (SILVER, 1989; BRODZINSKY; STEIGER, 1991). Entretanto, questiona-se a associação entre casos de insucesso na aprendizagem escolar e adoção. Uma hipótese discutida por alguns autores é que, na verdade, os educadores são mais sensíveis e vigilantes com as dificuldades apresentadas pela criança que foi adotada e os pais tendem a apresentar mais ansiedade e preocupação com possíveis problemas que a criança apresenta, inclusive, no ambiente escolar (SAMUELS, 1990; BERRY, 1992; WEBER, 1998b; PEDRO-VIEJO, 2005; VAN IJZENDOORN; JUFFER, 2005; DUGNANI, 2009; FREIJO; AYALA; DELGADO; OLIVA, 2010).

Para Weitzman e Albers (2005), os pais adotivos desenvolvem expectativas relacionadas com suas próprias experiências educacionais e estas percepções podem influenciar a forma como eles avaliam o desempenho do seu filho. Uma atitude fundamental dos pais e professores seria estabelecer metas realistas para o

desenvolvimento escolar da criança e valorizar cada progresso dele neste âmbito (PURVIS; CROSS; PENNINGS, 2007; DANN, 2011).

No caso da adoção de uma criança em idade escolar, uma atitude que os pais devem analisar com cautela é a decisão de mudá-la de colégio, logo no início do convívio familiar. Souza (2008) defende que se a criança estava matriculada em uma escola de ensino público, seria importante ela permanecer em uma instituição similar, pelo menos, temporariamente. Na opinião da autora, esta atitude dos pais seria importante, pois a criança já estaria familiarizada com instituições públicas. Matricular a criança em uma instituição elitizada, poderia a expor a possíveis situações constrangedoras, de isolamento ou outras circunstâncias às quais ela ainda não estaria preparada para lidar.

A estigmatização, na verdade, é um aspecto importante que pode afetar a relação da criança com o ambiente escolar. As crianças e os adolescentes que passaram por acolhimento institucional, especificamente, podem ter vivenciado experiências negativas na escola. Alguns autores indicam que crianças que frequentam a escola, nestas circunstâncias, são tratadas de forma diferente e estão mais vulneráveis a atitudes de exclusão por colegas e outras crianças, assim, como atitudes de descrédito e desrespeito por parte dos profissionais da escola (ORIONTE; SOUSA, 2005; SIMSEK; EROL; ÖZTOP; MÜNIR, 2007; BUFFA; TEIXEIRA; ROSSETTI-FERREIRA, 2010; PRESTES, 2011).

Em função do seu histórico de vida e da vivência de possíveis situações adversas, alunos que estão abrigados ou foram adotados podem ser identificados no ambiente escolar como crianças mais predispostas ao desenvolvimento de problemas do que outras crianças (WEBER, 1998b; ARPINI, 2003; PAULI; ROSSETTI-FERREIRA, 2009). Também não é incomum, que os filhos adotados sejam tratados com pena ou subestimados, em uma forma de discriminação inversa (LIMA, 2011).

As famílias adotivas relatam experiências de preconceito vivenciadas no contato com a escola. Schettini e Dias (2007) verificaram que entre as famílias que passaram por situações discriminatórias, a escola foi o ambiente em que elas eram mais frequentes.

Para Weber (2005), é necessário realizar um trabalho pedagógico de esclarecimento, principalmente, nas primeiras séries escolares, referente à adoção. É importante que as crianças compreendam que entre as formas de constituição

familiar, a família adotiva é uma delas, e que a filiação, não é somente biológica. Além de educar as crianças, seria necessário orientar os professores sobre o significado da adoção e as maneiras de abordar este tema, sem rotular ou expor alunos que sejam filhos adotivos (NOWAK-FABRYKOWSKI; HELINSKI; BUCHSTEIN, 2009; DANN, 2011; WEBER, 2011).

Este assunto pode ser apresentado durante discussões referentes à genética ou diferentes tipos de família, além de lições de literatura, quando a adoção fizer parte de uma história (IFAPA, 2012). Ao falar de adoção, os professores devem usar uma linguagem apropriada, por exemplo, ao invés de utilizar os termos pai “natural” ou “de verdade”, o mais adequado seria pai “biológico” ou “de origem” (MITCHELL, 2007).

Muitas instituições de ensino não estão preparadas para lidar com naturalidade com o tema adoção ou até mesmo para interagir de forma mais adequada com pais e filhos adotivos. Nestas circunstâncias, pode ser necessário que os pais conversem com os educadores sobre a adoção, forneçam informações do seu filho para a escola, além de orientá-los com o objetivo de prevenir situações constrangedoras no futuro (WEBER, 2011).

O modo como algumas lições escolares são propostas podem fazer com que algumas crianças adotadas sintam-se tristes e desconfortáveis. Uma tarefa, geralmente, solicitada pelos professores é levar para a escola uma foto de quando os alunos eram bebês ou pedir para escrever uma autobiografia. Lições como estas se tornam problemáticas quando o aluno não possui fotos de si mesmo quando era menor ou passou por vivências dolorosas antes da adoção. A criança pode não estar disposta a compartilhar com os colegas que foi adotada ou ainda não desejar expor alguns detalhes de seu passado. Algumas sugestões para evitar estes problemas, seria propor que o aluno escolha se quer trazer uma foto ou redigir um texto sobre quando era menor ou de qualquer outra época de sua vida (MITCHELL, 2007; WEBER, 2011).

Uma situação vivenciada por algumas famílias nas adoções tardias é possuir a guarda da criança, sem o processo jurídico estar concluído. Nestes casos, os documentos oficiais da criança estão com o nome da família biológica, no entanto, os pais adotivos podem solicitar à escola que o filho seja designado pelo sobrenome deles em listas de chamada, boletins e outros eventos escolares. Este ato ajudaria a criança a assimilar sua nova identidade (WEBER, 2011).

Muitos professores podem não estar conscientes do impacto negativo que algumas atitudes podem acarretar para os alunos que foram adotados. Entretanto, o público que as escolas atende envolve uma grande diversidade de crianças, portanto, os educadores precisam adaptar seus comportamentos e práticas pedagógicas para que elas sejam adequadas a todos os alunos (MITCHELL, 2007).

TAYMANS *et al.* (2008) apontam que intervenções ou orientações sobre os desafios particulares que crianças e suas famílias vivenciam no ambiente escolar podem ser efetivas e ajudar a sensibilizar os profissionais de educação sobre a crescente diversidade de famílias e crianças existentes na sociedade.

3. MÉTODO

A pesquisa atual caracteriza-se, portanto, pelo delineamento exploratório, que define estudos que investigam um tema não abordado ou pouco explorado, onde ainda há muitas divergências na literatura (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006). O estudo também pode ser caracterizado como correlacional por investigar a relação entre diversas variáveis.

3.1 Participantes

Participaram da pesquisa 50 pais por adoção que realizaram adoções tardias, de ambos os sexos, com idades entre 26 e 62 anos (média de idade: 40,14). Dentre estes participantes, 45 são mulheres (90,0%) e 5 são homens (10,0%).

Foram utilizados os seguintes critérios para inclusão dos participantes na pesquisa:

- a) As crianças adotadas a partir dos dois anos de idade deveriam estar, atualmente, na faixa etária entre cinco e dezessete anos.
- b) A convivência entre pais e filho deveria ter iniciado há seis meses, no mínimo.

Nos casos em que os pais adotaram mais de uma criança a partir dos dois anos de idade, foi solicitado que o pai respondesse o questionário sobre a adoção mais recente. Se a adoção envolvesse um grupo de irmãos, foi solicitado que o participante respondesse as questões pensando no filho mais velho.

A literatura indica que a adoção tardia não tem sido uma prática frequente entre os adotantes (WEBER, 2001; SCHETTINI, 2007; WEBER; PEREIRA, 2009). Por este motivo, foi empregada uma amostragem não-probabilística, constituída por conveniência. O contato com os pais adotivos foi realizado por meio de comunidades no *Orkut*, lista de discussões da ANGAAD (Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção) e da rede social *Facebook*. Nos sites de relacionamentos, os adotantes foram identificados por meio de depoimentos em comunidades e páginas sobre adoção.

3.2 Instrumentos

O questionário elaborado para esta pesquisa contém 40 perguntas abertas e fechadas, sendo 11 sobre características sociodemográficas dos pais, 11 sobre características e histórico de vida do filho adotado a partir dos dois anos de idade, 5 questões sobre adaptação familiar e vinculação afetiva e 13 sobre vivências e percepções dos pais sobre a vida escolar do filho (Anexo A). Os participantes responderam também três instrumentos, cujas características encontram-se descritas abaixo.

3.2.1 Subescala de Comportamentos Problemáticos

A Subescala de Comportamentos Problemáticos (Anexo B) compõe o Sistema de Avaliação de Competências Sociais (GRESHAM; ELLIOT, 1990) que tem o objetivo de investigar a frequência de competências sociais e problemas de comportamento, de acordo com o relato de pais, professores e da criança. O instrumento foi validado para a população brasileira por Bandeira, Del Prette, Del Prette e Magalhães (2009). No presente estudo, somente foi utilizada a subescala de comportamentos problemáticos, conforme o relato parental, que contém 17 itens avaliados pelo sistema Likert de três pontos, com as seguintes opções de resposta: “nunca”, “às vezes” e “frequentemente”. Este instrumento foi avaliado pelo Alfa de Cronbach e apresentou consistência interna satisfatória ($\alpha=0,86$).

A subescala avalia a frequência de três categorias de comportamento: externalizados (itens 1, 5, 8, 11, 16 e 17), internalizados (itens 2, 3, 4, 7 e 14) e de hiperatividade (itens 6, 9, 10, 12, 13 e 15). A descrição de cada uma das dimensões encontra-se a seguir.

a) Externalizados: comportamentos caracterizados pela agressividade física e/ou verbal, como, por exemplo, discutir e brigar, ameaçar ou maltratar os outros, responder aos adultos e ficar bravo com facilidade;

b) Internalizados: comportamentos caracterizados pelo isolamento e ansiedade, como, por exemplo, parecer triste, solitário, demonstrar ansiedade no contato com outras crianças e ficar envergonhado com frequência;

c) Hiperatividade: comportamentos caracterizados pela impulsividade e inquietação, como, por exemplo, perturbar atividades em andamento, movimentar-se

excessivamente, agir impulsivamente, não escutar o que os outros dizem e distrair-se com facilidade.

3.2.2 Escala de Senso de Competência Parental

A Escala de Senso de Competência Parental (Anexo C) foi elaborada originalmente por Gibaud-Wallston e Wanderson (1978) e foi traduzida para o português para esta pesquisa. O instrumento avalia a percepção dos pais quanto à eficácia e satisfação com as funções parentais. A escala original desenvolvida contém 17 itens avaliados pelo sistema de Likert de seis pontos, com as alternativas de resposta variando entre “concordo fortemente” e “discordo fortemente”. Entretanto, a versão da escala utilizada nesta pesquisa foi a de Gilmore e Cuskelly (2008) que contém 14 itens. Esta escala foi avaliada pelo Alfa de Cronbach e apresentou consistência interna satisfatória ($\alpha=0,72$).

O instrumento avalia três dimensões: satisfação com o papel parental (itens 1, 2, 3, 5, 6, 13), autoeficácia com o papel parental (itens 4, 7, 8, 11, 12) e interesse no papel parental (itens 9, 10 e 14). É necessário inverter alguns itens (4, 7, 8, 11, 12 e 14) para que os escores mais altos indiquem uma experiência positiva com a parentalidade. A descrição de cada uma das dimensões encontra-se a seguir.

a) Satisfação: avalia o relato dos pais de sentimentos de frustração, incerteza, ansiedade e desmotivação vivenciados no exercício das funções parentais;

b) Eficácia: avalia a percepção dos pais quanto às próprias competências e habilidades para resolver problemas associados com as funções parentais;

c) Interesse: avalia o engajamento e a motivação dos pais nas funções parentais.

3.2.3 Inventário de Vinculação Afetiva na Infância e Adolescência

O Inventário de Vinculação Afetiva na Infância e Adolescência (Anexo D) é um instrumento português elaborado por Carvalho (2007), e teve sua escrita adaptada para o português brasileiro para a utilização neste estudo. O inventário investiga comportamentos de vinculação interpessoal estabelecidos pela criança ou adolescente, de acordo com o relato dos pais e do filho. Na presente pesquisa, foi

utilizado apenas o instrumento direcionado aos pais. Ele contém 24 itens avaliados pelo sistema de Likert de cinco pontos, com alternativas de resposta entre “nunca” e “sempre”. O inventário avalia a frequência de comportamentos associados a três padrões de vinculação: seguro (4, 6, 9, 11, 12, 21, 22, 23), inseguro evitante (1, 2, 8, 10, 14, 15, 17, 18) e inseguro ambivalente (3, 5, 7, 13, 16, 19, 20, 24). A subdimensão que obtém a maior pontuação indica o padrão de vinculação predominante. A confiabilidade dessas subdimensões também foi avaliada pelo Alfa de Cronbach, com índices de 0,81, 0,73 e 0,86, respectivamente. A descrição de cada um dos padrões de vinculação encontra-se a seguir.

a) Seguro: caracteriza-se pelo conforto e confiança ao interagir em relacionamentos interpessoais, como, por exemplo, respeitar os sentimentos dos outros, gostar de estar próximo das outras pessoas e confiar que os outros o ajudarão quando for necessário.

b) Inseguro evitante: caracteriza-se pelo desconforto ao expressar sentimentos ou dependência, como, por exemplo, achar difícil confiar nas outras pessoas, preferir não demonstrar sentimentos e considerar importante ser independente.

c) Inseguro ambivalente: caracteriza-se pela preocupação com sentimentos de abandono e de rejeição pelos outros como, por exemplo, preocupar-se com a possibilidade de ficar sozinho e com a opinião e a impressão que os outros possuem dele.

3.3 Procedimentos de coleta de dados

A coleta em grupos virtuais de apoio à adoção foi realizada por meio do *Orkut* e *Facebook*. Primeiramente, foram identificadas comunidades e páginas sobre adoção e famílias adotivas nestes sites de relacionamentos. Posteriormente, foram pesquisados, pais que tinham o perfil desejado neste estudo. Estes pais foram convidados a participar da pesquisa por meio de um recado particular ou *scrap*. Na lista de discussões da ANGAAD foi enviada uma mensagem por e-mail explicando os objetivos da pesquisa e solicitando divulgação nos diferentes grupos de apoio à adoção.

Os participantes que aceitaram participar da pesquisa responderam a um questionário virtual elaborado por meio do site *Questionpro*

(<http://adocaotardia.questionpro.com>). Os participantes que responderam a pesquisa por meio do site só tiveram acesso ao questionário, depois de lerem o termo de consentimento e concordarem com ele (Anexo E).

3.4. Análise de dados

A análise dos dados das questões fechadas e das escalas foi realizada por meio do programa de estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Science*), versão 15.0. Os dados foram analisados por meio de medidas descritivas (porcentagens e médias) e pela investigação de relações significativas estatisticamente entre as variáveis de estudo.

Por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov, foi avaliada a normalidade das variáveis, confirmando distribuição normal ($p > 0,05$) para os escores de vinculação ambivalente, comportamentos externalizados, hiperatividade, problemas de comportamento (geral), satisfação, eficácia e competência parental (geral).

Os testes estatísticos utilizados foram o Teste t para amostras independentes, Qui-Quadrado, One-way Anova com teste *post-hoc* Tukey e Correlação de Pearson. O nível de significância adotado para os testes foi de $p < 0,05$. O nível de significância indica o grau de confiança das relações estatisticamente significantes e a probabilidade dos dados serem resultado do acaso e não de uma real diferença (LEVIN, 1987). Ao utilizar um $p < 0,05$, isto indica que há apenas 5% de chance de que as relações encontradas sejam fruto do acaso e, portanto, uma grande possibilidade de que as diferenças encontradas sejam consistentes.

Para avaliar a consistência interna dos três instrumentos aplicados nesta pesquisa foi utilizado o coeficiente Alpha de Cronbach. A consistência interna indica o quanto os itens da escala medem, de fato, o atributo em questão (PALLANT, 2005). É recomendado que o valor do coeficiente seja no mínimo 0,7. Todos os instrumentos aplicados alcançaram valores de consistência interna superiores ao mínimo indicado.

A análise das respostas abertas foi realizada ao fim da coleta de dados baseando-se na categorização por equivalência semântica de conteúdo. A categorização dos dados levou em consideração os tópicos destacados na revisão de literatura e os objetivos da pesquisa. Neste estudo, o comportamento que é foco de análise é o relato verbal dos participantes. Para categorizar eventos

comportamentais, é fundamental uma descrição concisa das variáveis e a operacionalização dos eventos, conforme uma determinada dimensão comportamental.

A classificação de um evento em certa categoria deve: “a) *ser objetiva, clara e precisa*; b) *ser expressa na forma direta e afirmativa*; c) *incluir somente elementos que lhe sejam pertinentes*; d) *ser explícita e completa*” (DANNA; MATOS, 1999, p.134). É necessário também evitar conceitos “circulares”, isto é, na definição da categoria devem ser evitados termos subjetivos ou fatos interpretados ou inferidos (CUNHA, 1975; FAGUNDES, 1992, ZAMIGNAN; MEYER, 2007).

Na categorização das respostas abertas, foi utilizado o seguinte método: a) com base nas respostas dos participantes foram criadas categorias de análise; b) foram relacionados aspectos relevantes contidos em cada categoria de análise e obtidos no referencial teórico da presente pesquisa; c) foi verificado se os dados colhidos efetivamente tratam os principais aspectos do problema; d) as categorias obtidas foram sequenciadas, quantificadas e cruzadas com outras variáveis, em alguns casos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Neste tópico serão apresentados dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa. A Tabela 1 apresenta dados referentes à escolaridade dos pais.

Tabela 1: Escolaridade dos participantes

Escolaridade parental	N	%
Ensino fundamental completo	1	2,0
Ensino médio completo	9	18,0
Ensino superior incompleto	5	10,0
Ensino superior completo	35	70,0
Total	50	100,0

A tabela mostra que nesta pesquisa há uma predominância de pais com formação universitária (70%). Apenas 20% dos participantes não cursou nem está cursando o ensino superior. Este dado sugere que os pais que realizam adoções tardias tendem a apresentar maior escolaridade e, possivelmente, um nível socioeconômico mais elevado. Esta hipótese estaria em consonância com os dados encontrados por Ebrahim (2001a) que verificou um nível socioeconômico mais alto entre pais adotaram crianças maiores. A Figura 1 apresenta dados referentes à prática religiosa dos participantes.

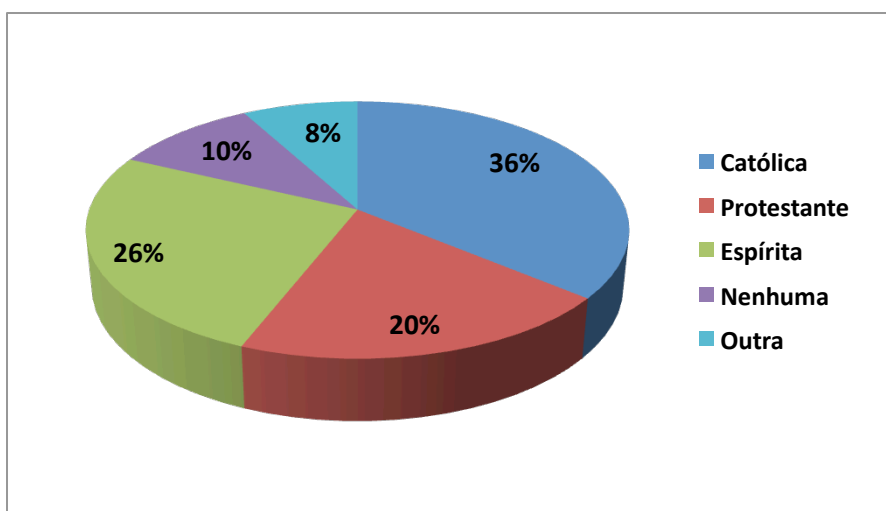


Figura 1: Religião dos participantes.

Os dados indicam que a maioria dos participantes segue a religião católica (36%). O gráfico evidencia também uma grande quantidade de adotantes que praticam a religião espírita (26%), proporção maior do que aqueles que se definem como protestantes (20%). Informações sobre o estado civil dos pais são apresentadas a seguir.

Tabela 2: Estado civil dos participantes na época da adoção

Estado Civil	n	%
Solteiro	10	20,0
Casado	35	70,0
Separado	1	2,0
União estável	4	8,0
Total	50	100,0

Há uma predominância de adoções biparentais nesta amostra, índice que alcança 78%, ao somar os participantes casados (70%) e os que mantêm união estável (8%).

Por outro lado, as adoções monoparentais somam 22% ao reunir adotantes solteiros e separados. Para Ebrahim (2001a), os adotantes de crianças maiores apresentam com maior frequência um estado civil diferenciado. Embora a maioria dos adotantes de bebês ou crianças maiores sejam casados, há uma proporção maior de indivíduos solteiros que realizam adoções tardias quando comparados à porcentagem de solteiros que adotam bebês.

A seguir são apresentados dados sobre a cor de pele dos pais.

Tabela 3: Cor de pele dos pais adotivos

	Cor de pele - mãe		Cor de pele - pai	
	N	%	N	%
Branca	41	82,0%	31	62,0%
Negra	0	0,0%	4	8,0%
Parda ou mulata	5	10,0%	7	14,0%
Amarela	0	0,0%	1	2,0%
Não tem mãe/pai adotivos	3	6,0%	7	14,0%
Não respondeu	1	2,0%	0	0,0%
Total	50	100,0	50	100,0

A Tabela 3 mostra que a maioria dos pais adotivos tem cor de pele branca, o que corrobora a observação feita por Coimbra (2005). Uma pequena proporção de

pais apresenta cor de pele parda, mulata ou negra, cerca de 18% dos pais e 10% das mães.

Foi solicitado aos participantes que indicassem a sua própria cor de pele e no item seguinte, a cor de pele do seu cônjuge. Para aqueles que realizaram adoções monoparentais, era possível escolher uma opção que indicasse que a criança não tinha mãe ou pai adotivo, o que fosse coerente com a situação em particular. Os dados revelam que em 14% dos casos houve a ocorrência de adoção monoparental feminina e em 6% dos casos, adoções monoparentais masculinas, como pode ser verificado na tabela.

Adoções realizadas por homens solteiros ainda são incomuns, mas o fato desde dado ser encontrado, mesmo em uma amostra pequena como a dessa pesquisa, reforça as observações de Ebrahim (2001a) sobre a ocorrência de um estado civil mais diferenciado entre os adotantes de crianças mais velhas.

Informações sobre a quantidade de filhos biológicos que os participantes têm são apresentadas na Figura 2.

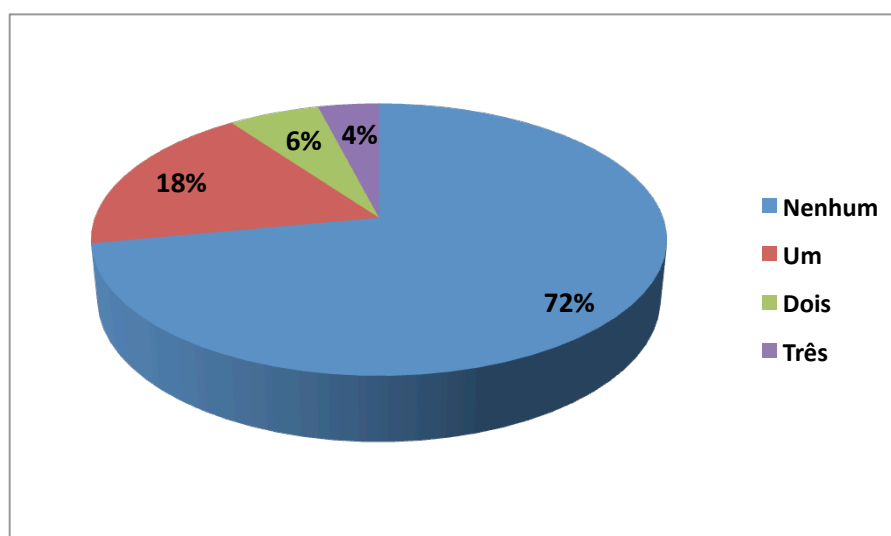


Figura 2: Quantidade de filhos biológicos.

A Figura 2 indica que uma quantidade reduzida de participantes exerce a parentalidade biológica, apenas 28% dos participantes tem pelo menos um filho biológico. A maioria dos pais não tem nenhum filho genético (72%).

Os participantes foram divididos em dois grupos, aqueles que tinham filhos biológicos e os que não tinham. Ao analisar esta variável com a escolaridade dos pais (ensino médio e superior), verificou-se que há uma quantidade maior de

participantes que têm filhos biológicos entre os pais com menor escolaridade ($\chi^2=7,84$; $gl=1$; $p=0,01$).

Embora os participantes não tenham sido questionados nesta pesquisa sobre os motivos que os levaram a adotar, este dado pode indicar uma motivação diferente entre pais com maior e menos escolaridade.

No Brasil, a principal motivação para adotar é a infertilidade. É possível que os adotantes com menor escolaridade e que possuem filhos biológicos adotem baseando-se em motivos altruístas, uma motivação mais associada às adoções diferenciadas, como é o caso das adoções tardias (EBRAHIM, 2001a; DIAS, *et al.*, 2008). Por outro lado, o fato dos pais com ensino superior terem, com menor frequência, filhos biológicos pode indicar que estes participantes optaram pela adoção como forma de parentalidade por impossibilidade biológica, o que seria coerente com esta que é, de fato, a motivação mais frequente no país. Entretanto, uma segunda possibilidade é que os adotantes com escolaridade superior têm com menor frequência filhos biológicos porque desejam exercer a parentalidade, mas valorizam menos a filiação biológica.

A Figura 3 apresenta a quantidade de filhos adotivos que os participantes têm.

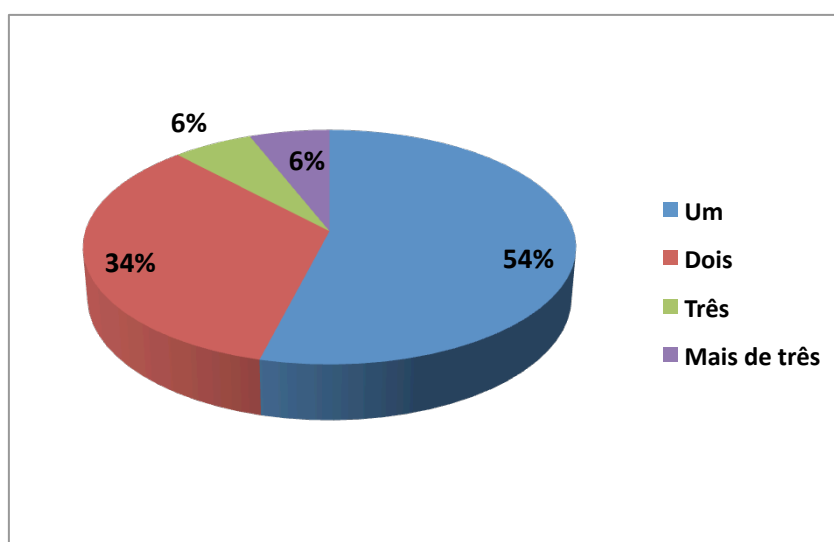


Figura 3: Quantidade de filhos adotivos.

A maior parcela dos pais adotou apenas uma criança (54%). Em 34% dos casos foram adotadas duas crianças e em 12% deles foram adotadas três ou mais crianças. Os pais que adotaram mais de um filho, não necessariamente realizaram

adoções simultâneas envolvendo grupos de irmãos, pois este item questionava quantos filhos adotivos os pais tinham ao todo.

Verificou-se que esta variável também possui uma relação com a escolaridade dos pais. A maior parte dos pais com ensino médio adotou apenas uma criança, enquanto a maioria dos pais com formação universitária adotou dois ou mais ($\chi^2=3,66$; gl=1; p=0,30).

5.2 CARACTERÍSTICAS E HISTÓRICO DA CRIANÇA ADOTADA

Nos casos em que os pais adotaram mais de uma criança a partir dos dois anos, foi solicitado que eles respondessem a pesquisa referindo-se apenas sobre o filho mais velho. De forma não proposital, foi alcançada nesta amostra uma quantidade proporcional de relatos sobre filhos (50%) e filhas (50%).

Uma pequena parcela destes filhos foi adotada junto com os irmãos biológicos (34%). Verificou uma tendência à significação no cruzamento entre escolaridade e adoção de grupos de irmãos ($\chi^2=3,60$; gl=1; p=0,05) e uma relação significativa entre esta última variável e o estado civil dos pais na época da adoção ($\chi^2=3,89$; gl=1; p=0,04).

Verificou-se que os pais casados e com ensino superior adotaram com maior frequência grupos de irmãos do que aqueles que eram solteiros na época da adoção ou apresentavam escolaridade até o ensino médio.

A relação entre adoção de irmãos e escolaridade é coerente com dados anteriormente encontrados sobre os pais com ensino superior. Eles têm menos filhos biológicos, têm mais de um filho adotivo e com maior frequência adotam irmãos. Uma hipótese para a relação encontrada entre adoção de grupo de irmãos e estado civil é que os indivíduos solteiros evitam adotar grupos de irmãos, possivelmente, por motivos financeiros.

As Figuras 4 e 5 expõem as faixas etárias nas quais os filhos estavam quando foram adotados e em quais estão atualmente.



Figura 4: Faixa etária dos filhos quando foram adotados.

Figura 5: Faixa etária atual dos filhos.

mero ligeiramente maior de crianças adotadas e destacar que os pais foram questionados a quando foi obtida a sua guarda e não quando a adoção foi concluída. Quanto ao tempo de adoção dos pais, houve processos que demoraram mais de um ano para serem concluídos. Aproximadamente 26% das famílias ainda não haviam concluído o processo de adoção quando responderam ao questionário desta pesquisa.

A média de idade que as crianças tinham quando foram morar com os pais adotivos era de 6,4. As crianças adotadas com mais idade tinham 10 (n=9) ou 11 anos (n=3) quando a convivência com a família adotiva foi iniciada. Esta idade, inclusive, pode ser considerada o limite máximo de “adotabilidade”. Profissionais que trabalham com adoção consideram, muitas vezes, difícil a adoção de crianças na faixa etária entre 8 e 10 anos (ROSA, *et al.*, 2010; SASSON; SUZUKI, 2011). A partir dos dez anos de idade, torna-se ainda mais desafiadora a tarefa de encontrar adotantes dispostos a adotar um pré-adolescente ou até mesmo um adolescente.

Não foi encontrada relação significativa entre a idade que a criança foi adotada e a escolaridade dos pais ($t=0,04$; $p>0,05$), estado civil ($t=0,04$; $p>0,05$), religião ($F=1,44$; $p>0,05$) ou presença de filhos biológicos ($t=-0,25$; $p>0,05$).

Na Figura 5, é possível constatar uma frequência maior de crianças com idade atual na faixa entre 5 e 8 anos (38%), seguidas pelos adolescentes entre 12 e 17 (36%) e pelos filhos entre 9 e 11 anos (26%). A idade média atual dos filhos é de 9,7 anos e o tempo de convivência médio com os pais é de três anos. Para participar da pesquisa foi utilizado um critério mínimo de convivência de seis meses entre os pais e a criança.

A Tabela 4 mostra informações sobre a cor de pele das crianças adotadas.

Tabela 4: Cor de pele dos filhos adotados

Cor de pele	n	%
Branca	15	30,0
Negra	11	22,0
Parda ou mulata	24	48,0
Total	50	100,0

Esta tabela revela uma predominância de crianças adotadas com cor de pele parda ou mulata (48%). As crianças brancas, geralmente, preferidas pelos pretendentes à adoção (WEBER, 1998a; WEBER, 1999a; VIEIRA, 2003; LEVY; PINHO, 2004; AMIM; MINANDRO, 2007) aparecem numa quantidade intermediária de 30% e as com cor de pele negra correspondem a 22% dos casos.

Ao comparar a cor de pele da criança com as dos pais, verificou-se uma ocorrência de 55% de adoções inter-raciais e de 45% de adoções intra-raciais. Foi considerada uma adoção inter-racial quando a criança possuía cor de pele diferente de ambos os pais e adoção intra-racial quando a criança possuía cor de pele semelhante a pelo menos um dos pais.

Encontrar uma maioria de adoções inter-raciais em uma amostra de pais que realizaram adoções tardias é um dado muito significativo. Por um lado, pode parecer coerente, pois dados do IPEA indicam que a maioria das crianças que estão em programas de acolhimento institucional apresentam idade mais elevada e cor pele parda ou negra (SILVA, 2004). Por outro lado, a quantidade mais alta de adoções inter-raciais, encontrada na presente pesquisa, pode indicar uma notável flexibilidade entre as pessoas que escolhem adotar uma criança mais velha.

Os pais desta pesquisa optaram por exercer a parentalidade de uma criança adotada a partir dos dois anos de idade, uma prática cultural pouco frequente, pois as pessoas, geralmente, estão acostumadas a serem pais e mães de bebês e muitas podem achar desafiador criar uma relação de filiação com uma criança mais velha (COSTA; ROSSETI-FERREIRA, 2007).

Neste contexto, o fato de a maioria dos pais ter adotado uma criança com cor de pele distinta da sua representa, assim, a superação de um segundo obstáculo e seria um segundo indicativo da flexibilidade que estes adotantes apresentam.

A semelhança física com a criança adotada é algo desejado por muitos candidatos à adoção. Costa e Campos (2003) sustentam que para os pais adotivos

a semelhança física é um aspecto importante no estabelecimento de vinculação afetiva com a criança. A adoção de uma criança com cor de pele próxima a dos adotantes também ajudaria na tentativa de não deixar tão evidente a adoção e, portanto, simular uma parentalidade biológica (AMIM; MENANDRO, 2007).

Para a maioria dos pais adotivos desta amostra a semelhança física e a possibilidade de “ocultar” a adoção não foram aspectos significativos na adoção dos seus filhos.

Não foi encontrada relação significativa entre adoção intra e inter-racial a escolaridade dos pais ($\chi^2=0,13$; gl=1; $p>0,05$), estado civil ($\chi^2=2,01$; gl=1; $p>0,05$), religião ($\chi^2=5,19$; gl=3; $p>0,05$) ou presença de filhos biológicos ($\chi^2=0,20$; gl=1; $p>0,05$).

O estado de saúde da criança quando foi adotada é discutido a seguir.

Tabela 5: Problemas de saúde na época da adoção

Problemas de saúde	n	%
Não	26	52,0
Sim	24	48,0
Total	50	100,0

Há uma quantidade levemente maior, nesta amostra, de crianças que eram saudáveis quando foram adotadas (52%). Entre as crianças que tinham problemas de saúde, a maior parcela apresentava doenças com menor gravidade como, alergias, anemia, bronquite e problemas na dentição, por exemplo. Poucas crianças apresentavam problemas de saúde que podem ser considerados mais graves. Entre estes casos, há crianças que apresentam paralisia cerebral, HIV+ e síndromes genéticas.

Verificou-se que os pais com escolaridade média adotaram com maior frequência crianças com problemas de saúde do que os pais com ensino superior ($\chi^2=3,95$; gl=1; $p=0,04$). Apesar da maioria das crianças não apresentarem problemas graves de saúde, este dado pode reforçar a hipótese de uma adoção com motivação mais altruísta/solidária entre as pessoas com menor escolaridade.

Não foi encontrada relação entre a saúde da criança na época da adoção e a religião ($\chi^2=5,69$; gl=3; $p>0,05$) ou o estado civil dos participantes ($\chi^2=0,03$; gl=1; $p>0,05$).

Os pais foram questionados se o seu filho passou por tentativas anteriores de

adoção. Suas respostas estão apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6: Filho passou por tentativas anteriores de adoção

Tentativas anteriores	n	%
Não	28	56,0
Sim	19	38,0
Não sei	3	6,0
Total	50	100,0

A maioria das crianças não passou por outras tentativas de adoção. Porém, 38%, uma quantidade considerável, passou por experiências malsucedidas de adoção. Para os pais que responderam afirmativamente a esta questão, foi solicitada uma descrição referente às experiências que seu filho vivenciou com outras famílias. Algumas respostas dos pais destacam-se pelo sofrimento e dor implícitos nos relatos. A seguir encontram-se algumas descrições.

3 tentativas frustradas, com devolução respectivamente com 10, 8 e 6 meses de convivência; alegação: ela era teimosa, birrenta, dificuldades escolares. (Participante adotou a filha com quando ela estava 10 anos)

Meu filho ficou em uma família por 6 meses mas disseram que não se apegaram a ele como filho. (Participante adotou o filho quando ele estava com 6 anos)

O casal estava cumprindo período de convivência com os meninos, ficaram com eles vários fins de semana e tiveram autorização para passar 15 dias com eles, nesse período levaram ambos para avaliação em uma escola conceituada de sua cidade, onde os meninos ficaram retraídos e foram diagnosticados como 'inaptos para frequentar essa ou qualquer outra escola', diante disso a esposa desistiu da adoção, embora o marido (psicólogo) tenha discordado da avaliação e quisesse concluir a adoção. O juizado decidiu por interromper o processo para preservação das crianças. (Participante adotou irmãos com idades de 6 e 4 anos)

A experiência para elas foi péssima, já que a família ficou com elas por quase 2 anos, e simplesmente as devolveu, elas ficaram com muitas sequelas e medo, além de ter tornado o processo muito mais burocrático para mim, já que a equipe técnica tinha medo que eu as devolvesse também. (Participante adotou irmãs com idades de 7 e 8 anos)

Passou pelo processo de convivência com uma outra família, inclusive sendo levado para passar o Natal em 2010 com eles, já os chamava de pai e mãe. Após o Natal foi 'devolvido' ao abrigo sem maiores explicações. Nunca nem se despediram ou contaram a verdade para ele. Este fato em nossa adaptação nos trouxe muito problemas, bastava fazermos um passeio de carro pra longe que ele ficava inseguro, achava que também o devolveríamos. (Participante adotou o filho quando ele estava com 5 anos)

Embora não tenha sido realizada uma análise qualitativa semântica desta

questão aberta, estes relatos ilustram os motivos mais frequentes para a devolução da criança: desinteresse para a parentalidade, desconhecimento sobre como lidar com características comportamentais da criança e indisponibilidade afetiva. Um agravante nas circunstâncias de devolução é muitas vezes a falta de explicação para a criança sobre o que ocorreu, o que pode gerar culpa e todo tipo de fantasia e, conseqüentemente, tornar mais delicada a sua interação com uma nova família adotiva.

As famílias responderam uma questão sobre a quantidade de tempo em que os seus filhos viveram em programas de acolhimento institucional (Tabela 7).

Tabela 7: Tempo em que o filho passou em instituições

Quanto tempo	n	%
Até seis meses	5	10,0
Um ano	5	10,0
Até dois anos	8	16,0
Até três anos	14	28,0
Até quatro anos	5	10,0
Mais de quatro anos	8	16,0
Não passou por abrigamento	2	4,0
Pais não sabem	3	6,0
Total	50	100,0

A maior parte das crianças viveu por três anos em uma instituição de acolhimento (28%). Em seguida, há uma quantidade semelhante de crianças que passaram dois anos e mais de quatro anos em um abrigo, nos dois casos, a porcentagem é de 16%.

Somando os casos de crianças que passaram por abrigamento em um período de tempo inferior ou até dois anos, resulta uma porcentagem de 38%. Embora dois anos seja uma quantidade de tempo bastante considerável, especialmente para uma criança, ele ainda seria considerado um limite jurídico aceitável (BRASIL, 2009). Porém, ao verificar a porcentagem de criança que viveram além de dois anos em um abrigo, chega-se a uma porcentagem de 56% dos casos, um dado alarmante, porém, habitual conforme um levantamento realizado pelo IPEA em abrigos de todo o país (SILVA, 2004).

Há casos de crianças, nesta amostra, que viveram mais da metade de suas vidas afastadas do convívio familiar. Há casos de crianças que passaram 7, 8 e 10

anos de suas vidas morando em instituições que, conforme os princípios elencados pelo ECA, deveriam possuir uma natureza provisória e excepcional (BRASIL, 1990).

Foi verificada uma tendência à significação no cruzamento entre a quantidade de tempo que a criança passou abrigada e tentativas anteriores de adoção ($t=-1,84$; $p=0,07$). Constatou-se que as crianças que passaram por devoluções viveram por mais tempo em instituições de acolhimento do que os filhos que não passaram por esta experiência. Uma hipótese para este dado é que poderia ocorrer uma estigmatização da criança que é devolvida ao abrigo, o que tardaria a sua colocação em uma nova família substituta.

Os motivos para o afastamento da criança de sua família biológica foram também questionados aos pais (Tabela 8).

Tabela 8: Motivos para o abrigamento

Motivos	n	%
Negliglência	37	77*
Abuso físico	11	23*
Abuso sexual	4	8*
Pobreza	20	42*
Pais usuários de drogas	21	44*
Violência doméstica	15	31*
Outros motivos	17	34*
Não sabe	1	2*

* Nesta questão os participantes puderam assinalar mais de um motivo, por isto, a porcentagem não soma 100%. Os números indicados correspondem à porcentagem de participantes que responderam afirmativamente ao item em questão.

Os motivos mais mencionados pelos participantes foram, em ordem decrescente, a negligência, o uso de drogas pelos pais biológicos, a pobreza e a violência doméstica.

Foram investigadas possíveis relações entre os diferentes motivos para abrigamento e as seguintes variáveis sociodemográficas dos pais: religião, estado civil e escolaridade. Verificou-se que os indivíduos solteiros e separados adotaram com maior frequência crianças que passaram por abuso físico quando comparados aos casais ($\chi^2=4,103$; $gl=1$; $p=0,04$). Os demais cruzamentos não indicaram relações significativas.

5.3 VINCULAÇÃO AFETIVA E CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Os participantes foram questionados sobre como ocorreu a formação de laços afetivos com o seu filho (Tabela 9).

Tabela 9: Como ocorreu o processo de vinculação afetiva entre seu filho e você

Vinculação afetiva	n	%
Gradualmente	15	30,0
Rapidamente	16	32,0
Lentamente	13	26,0
Outros	6	12,0
Total	50	100,0

Uma porcentagem levemente maior declarou que o processo aconteceu de forma rápida ou mais fácil do que eles esperavam (32%). Alguns pais relataram ainda a experiência de uma vinculação “instantânea” ou “imediata” ao conhecer a criança: *“Amor à primeira vista”; “O amor foi imediato, não consigo explicar. Até esqueço que houve adoção, ela se apegou muito rápido e eu também”; “Quase que imediato, o amor nasceu instantâneo, menos de um mês me chamava de mãe, ela tem muito da minha personalidade, tenho certeza que tivemos ligações em vidas passadas”; “Praticamente imediato. Fomos chamados pra conhecer uma criança de cinco anos e nos apaixonamos por nosso filho”; “Parece que eles sempre fizeram parte de nossa família e que o vínculo afetivo entre nós sempre existiu. Inexplicável”.*

O relato de uma vinculação “imediata” com o filho adotivo costuma ocorrer em relatos de alguns pais adotivos, assim como na experiência de certo número de pais biológicos. Entretanto, ela não deve ser considerada norma, tanto pais adotivos quanto biológicos podem não desenvolver esta vinculação “instantânea” (MILLER, 2005). Muitos pais precisam de mais tempo e convivência para desenvolver uma relação de afeto, dado que se confirma com a resposta dos demais participantes sobre esta questão.

Outros pais descreveram uma vinculação que se estabeleceu de maneira gradual (30%). Estes pais não citaram nenhuma dificuldade específica e responderam terem se vinculado aos seus filhos de forma tranquila, onde os laços afetivos foram se estreitando com o passar do tempo: *“Ao encontrar meu filho pela primeira vez, o sentimento imediato foi de solidariedade, em virtude de sua história bastante sofrida, além de seu estado físico, que evidentemente inspirava muitos cuidados. Com o passar do tempo, a solidariedade deu lugar à empatia e a*

convivência trouxe, por fim, o amor mais bonito que já experimentei”; “O amor foi crescendo a cada dia. Meu coração batia mais forte só em pensar que ele ia ser meu filho”.

Por fim, alguns pais descreveram um processo de vinculação mais lento (26%). Em alguns relatos, houve menções de dificuldades da criança ou dos próprios pais: *“Sentia um estranhamento com a presença daquela criança mais velha, por mais que eu pensasse estar preparada”; “Foi e ainda é difícil, devido ao abandono é difícil para ele fazer vínculos fortes, e ainda por ele ter mágoa da figura materna”; “Foi lento, pois minha filha tinha muitas dificuldades de se entregar afetivamente. No entanto, se senti mais a vontade comigo. Respeitei o tempo dela, nunca forçava nada, mas sempre deixava entender que queria um carinho dela. Comemorava cada ato de carinho que ela fazia mesmo que involuntário”.*

Na categoria ‘Outros’ (12%) foram agrupadas as respostas de pais que descreveram algumas etapas do processo de adoção ou outros aspectos do relacionamento, mas não responderam, especificamente, sobre o processo de vinculação afetiva.

Verificou-se que o tempo necessário para a vinculação afetiva não está relacionado com a conclusão do processo de adoção ($\chi^2=5,33$; $gl=3$; $p>0,05$) nem com a experiência de tentativas anteriores de adoção que a criança passou ($\chi^2=5,57$; $gl=6$; $p>0,05$).

A falta de relação entre o processo de vinculação afetiva, conforme o relato dos pais, e as experiências malsucedidas da adoção é um dado muito positivo, principalmente, diante das circunstâncias extremamente dolorosas que algumas crianças foram expostas. Este dado sugere que muitas crianças são capazes de se vincularem afetivamente, mesmo após passar por uma decepção tão significativa, como é o caso de vivenciar uma devolução.

Os participantes foram perguntados se ocorreram dificuldades no relacionamento afetivo com o filho (Tabela 10).

Tabela 10: Existiram dificuldades de vinculação entre você e seu filho

Dificuldades de vinculação	n	%
Não	33	66,0
Sim	17	34,0
Total	50	100,0

Ao serem questionados diretamente, 66% dos pais declarou que a vinculação

afetiva com o filho ocorreu sem dificuldades, enquanto 34% dos participantes confirmou a existência de problemas na construção de vínculos com o filho.

Não foi encontrada relação estatisticamente significativa entre dificuldades de vinculação e o tempo que a criança ficou abrigada ($t=-0,13$; $p>0,05$), a idade em que foi adotada ($t=0,742$; $p>0,05$) e as experiências anteriores de adoção ($\chi^2=0,92$; $gl=1$; $p>0,05$).

Os dados de alguns estudos sugerem que a idade de adoção e a quantidade de tempo que a criança ficou institucionalizada não afetam a qualidade da vinculação afetiva estabelecida com os pais adotivos (RUSHTON, *et al.*, 2003; JUDGE, 2004; VERÍSSIMO; SALVATERRA, 2006; NIEMANN, 2010). A ausência de uma relação significativa na investigação destas variáveis pode indicar para a existência de características de resiliência entre algumas crianças e também para os efeitos reparadores que advêm da adoção, mesmo sob condições consideradas, geralmente, desfavoráveis, como é, por exemplo, passar por uma experiência malsucedida de adoção.

Os pais responderam também questões específicas sobre o relacionamento com o filho como, por exemplo, em quanto tempo a criança passou a chama-los de mãe ou pai (Tabela 11).

Tabela 11: Quanto tempo demorou para seu filho lhe chamar de mãe/pai

Tempo	n	%
Imediatamente	19	38,0
Na primeira semana	7	14,0
No primeiro mês	10	20,0
Entre dois e quatro meses	10	20,0
Ainda não chama	2	4,0
Outros	2	4,0
Total	50	100,0

A maioria dos pais afirmou que o tratamento de “pai” e “mãe” ocorreu imediatamente no primeiro contato com a criança (38%): *“Desde o primeiro momento, ela ainda estava abrigada e já nos chamava de pai e mãe”*; *“Imediatamente, desde o primeiro dia que chegou em minha casa, sempre me chama de papai”*; *“Durante o período de abrigamento isso já acontecia, foi algo natural pelo vínculo criado”*.

Em algumas famílias, este tratamento ocorreu no primeiro mês (20%) e em

outras entre dois e quatro meses de convivência: *“Não foi imposto esse chamamento, como tinha muitas cuidadoras, muitas tias no abrigo ele no começo se enrolava um pouco, chamava ora de tia, depois se consertava e falava mãe. Acho que sem fazer a troca uns dois meses ou menos”; “Uns 4 meses, antes ela me chamava de 'ô' depois de tia”.*

Os pais foram questionados a respeito de quais foram as maiores dificuldades no início da convivência familiar. O aspecto mais citado foi a dificuldade para impor regras e limites ao filho: *“Ela saiu de um abrigo cheio de crianças onde não existia regras, ou pelo menos ela não as cumpria, e foi para uma casa sem crianças e com regras”; “Não respeitava e nem obedecia a mim e nem na escola, pois não conhecia o que era uma estrutura familiar”; “A resistência em se submeter a regras e limites, a respeitar e reconhecer a nossa autoridade de pais”.*

A aceitação de regras e limites também foram citadas por outras pesquisas como uma das dificuldades mencionadas pelos pais que adotam crianças mais velhas (WEBER; CORNÉLIO, 1995; SCHETTINI, 2007; DIAS; SILVA; FONSECA, 2008; DUGNANI, 2009).

Orientações sobre práticas educativas autoritativas, durante o curso de preparação para a adoção, poderiam ajudar as famílias a lidarem com dificuldades na imposição de regras e limites. O emprego de práticas parentais autoritativas, que conjugam alto envolvimento e monitoria, são consideradas importantes na qualidade de interação familiar e também podem ajudar no estabelecimento de laços afetivos entre a criança e seus pais (BARTEL, 2006; ROBERSON, 2006; REES, 2008; RIJK, 2008; WEBER, 2011).

Estruturar a rotina do filho com regras claras e consistentes e expressar afeto constante são práticas autoritativas que podem tornar a convivência familiar menos áspera durante o período inicial do relacionamento entre a criança e seus pais (RIJK, 2008; WEBER, 2011).

A consistência dos pais, mesmo diante de comportamentos de desobediência e oposição é necessária, pois tais comportamentos da criança podem representar uma forma de avaliar a permanência e a estabilidade do novo relacionamento com os pais (PINDERHUGHES, 1996; MILLER, 2005). Um exemplo disto está no relato de uma participante desta pesquisa: *“Nosso filho nos testava o tempo todo, queria se certificar o quanto nós o amávamos e estaríamos dispostos a permanecer com ele, não importa o que fizesse. Aprontou bastante, mas nunca sentimos rejeição dele*

por nós, sabíamos que nos atingia por medo de ser abandonado ou 'devolvido' novamente”.

5.4 VIVÊNCIAS ESCOLARES

Neste tópico serão apresentadas informações sobre a vida escolar dos filhos. A Tabela 12 expõe dados sobre o período escolar que as crianças estão cursando, atualmente.

Tabela 12: Em qual série escolar seu filho estuda

Período	n	%
Educação infantil	5	10,0
Ensino fundamental (1º a 5º)	25	50,0
Ensino fundamental (6º a 9º)	16	32,0
Ensino médio	3	6,0
Não respondeu	1	2,0
Total	50	100,0

A maioria dos filhos está cursando o ensino fundamental, entre o 1º e 5º ano (50%). A segunda categoria mais frequente é de filhos que estudam entre o 6º e 9º ano, o que corresponde a uma porcentagem de 32%.

Os pais foram questionados se forneceram alguma informação a respeito da adoção de seu filho à escola e quais informações transmitiram (Tabela 13).

Tabela 13: Informações transmitidas à escola sobre a adoção do filho

Informações	n	%
Sobre a adoção do filho	18	30,0
Passou informações, mas não especificou	12	20,0
Histórico de vida do filho	11	18,3
Características do filho	10	16,7
Histórico escolar do filho	5	8,3
Outros	3	5,0
Não passou informações	1	1,7
Total	60*	100,0

* Frequência de respostas e não de participantes

Uma parcela dos pais informou sobre a adoção à escola para fins de matrícula ou para solicitar que a criança seja chamada pelo sobrenome dos pais adotivos (30%): *“Sim, como eu não tinha a certidão só o documento de guarda, eles*

foram informados de que ele era adotivo”; “Precisei passar, pois ainda temos somente a guarda deles, então tive que apresentar a documentação. Também pedi a professora para que ao ensinar escrever o nome completo, ensinasse o novo sobrenome no lugar do antigo”; “Sim, pois quando chegaram eu tinha somente a guarda para fins de adoção, a certidão constava o nome dos pais biológicos”.

Alguns pais responderam que transmitiram “todas” as informações possíveis, sem especificar, quais foram exatamente: *“Desde quando fomos matriculá-la contamos toda a história para a direção. Tínhamos medo de que ela pudesse sofrer algum tipo de preconceito por parte dos colegas, mas isso nunca aconteceu”; “Sim, todas, afinal, é com os educadores que ela passará a maior parte de seu dia”; “Todas as informações possíveis. Antes de viajar a escola dele já estava de sobreaviso. Valorizo muito os estudos. Já saiu do avião praticamente direto para o colégio. Precisava da ajuda do colégio para conhecê-lo também naquele ambiente”.*

Informações referentes ao histórico de vida da criança também foram transmitidas por uma parcela dos participantes (18,3%): *“A história familiar antes da adoção”; “sobre as famílias anteriores, sobre a situação no abrigo, sobre o relacionamento conosco e suas dificuldades com regras e limites”.*

Outros pais julgaram importante informar sobre características da criança (16,7%): *“Seu perfil emocional, familiar, de onde veio e tudo o que eu sabia sobre ele. Informei tudo, para que a escola tivesse subsídios, para melhor trabalhar as dificuldades; “Passei informações sobre seu gênio e caráter, e forma de lidar com ele em alguns momentos”.*

Curiosamente, poucos pais julgaram relevante passar informações a respeito do histórico educacional da criança (8,3%): *“Que não foi para escola na idade certa e por isso o atraso escolar”; “Passei informações sobre ela ter dificuldades de aprendizado, devido à desnutrição que teve em uma fase da vida e falta de estímulos nas idades anteriores a estar conosco”; “Como ela está defasada alguns anos, precisei informar à professora que ela havia sido adotada e só agora tinha acompanhamento adequado e estímulo”.*

Estes dados mostram que os pais, quase integralmente, declararam ter transmitido algum tipo de informação para a escola, embora, alguns tenham feito por necessidade como, por exemplo, no caso de matrícula escolar antes do processo estar concluído, e em outro grupo de pais não foi possível avaliar o teor das informações porque os participantes não especificaram estes dados em seus

relatos. Apesar disso, destaca-se que não foram verificadas expressões de desconforto ou desagrado dos pais em terem que transmitir alguma informação. Houve apenas um caso em que a participante não passou nenhuma informação à escola, mas ela também não esconde a adoção de outras pessoas: *“Não, diretamente. Mas como nós sempre aparecemos dando entrevistas em jornais e TVs, então isso não é segredo para ninguém”*.

Os pais foram questionados sobre possíveis dificuldades escolares que o filho apresenta (Tabela 14).

Tabela 14: Filho apresenta alguma dificuldade escolar

Dificuldades escolares	n	%
Não	30	60,0
Sim	20	40,0
Total	50	100,0

A maior parte dos pais (60%), afirma que seu filho não apresenta nenhum problema associado ao ambiente escolar. Entre aqueles que apresentam dificuldades, os aspectos mais citados pelos participantes foram as dificuldades de concentração, aprendizado e relacionamento interpessoal.

Dugnani (2009) também verificou que a dificuldade escolar mais citada por pais que realizaram adoções tardias foi a falta de concentração para realizar atividades escolares. Os pais empregaram práticas de incentivo e valorização como forma de encorajar o engajamento dos filhos com os estudos.

Verificou-se uma tendência à significação no cruzamento entre dificuldades escolares e estado civil dos pais ($\chi^2=4,93$; gl=1; $p=0,06$). Pais em famílias monoparentais relataram menores dificuldades do filho na escola quando comparados aos casais. Uma hipótese para explicar este dado é um envolvimento parental mais acentuado em famílias monoparentais. Para Cowan (2004), crianças mais velhas se beneficiam ao serem adotadas por pessoas solteiras, pois este contexto familiar permite uma atenção mais devotada a eles.

Não foi encontrada relação estatisticamente significativa entre dificuldades escolares e idade que a criança foi adotada ($t=-0,13$; $p>0,05$), tempo de abrigamento ($t=0,74$; $p>0,05$) e as diferentes vivências de vulnerabilidade social: negligência ($\chi^2=1,51$; gl=1; $p>0,05$), abuso físico ($\chi^2=1,18$; gl=1; $p>0,05$), abuso sexual ($\chi^2=0,16$; gl=1; $p>0,05$), pobreza ($\chi^2=0,42$; gl=1; $p>0,05$), dependência química dos pais

biológicos ($\chi^2=1,57$; $gl=1$; $p>0,05$) e violência doméstica ($\chi^2=0,18$; $gl=1$; $p>0,05$).

Embora as dificuldades escolares citadas pelos pais sejam mais amplas e não tenham englobado apenas o desempenho escolar do filho, é preciso destacar a ausência de relações significativas entre as variáveis analisadas. Este dado diverge de algumas pesquisas que encontraram relação, especificamente, entre desempenho acadêmico e negligência parental, violência doméstica, abuso físico e idade de adoção (ECKENRODE *et al.*, 1993; HEATH *et al.*, 1994; VAN IJZENDOORN; JUFFER, 2005; TAN, 2006; BEVERLY *et al.*, 2008; VAUGELADE *et al.*, 2008; PEREIRA *et al.*, 2009).

Por outro lado, os dados da presente pesquisa convergem para as conclusões de Palacios e Sánchez (1996) de que o evento da adoção reduz consideravelmente ou totalmente os riscos de problemas que poderiam estar associados com experiências adversas de vida.

A Tabela 15 expõe a opinião dos pais sobre o desempenho acadêmico de seu filho.

Tabela 15: Desempenho escolar do filho conforme a percepção dos pais

Desempenho escolar do filho	N	%
Muito insuficiente	3	6,0
Insuficiente	3	6,0
Regular	6	12,0
Bom	21	42,0
Muito bom	15	30,0
Não respondeu	2	4,0
Total	50	100,0

Poucos pais fizeram avaliações negativas do desempenho do filho na escola: 12%, ao somar aqueles que julgaram o rendimento como “insuficiente” ou “muito insuficiente”. A maioria dos participantes avalia positivamente o desempenho escolar do filho com 42% considerando-o “bom” e 30% “muito bom”. Somando os pais que avaliam positivamente o desempenho escolar do seu filho, atinge-se um índice de 72% de pais satisfeitos com este aspecto comportamental do filho.

Este dado é bastante significativo, uma vez que vários autores sugerem que os pais adotivos tendem a apresentar mais ansiedade, perfeccionismo, altas expectativas e baixa tolerância com problemas de comportamento do filho (WEBER, 1998b; LARSON, 1999; PETERS *et al.*, 1999; PEDRO-VIEJO, 2005; VAN IJZENDOORN; JUFFER, 2005; DUGNANI, 2009; FREIJO *et al.*, 2010).

Narad e Mason (2004) pontuam a importância de os pais ajustarem suas expectativas conforme o desenvolvimento do filho e não, necessariamente, segundo a sua idade cronológica.

É possível que os pais que adotam crianças mais velhas apresentem menor ansiedade e sejam mais tolerantes e realistas ao avaliarem seu filho. Esta interpretação pode ser válida, uma vez que os pais que adotam crianças maiores apresentam maior maturidade e estabilidade emocional quando comparados aos adotantes convencionais, de acordo com Ebrahim (2001a).

A Tabela 16 aborda o relato dos pais sobre possíveis situações de constrangimento que o filho tenha sofrido na escola.

Tabela 16: Filho passou por algum constrangimento no ambiente escolar por ter sido adotado

Constrangimentos na escola	N	%
Não	31	62,0
Sim	16	32,0
Outros	2	4,0
Não respondeu	1	2,0
Total	50	100,0

A maioria dos pais negou que seu filho tenha passado por qualquer situação de constrangimento no ambiente escolar (62%): *“Não passou por nenhum constrangimento e quando resolveu compartilhar sua história com os coleguinhas, passou de forma tão tranquila e feliz que os colegas começaram a questionar seus pais porque também queriam ser adotados (Motivo de muito orgulho para nós!)”*; *“Até onde eu sei não. Nunca me relataram isso na escola e ele nunca manifestou isso. Ele sabe que é adotado (esse assunto não é tabu aqui em casa), mas não é uma coisa que fiquemos comentando com quem não acompanhou o processo de adoção”*. *“Nunca, pois os professores e funcionários mantêm a discrição. Quanto aos colegas, meu filho entendeu que não era relevante compartilhar esse tipo de informação”*.

De acordo com Schettini e Dias (2007), a escola é o ambiente em que mais ocorre situações de discriminação em relação aos filhos e pais por adoção. Nesta pesquisa, a maioria dos pais relatou desconhecer situações em que o filho passou por constrangimento ou discriminação no ambiente escolar. Porém, é curioso alguns comentários no relato de alguns pais que não indicaram situações de constrangimento: *“não é uma coisa que fiquemos comentando”*, *“meu filho entendeu*

que não era relevante compartilhar esse tipo de informação”.

Estes dados podem indicar que embora a maioria tenha comentado sobre a adoção de seu filho na escola, muitas famílias valorizam a discrição e cobram sigilo das pessoas que conhecem a história de seu filho e isto pode ter contribuído para o índice elevado de pais que não indicaram situações de constrangimento.

Cerca de um terço dos participantes (32%) relatou circunstâncias em que os filhos passaram por situações discriminação ou constrangimento na interação com profissionais da escola ou colegas de classe, como mostram os dados a seguir: *“Já contou que uma amiga disse que ela não era minha filha. Orientei e ela respondeu que sou sim sua mãe. Que ela tem um documento que prova isso (certidão de nascimento) e que ela tem uma outra mãe (biológica), mas que sua família somos nós agora”*; *“Um coleguinha falou que ela não tinha mãe, ela respondeu: Tenho sim, ela foi me buscar e agora é minha mãe e me ama”*; *“Já, esse ano troquei ela de escola porque a diretora implicou com ela. Tudo era motivo para jogar na minha cara que o atraso escolar dela era por causa que ela é adotada. Ela fica péssima com tudo isso, mas não chora, só fala que vai provar pra todo mundo que ela é capaz”*; *“Quando em uma escola descobriram que ela era adotada, ficaram falando que ela era adotada uns para os outros em tom de musiquinha como se isso fosse algo feio ou errado”.*

A adoção ainda é vista, por algumas pessoas, com uma conotação negativa, e algumas crianças reproduzem, desde cedo, ideias errôneas sobre adoção. O relato dos pais, nesta pesquisa, sugere que algumas crianças associam adoção com algo que é vergonhoso ou negativo. Este dado reforça a necessidade de realizar um trabalho pedagógico em escolas sobre adoção (WEBER, 2005).

Também são necessários trabalhos de conscientização com os professores das séries iniciais para a importância de abordar e valorizar, em sala de aula, a diversidade familiar presente na sociedade e a importância de apresentar este tema como algo natural e positivo. Se a escola é um ambiente que reproduz preconceitos presentes na sociedade mais ampla, ela também representa a importante função de esclarecimento e informação. Divulgar para professores e educadores a importância do tema pode significar um primeiro passo para a modificação da forma de alguns preconceitos percebidos na sociedade.

Os pais também foram questionados sobre tratamento diferenciado na escola pelo filho ter sido adotado (Figura 6).

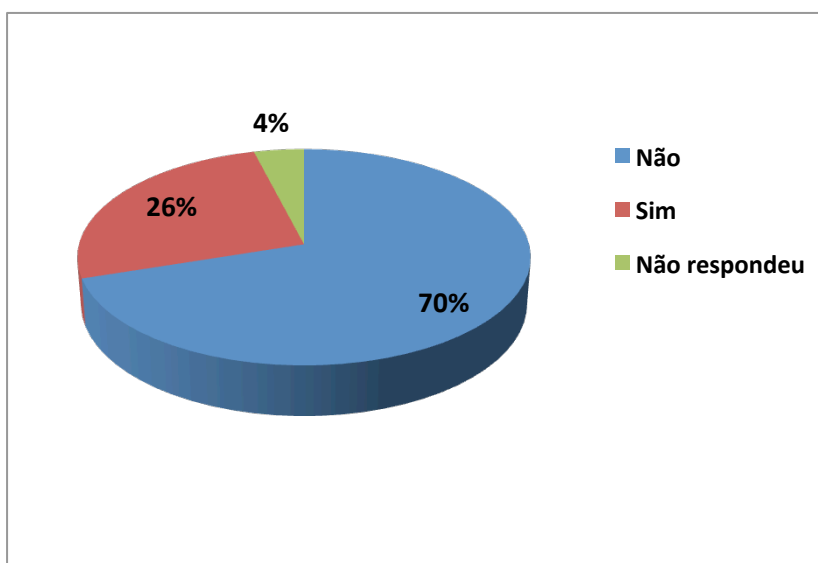


Figura 6: Filho já foi tratado diferente por alguém na escola pelo fato de ter sido adotado.

Em 70% dos casos, os pais afirmam desconhecer situações em que a criança tenha sido tratada diferente na escola: *“Não que seja do meu conhecimento. A ordem é pra que seja tratado como um igual. Sem que seja dado a ele permissividade por ter sido abandonado”*.

Alguns pais mencionaram que os filhos são tratados de forma diferenciada pelos outros, especialmente, por sentirem pena (26%), o que representaria um processo de discriminação “inversa”, de acordo com Lima (2011): *“Já aconteceu de pessoas olharem para ela com um ar de pena, dó, como se vissem apenas tristeza nela pelo histórico de vida até a adoção”*; *“Uma professora frequentemente, sem perceber, costumava citar a palavra 'coitada' ou 'tadinha' durante conversas sobre ela conosco”*. *“Sim, alguns quiseram tratar com 'peninha'.”*.

A respeito do relacionamento do filho com os colegas, os pais afirmam que os seus filhos relacionam-se normalmente com os pares (76%). A porcentagem de crianças que apresentam dificuldades na interação com as outras crianças corresponde a 18%, como pode ser visto na Figura 7.

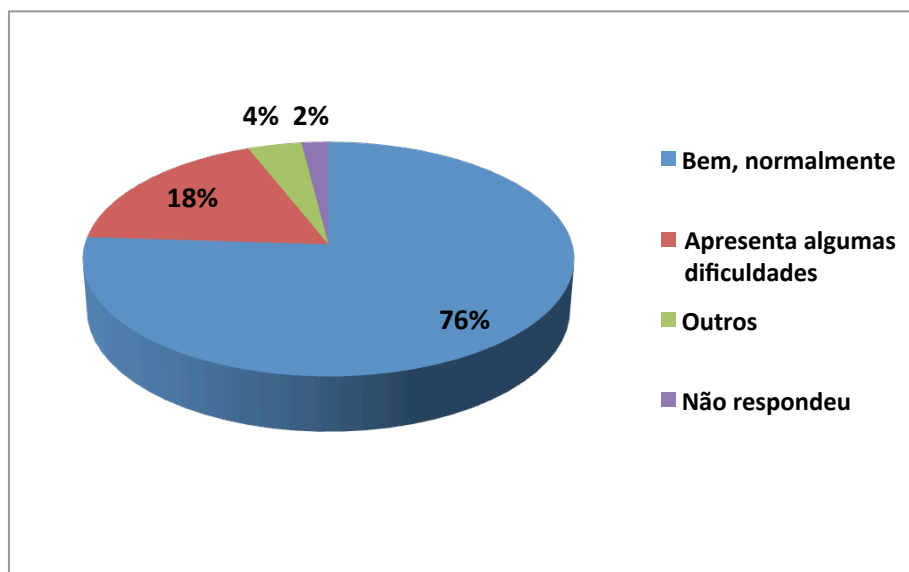


Figura 7: Como o filho se relaciona com colegas de classe.

Os pais foram questionados a respeito de conselhos que gostariam de passar para a escola ou para os professores (Tabela 17).

Tabela 17: Conselhos dos pais para professores e educadores

Conselhos	N	%
Igualdade no tratamento dos alunos	22	32,8
Escola precisa abordar o tema adoção	11	16,5
Buscarem informações sobre adoção	10	15,0
Valorizar a diversidade familiar	9	13,4
Adaptações nas tarefas escolares	5	7,5
Conhecer características da criança	4	5,9
Não expor os alunos que foram adotados	2	3,0
Outros	4	5,9
Total	67*	100,0

* Frequência de respostas e não de participantes

Embora a maioria dos pais não tenham declarado situações de constrangimento ou discriminação vivenciados por seu filho, é curioso que o aspecto mais citado pelos pais foi a importância de os professores tratarem a criança adotada como qualquer outra criança (32,8%): *“As crianças devem ser tratadas iguais”*; *“Devem ser tratados exatamente da mesma forma que as demais crianças, nem melhor, nem pior”*; *“A criança adotada é uma criança como qualquer outra no ambiente escolar. Ela passou por situações que somente ela entende e pode trabalhar”*; *“Na escola, é importante que seja tratada da mesma forma que as demais crianças, sem distinção ou privilégios”*; *“A criança adotada não precisa de pena. Ela*

precisa que seja acolhida como as demais, para superar suas próprias dificuldades de aceitação”.

Outros pais citaram que os profissionais de educação deveriam se informar sobre adoção (15%) e expor o tema com os alunos (16%): *“Devem abordar o assunto com naturalidade, a adoção só é mais um modo de se tornar filho ou mãe, uns vieram por meios naturais, outros por fertilização, outros pela adoção”; “Falar sobre adoção”; “Levar o tema através de livros, histórias/histórias que falem do assunto de forma natural”.*

Alguns pais, por sua vez, citam a importância da escola trabalhar a questão da diversidade familiar (13,4%): *“Seria bom trabalhar as mais variadas tipos de formação familiar, especialmente nas datas de dia das mães e pais”; “Todos os anos me deparo nos livros escolares que meus filhos irão utilizar um conceito de família diferente da realidade atual, e procuro sempre alertar os professores de minhas crianças a respeito. As formadas através da adoção; as crianças de pais separados, que convivem também com o novo marido/esposa; as que vivem com os avós”.*

Uma pequena parcela sugere adaptações nas tarefas escolares (7%): *“Algumas escolas ainda usam o método antigo com fotos da mãe grávida, fotos de bebês e nem citam a adoção e a criança adotada tardiamente acaba ficando isolada”; “O que eu não gosto é quando pedem fotos da mãe grávida deles, dele bebezinho eu tenho (porque peguei no abrigo). Acho que a criança se sente constrangida”.*

A forma como algumas tarefas são propostas pelos professores podem colocar a criança em uma situação delicada como, por exemplo, pedir fotos de quando a criança era pequena quando ela não possui estas fotos. Diante de tal circunstância a criança pode sentir-se triste e desconfortável por ter que expor fatos de sua vida que gostaria de manter em privacidade. Os professores podem evitar estas situações propondo uma atividade alternativa, como, pedir para que a criança escolha se quer trazer uma foto de quando era bebê ou de outra época de sua vida (MITCHELL, 2007; WEBER, 2011).

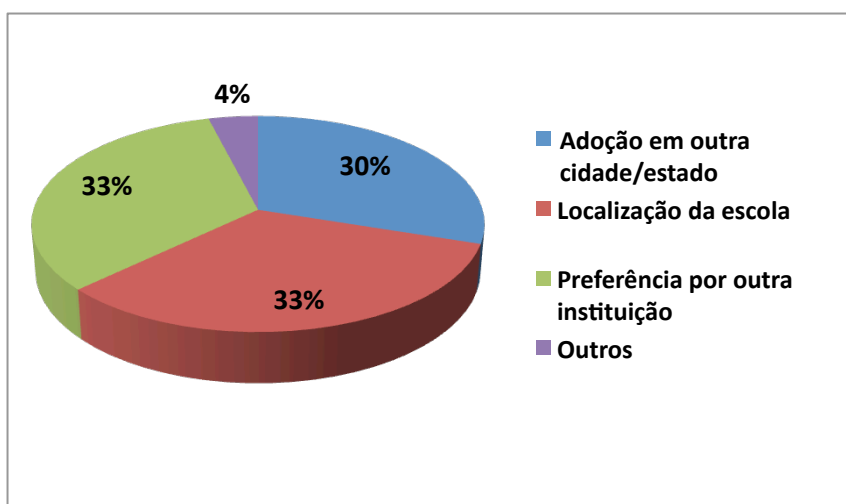
Algumas questões foram direcionadas apenas aos pais de crianças que foram adotadas em idade escolar (Tabela 18).

Tabela 18: Série em que estava o filho quando foi adotado

Série	N	%
Educação infantil	14	28,0
Ensino fundamental (1ª a 5ª)	25	50,0
Não respondeu	11	22,0
Total	50	100,0

Em 78% dos casos, as crianças já frequentavam educação infantil ou ensino fundamental na época em que foram adotadas. Em 87% dos casos houve mudança de instituição educacional após a adoção. Apenas em 13% dos casos as crianças permaneceram na mesma escola em que já estudavam, antes do convívio com a família adotiva: *“Finalizada a adoção, ainda a mantivemos no mesmo colégio por mais um ano para não bagunçarmos muito a sua cabeça, visto que muitas coisas estavam acontecendo (apadrinhamento, guarda, mudança para sua nova casa e finalização da adoção)”*; *“Eu o mantive na mesma escola pública até o final do Ensino Fundamental I (5º ano), pois a escola fica perto do abrigo e eu entendi que não havia necessidade de mudanças, já que o desenvolvimento dele foi melhorando cada vez mais. Também entendi que certas mudanças tem que ser feitas aos poucos e respeitei o vínculo que ele já tinha com a escola e com os colegas”*.

Nos casos em que houve mudança de escola, os pais foram questionados sobre os motivos (Figura 8).

**Figura 8:** Motivos pelos quais os pais mudaram as crianças de escola.

Os motivos mais citados para a mudança da escola foram a localização da escola (33%) e o interesse dos pais de escolher a instituição de ensino (33%): *“Mudou de escola, porque não moramos no mesmo bairro em que estava o abrigo”*;

“Mudei para uma escolar perto de minha casa”; Tirei de uma escola municipal e os coloquei em escola particular”; “Preferimos uma escola evangélica”; “Fato da escola escolhida contar com período integral, já que a licença maternidade não era concedida em adoções acima de 8 anos”.

O terceiro motivo mais citado foi a adoção realizada em outra cidade/estado (30%): *“Troca de cidade; como ela veio em julho, ficou neste ano numa escola pública para facilitar a adaptação; no ano seguinte, transferi para escola particular”; “Moramos em outra cidade/estado de onde os meninos estavam abrigados”; “Mudamos de escola, porque a minha filha não morava na mesma cidade que eu”.*

Nos casos em que houve mudança de escola os pais foram questionados sobre adaptação escolar das crianças.

Tabela 19: Se houve mudança de escola, como foi a adaptação do filho

Série	N	%
Boa adaptação	26	52,0
Adaptação gradual	8	16,0
Problemas na adaptação	3	6,0
Não respondeu	13	26,0
Total	50	100,0

A maioria dos pais citam uma boa adaptação dos filhos no novo ambiente escolar (52%): *“Super bem, ela se adapta fácil a qualquer ambiente”; “Se adaptou muito bem, estava acostumado a mudar de ambiente, pois só de abrigo deve ter mudado pelo menos umas 5 vezes em 2 anos de vida”; “Se adaptou normalmente, porque era muito pequeno”; “Se adaptou muito bem. Como era um colégio com ensino mais forte, optei por regredi-la por um ano, para que não sentisse diferença”.*

Outros pais citaram algumas dificuldades que depois foram superadas, categoria que foi classificada como “Adaptação gradual” (16%): *“Na primeira semana tinha medo, depois foi gostando dos coleguinhas, professora. Com um mês estava bem”; “A. no início ficou triste por ter que sair da escola antiga, mas entendeu que era a nova casa, nova família e era tudo que ele queria”; “No começo ela estranhou porque sentia saudades das amigas”.*

Uma minoria citou problemas significativos na adaptação dos filhos (6%): *“Na escola e quando chegou em minha casa, ele não se adaptou, foi simplesmente um selvagem, era em período integral, mudei-o no ano seguinte de escola, para 1/2 período”.*

Poucos pais costumam manter a criança na mesma instituição de ensino, após a adoção. Esta atitude é inevitável para algumas famílias que adotam em outras cidades ou estados. No entanto, outros pais mudam a criança por motivos práticos como, a localização e o interesse em colocar o filho em uma instituição com características diferentes das quais ele estava matriculado. Apesar de a maioria dos pais declararem uma adaptação tranquila do filho, a mudança de escola pode tornar-se um fator a mais de ansiedade para crianças que já estão enfrentando inúmeras mudanças em suas vidas (DANCE e RUSHTON, 2005).

Um aspecto importante a ser considerado pelos pais na mudança de instituição escolar é a decisão de colocar a criança em uma escola de período integral. Embora a rotina de trabalho de alguns pais exija tal atitude, seria importante considerar outras opções, pelo menos no período inicial de convivência.

Algumas crianças podem não entender porque passam tanto tempo longe de seus novos pais, como o caso de uma participante que relatou o comportamento da filha, nos primeiros meses de convivência: *“Muito choro pela manhã na hora de ir para escola o que foi resolvido com terapia. Acredito que ela considerava a escola por ser integral outra forma de abrigo”*. Até os vínculos afetivos estarem estabelecidos, seria importante que o tempo que a criança passa em escolas seja limitado (GRAY, 2002).

5.5 VARIÁVEIS COMPORTAMENTAIS DE PAIS E FILHOS

5.5.1 Vinculação afetiva

Os pais responderam ao Inventário de Vinculação Afetiva na Infância e Adolescência e estes dados foram analisados e cruzados com outras variáveis. Foi definido um padrão de vinculação predominante para cada filho, de acordo com o relato dos pais de como ele tende a interagir em relacionamentos interpessoais.

O padrão seguro é caracterizado pelo conforto e confiança ao interagir com outras pessoas. Neste padrão, o filho confia que os outros estarão por perto quando ele precisar e sente-se bem com demonstrações de afeto. O padrão evitante é caracterizado pela dificuldade para confiar no outros e no desconforto ou esquivas de expressar sentimentos ou dependência. O padrão ambivalente caracteriza-se, principalmente, pela preocupação de ser abandonado e rejeitado pelos outros.

O estilo predominante de cada filho é apresentado na Figura 9.

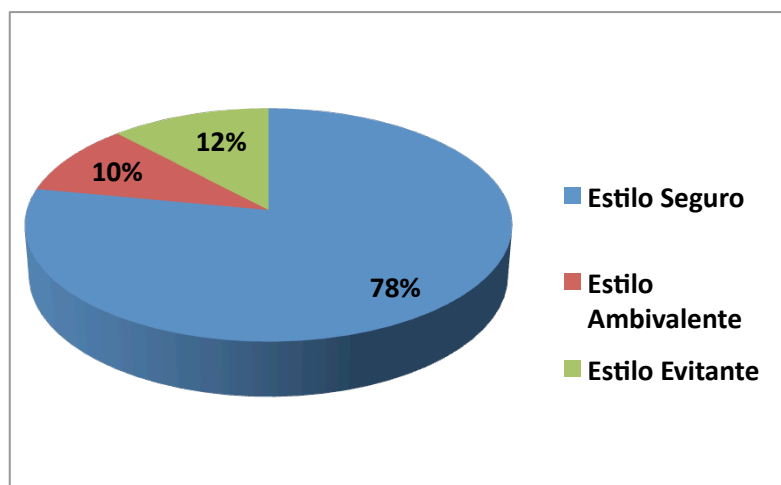


Figura 9: Estilo de vinculação predominante.

Os dados mostram que a grande maioria dos filhos está categorizado com o estilo seguro de vinculação (78%). O estilo evitante teve uma incidência de 12% e o ambivalente uma frequência de 10%.

Embora não seja possível analisar qual era o estilo de interação afetiva da criança antes da adoção, é importante mencionar que várias pesquisas apontam que a adoção ajuda consideravelmente no desenvolvimento de padrões de vínculos seguros, principalmente, quando as crianças adotadas são comparadas com aquelas que vivem em instituições de acolhimento (VAN IJZENDOORN; JUFFER, 2006; BARONE; LIONETTI, 2011).

Berthoud (1997), em uma pesquisa nacional que envolvia observação da interação de mães com filhos adotados bebês e com mais idade, verificou uma incidência de 80% de vinculação segura entre a mãe e as crianças.

Embora o método e a população utilizados nesta presente pesquisa sejam distintos, o índice de padrão de vinculação seguro encontrado é próximo ao valor encontrado pela autora em seu estudo. O dado mais divergente é o de vínculo ambivalente, onde nesta pesquisa foi encontrado o dobro de crianças categorizadas com estilo ambivalente quando comparado aos dados de Berthoud (1997).

Foi investigada a relação estatística entre os diferentes estilos de vinculação, os escores obtidos pelos filhos em cada uma dos padrões com variáveis associadas aos pais, à criança, e à adoção.

Verificou-se que os filhos de famílias católicas apresentaram os menores

escores de vinculação segura, enquanto filhos de protestantes, por outro lado, apresentaram os maiores escores ($F=3,44$; $p=0,02$). Ao analisar o estilo predominante, por meio do teste qui-quadrado, também foi encontrada diferença significativa ($\chi^2=16,99$; $gl=8$; $p=0,03$). Estes dados estão apresentados na Figura 10.

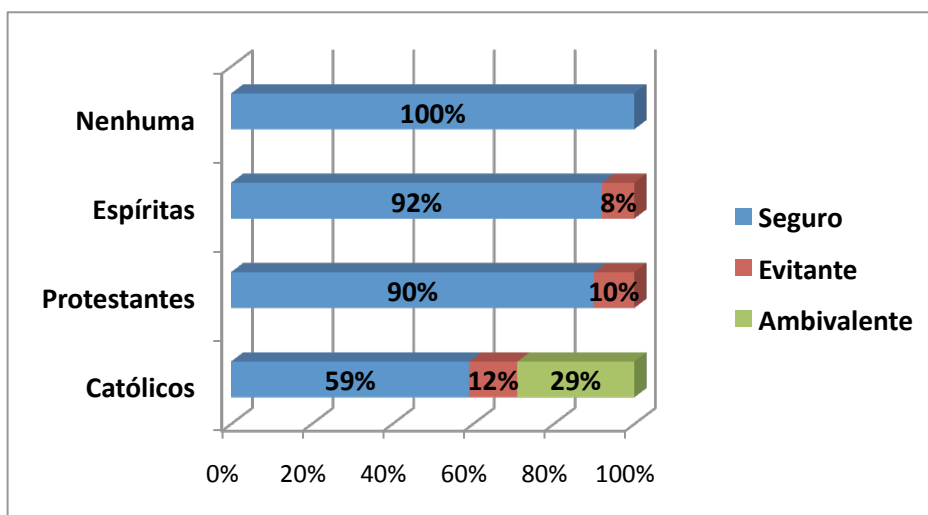


Figura 10: Relação entre estilos de vinculação e prática religiosa.

Os dados da Figura 10 revelam uma relação interessante entre o padrão de vinculação seguro e a prática religiosa. As crianças cujos pais não seguem nenhuma orientação religiosa estão categorizadas como apresentando o estilo seguro em 100% dos casos. Observa-se, que a proporção de crianças com estilo seguro ainda é alto nas famílias espíritas (92%) e protestantes (90%), porém este índice é relativamente baixo entre os católicos (59%).

Constata-se também que há crianças com estilo evitante em uma proporção menor entre os espíritas (8%), intermediária entre os protestantes (10%) e ligeiramente mais alta entre os católicos (12%). Há crianças categorizadas como ambivalentes apenas nas famílias que seguem a orientação católica (29%).

É possível que a maneira como os pais interagem com os filhos seja diferente entre famílias que não seguem religião ou seguem as religiões protestantes e espíritas, e que isto explique uma maior frequência de filhos caracterizados com o padrão de vinculação seguro nestas famílias. Outra hipótese para este dado é que seja distinta, entre os católicos e as demais denominações religiosas, a maneira como os pais observam e relatam os comportamentos de vinculação afetiva do filho.

Foi encontrada uma relação entre problemas de saúde na época da adoção e os diferentes estilos de vinculação ($\chi^2=7,88$; $gl=2$; $p=0,01$). Os dados podem ser observados na Figura 11.

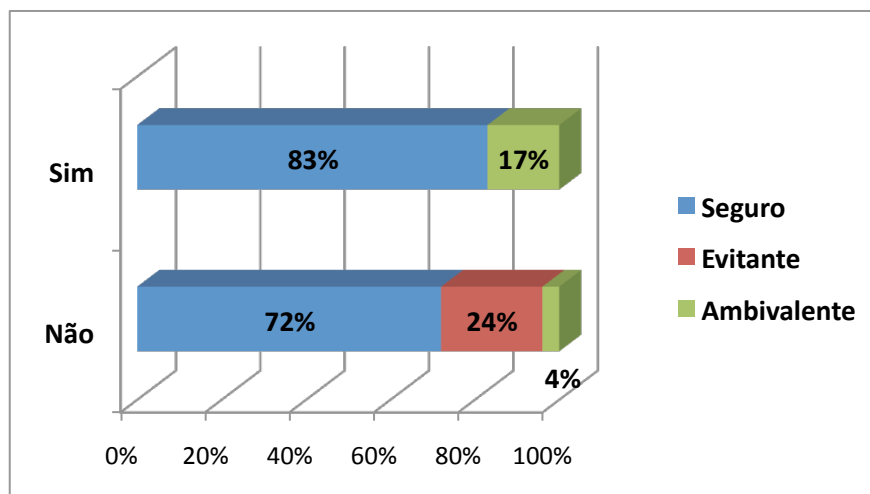


Figura 11: Problemas de saúde e estilos de vinculação.

A figura mostra que há uma porcentagem maior de filhos classificados com o estilo seguro entre aqueles que apresentavam problemas de saúde. Entre os filhos que eram saudáveis há uma proporção considerável de filhos com estilo evitante (24%) e uma quantidade reduzida de crianças com estilo ambivalente (4%).

Entre as famílias que adotaram crianças com problemas de saúde há uma proporção maior de filhos com padrão de vinculação segura e nenhum caso de vinculação evitante. Uma hipótese para este dado é que estas crianças adotadas tenham recebido maiores cuidados e atenção no início da convivência em função do seu estado de saúde e que isto favoreceu a vinculação afetiva entre estes filhos e seus pais.

Também foi encontrada uma relação entre os estilos de vinculação e as dificuldades no relacionamento afetivo, conforme o relato dos pais ($\chi^2=9,27$, $gl=2$, $p=0,01$). Estes dados estão apresentados na Figura 12.

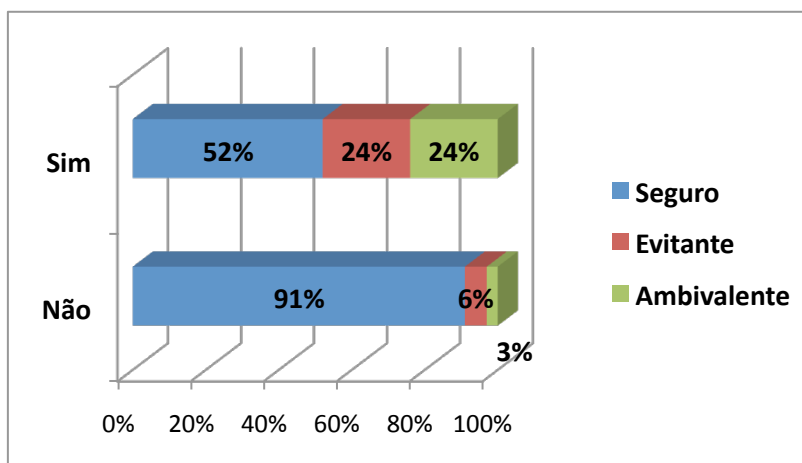


Figura 12: Dificuldades no relacionamento afetivo e estilos de vinculação do filho.

Verifica-se por meio da Figura 12 que entre os participantes que não relataram dificuldades no estabelecimento de vínculos com o filho, há uma proporção majoritária de crianças classificadas com o estilo seguro (91%). Entre aqueles que apresentaram dificuldades no relacionamento afetivo com a criança, há uma proporção menor de crianças com o padrão seguro (52%) e uma quantidade significativa de crianças com os estilos evitante e ambivalente ($\chi^2=9,27$; $gl=2$; $p=0,01$).

Não foram observadas relações estatisticamente significativas entre os diferentes estilos de vinculação afetiva e o fato de o processo estar ou não concluído ($\chi^2=0,52$; $gl=2$; $p>0,05$), a presença de filhos biológicos ($\chi^2=2,23$; $gl=2$; $p>0,05$), o tipo de adoção intra o inter-racial ($\chi^2=1,21$; $gl=2$; $p>0,05$), a quantidade de tempo que o filho permaneceu em instituições ($F=0,54$; $p>0,05$), a adoção de grupos de irmãos ($\chi^2=1,18$; $gl=2$; $p>0,05$), o sexo do filho adotado ($\chi^2=0,18$; $gl=2$; $p>0,05$) e a experiência de tentativas anteriores de adoção ($\chi^2=2,55$; $gl=4$; $p>0,05$).

Embora Costa e Campos (2003) sugiram que a semelhança física entre a criança adotada e seus pais seja importante para a construção de vínculo em algumas famílias, os dados encontrados nesta pesquisa são coerentes com os encontrados por outros pesquisadores, que apontam não existir relação entre vinculação afetiva e as adoções intra e inter-raciais (RUSHTON *et al.*, 2003; ALMEIDA; RESENDE, 2006; VAN DEN DRIES *et al.*, 2009).

Foram analisados também os escores que os filhos alcançaram em cada padrão de vínculo e sua relação com os motivos pelos quais as crianças foram afastadas do convívio com a família biológica. Verificou-se que entre as crianças que

foram vítimas de violência sexual um escore mais baixo de vinculação segura ($t=2,88$; $p=0,02$) e entre as crianças vítimas de negligência uma tendência de escores mais baixos no padrão de vinculação seguro ($t=2,00$; $p=0,05$).

As crianças que sofreram violência sexual podem precisar de mais tempo para aprender e confiar no contato e no afeto de outras pessoas por ela. Gribble (2007) sugere que a demonstração de afeto físico, principalmente, precisa ser mais cuidadosa para que a criança possa sentir-se confortável e não rejeite estas expressões de afeto.

Na análise entre vinculação afetiva e as questões relacionadas à escolarização também foram encontradas algumas relações estatisticamente significativas.

Verificou-se que as crianças com dificuldades escolares ($t= 2,78$; $p=0,01$), que mudaram de escola após a adoção ($t=4,45$; $p<0,01$) e apresentam dificuldades para relacionar-se com os colegas ($t=-3,40$; $p<0,01$) apresentam menor escore de vinculação segura. Por outro lado, os filhos com maior escore de vínculo seguro apresentam melhor desempenho escolar ($F=4,77$; $p<0,01$).

A relação entre mudança de escola e vinculação afetiva é bastante significativa. Este dado reforça a hipótese de que crianças que enfrentam esta mudança a mais enfrentam maior ansiedade e isto pode influenciar a vinculação afetiva com os pais (DANCE e RUSHTON, 2005).

É importante destacar também a relação entre dificuldades escolares, desempenho acadêmico e vínculo seguro. As crianças com maiores dificuldades de vinculação são aquelas que apresentam mais problemas escolares. É preciso considerar que na maior parte dos casos em que há dificuldade de vinculação na adoção tardia, a dificuldade é mútua entre os pais e a criança (RUSHTON *et al.*, 2003). Pode-se sugerir, então, que há características da interação entre pais e filhos que dificultam o relacionamento familiar e a vinculação afetiva o que, consequentemente, leva a um o desempenho escolar mais baixo da criança.

Foi encontrado um escore maior de vinculação ambivalente entre os filhos que passaram por constrangimento ou discriminação na escola ($t=-3,87$; $p<0,01$) ou receberam um tratamento diferenciado pelo fato de ter sido adotado ($t=-3,48$; $p<0,01$). Crianças com padrão ambivalente tendem a temer a rejeição pelos outros. Neste sentido, é provável que passar por experiências de constrangimento ou discriminação no ambiente escolar possa contribuir para manter este padrão de

vinculação interpessoal.

5.5.2 Problemas de comportamento

A subescala de comportamentos problemáticos foi analisada por meio do escore total e de suas três subdimensões: comportamentos externalizados (agressividade física e/ou verbal), internalizados (isolamento e ansiedade) e hiperatividade. Esta subescala foi analisada com diferentes variáveis desta pesquisa.

Verificou-se que os pais que seguem a religião espírita relataram menos problemas de comportamento totais ($F=4,70$; $p=0,01$), externalizados ($F=3,75$; $p=0,02$) e de hiperatividade ($F=2,90$; $p=0,05$) em seus filhos quando comparados ao de outras religiões, especialmente, os filhos de famílias católicas.

Entre os motivos de abrigamento declarados pelos pais e a sua relação com problemas de comportamento foram observados os seguintes dados: maior escore de comportamentos internalizados entre filhos que sofreram violência doméstica ($t=2,65$; $p=0,01$); uma tendência de maior quantidade de comportamentos internalizados entre filhos que foram vítimas de negligência ($t=-1,79$; $p=0,07$) e uma tendência a maior quantidade de comportamentos externalizados em crianças que foram vítimas de abuso físico ($t=-1,83$; $p=0,07$). Os dados encontrados são coerentes com os resultados de outras pesquisas que investigaram a relação entre problemas de comportamento e vivência de situações de negligência e abuso físico, especificamente (HILDYARD; WOLFE, 2002; GOLDMAN; RYAN, 2011).

Ao analisar a relação entre problemas de comportamento e dificuldades na vinculação afetiva, constatou-se que os pais que tiveram maiores desafios para estabelecer ligação afetiva com o filho relatam também maior índice de comportamentos de hiperatividade em seus filhos ($t=-2,32$; $p=0,02$).

De acordo com Rushton *et al.* (2003) e Judge (2004), há uma relação entre maiores dificuldades para a construção de vínculos afetivos e a incidência de problemas de comportamento, como a hiperatividade, por exemplo. Rushton *et al.* (2003) discute que é possível que a criança sinta dificuldade em expressar sentimentos pelos pais e que estes achem mais desafiador interagir com ela de forma responsiva e constante diante de problemas de comportamento mais acentuados.

Verificou-se que crianças com dificuldades escolares apresentam maior escore de hiperatividade ($t=-2,73$; $p<0,01$) e de problemas de comportamento totais ($t=2,49$; $p=0,01$).

As famílias que já perceberam que seu filho foi tratado de forma diferente na escola por ser filho adotivo, também relatam uma frequência maior de comportamentos internalizados em seus filhos ($t=-2,09$; $p=0,04$). Uma hipótese para este dado é a possibilidade de esta forma de discriminação evocar sentimentos de tristeza e isolamento na criança.

As famílias que relataram constrangimento ou discriminação pelo fato do filho ser adotado apresentaram escores significativamente maiores de comportamento internalizado ($t=-3,67$; $p=0,00$) e externalizado ($t=-2,35$; $p=0,02$). Também foi verificada uma relação entre passar por constrangimentos ou discriminações e o total de problemas de comportamentos categorizado em baixo, médio e elevado escore ($\chi^2=10,00$; $gl=3$; $p<0,01$), dado que é apresentado na Figura 13.

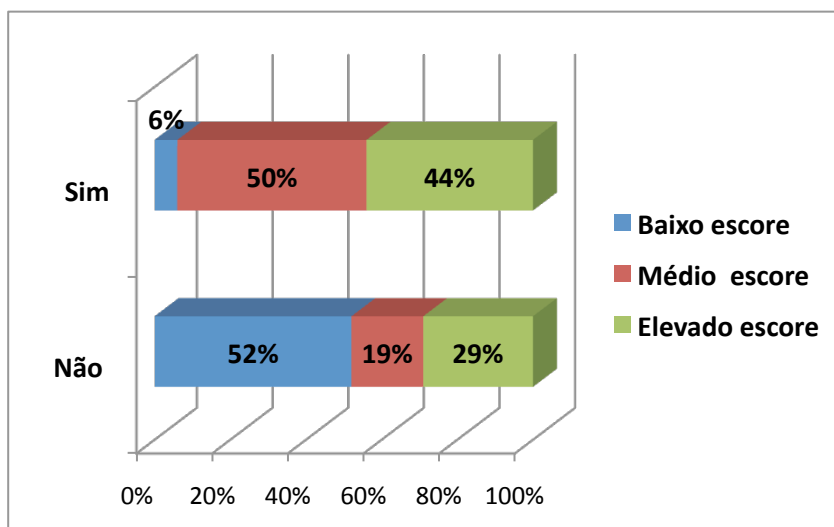


Figura 13: Experiências de discriminações e problemas de comportamentos totais categorizados em baixo, médio e elevado escore.

A figura mostra que entre os que não passaram por experiências de discriminação, a maioria dos filhos está classificada na categoria de baixo escore de problemas de comportamento (52%). Por outro lado, os filhos que vivenciaram situações discriminatórias estão agrupados, na maior parte na categoria de médio (50%) ou elevado escore (44%).

Crianças que foram descritas pelos pais como tendo maiores dificuldades para se relacionar com colegas de classe apresentam uma quantidade mais elevada

de comportamentos internalizados ($t=2,32$; $p=0,02$), hiperatividade ($t=2,41$; $p=0,02$) e uma tendência a frequência maior de comportamentos externalizados ($t=2,65$; $p=0,07$).

Verificou-se que entre os meninos há uma tendência a frequência maior de comportamentos de hiperatividade ($t=-1,871$; $p=0,06$). Não foram encontradas relações estatisticamente significativas em relação aos problemas de comportamentos e suas subdimensões em relação à idade da criança quando foi adotada, sua idade atual, e a existência de tentativas anteriores de adoção.

5.5.3 Competência parental

A competência parental foi analisada em seu escore total, categorizada em baixa, média e alta e em suas três subdimensões: satisfação, eficácia e interesse com as funções parentais.

Não foi encontrada relação entre o relato de competência parental e a idade dos pais ($r=-0,01$; $p>0,05$), a religião ($5,47$; $gl=6$; $p>0,05$), o sexo do filho adotado ($t=0,08$; $p>0,05$), a adoção de irmãos ($t=0,71$; $p>0,05$), a idade do filho quando foi adotado ($r=0,05$; $p>0,05$), ter ou não filhos biológicos ($t=-0,61$; $p>0,05$) e a quantidade de filhos adotados ($F=0,34$; $p>0,05$).

Pais com relato de dificuldades no relacionamento afetivo com os filhos apresentam menores escores de eficácia ($t=2,49$; $p=0,01$), interesse ($t=2,15$; $p=0,03$) e competência parental geral ($t=3,02$; $p<0,01$). Este resultado mostra-se coerente com dados discutidos na literatura. Para Clark *et al.* (2006), a percepção pelo pai da sua própria competência parental encontra-se associada com o sucesso na vinculação afetiva e na integração do filho na família adotiva. De forma inversa, os pais que relatam menor competência parental seriam aqueles que também teriam maiores dificuldades no relacionamento afetivo.

Para Palacios *et al.* (2009), enfrentar problemas no convívio familiar para os quais os pais adotivos não foram preparados pode fazer com que eles desenvolvam uma percepção mais baixa da própria competência parental. Estes dados, em conjunto, reforçam a importância dos cursos de preparação à adoção no desenvolvimento de competências que façam os adotantes sentirem-se competentes no exercício das funções parentais.

Foi analisado por meio do teste qui-quadrado as dificuldades de vinculação

afetiva e a competência parental categorizada em baixa, média e elevada ($\chi^2=9,35$; $gl=2$; $p=0,01$). Este dado está na Figura 14.

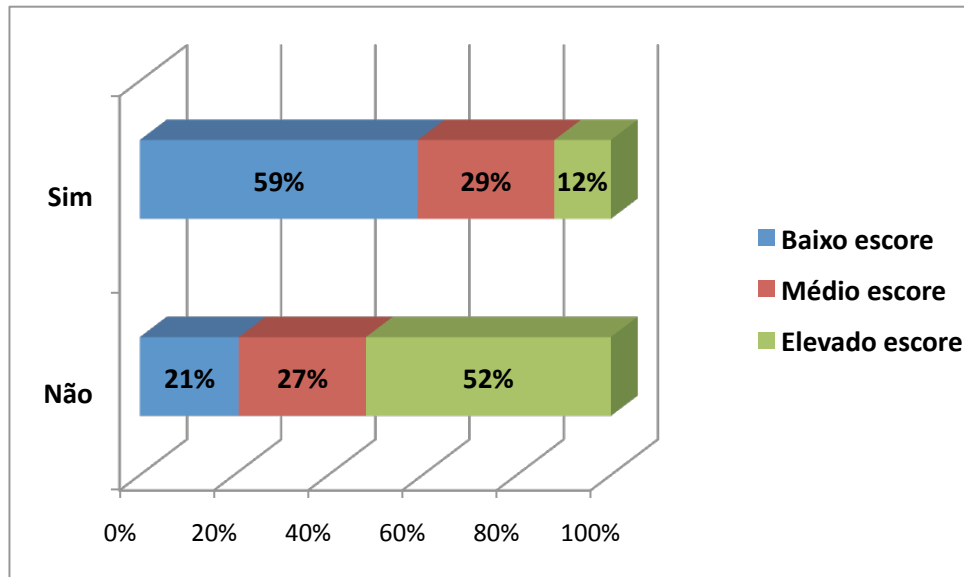


Figura 14: Dificuldades de vinculação afetiva e a competência parental categorizada em baixa, média e elevada

A figura mostra que os pais que relataram dificuldades no relacionamento afetivo com o filho estão categorizados, em sua maioria, na categoria baixo escore de competência parental (59%), enquanto os participantes que não declararam este tipo de dificuldade agrupam-se na sua maior parcela, na categoria de competência parental elevada (52%).

Pais de crianças com dificuldades escolares apresentam menor satisfação com as funções parentais ($t=-2,39$; $p=0,02$). Analisando com o teste qui-quadrado a relação entre dificuldades escolares e competência parental categorizada em baixa, média e elevada, verificou-se uma tendência à significação ($\chi^2=5,57$, $gl=2$, $p=0,06$). Estes dados estão apresentados na Figura 15.

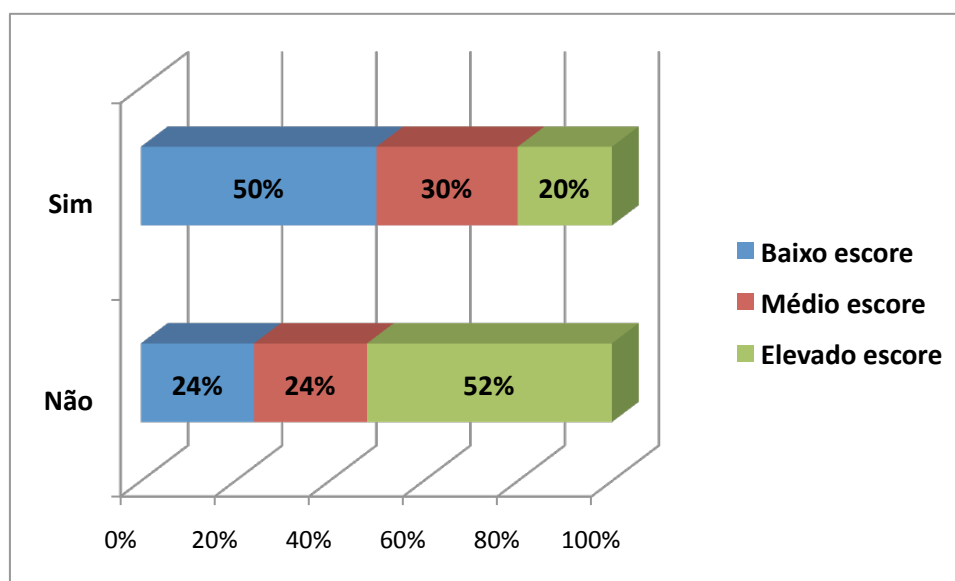


Figura 15: Dificuldades escolares apresentadas pelo filho e competência parental categorizada em baixa, média e elevada.

O gráfico mostra que entre os participantes de filhos com dificuldades escolares, a maior parte deste grupo está classificado na categoria baixo escore de competência parental (50%), enquanto o inverso ocorre entre os pais de crianças sem dificuldades acadêmicas. Entre estes participantes, a maioria encontra-se classificada com escore elevado de competência parental (52%).

Estes dados sugerem que para muitos pais, o desempenho escolar do filho pode ser compreendido como um reflexo de suas competências parentais, e que um baixo desempenho acadêmico pode influenciar a percepção que eles têm de sua própria eficácia e satisfação com a parentalidade.

5.5.4 Relações entre vinculação afetiva, competência parental e problemas de comportamento

Tabela 20: Correlação entre escores em cada estilo de vinculação, problemas de comportamento (escore total) e competência parental (escore total)

	Seguro	Ambivalente	Evitante	Probs. conto	Comp.parental
Seguro	1				
Ambivalente	-,32*	1			
Evitante	-,41**	,25	1		
Probs. conto	-,59**	,53**	,26	1	
Comp.parental	,48**	-,36**	-,39**	-,35*	1

* Relação significativa: $p < 0,05$

** Relação significativa: $p < 0,01$

Os dados da Tabela 20 indicam que o escore do padrão de vinculação seguro

apresenta uma correlação negativa alta com os problemas de comportamento totais e uma correlação positiva média com o relato de competência parental. Estes dados indicam que quanto maior for o escore de vinculação seguro, ou seja, quanto maior confiança e conforto a criança apresentar na interação com os outros, menor é a incidência de problemas de comportamento e maior é a competência parental vivenciada pelos pais.

O padrão de vinculação ambivalente, por outro lado, correlaciona-se positivamente com os problemas de comportamento e negativamente com a competência parental. Isto significa que crianças com o padrão ambivalente, caracterizado pelo medo de abandono e rejeição de outras pessoas, apresentam maior quantidade de problemas de comportamento e seus pais relatam menor competência parental.

O padrão de vinculação evitante, por sua vez, caracterizado pela dificuldade em confiar nos outros e pela distância afetiva, não apresenta correlação com os problemas de comportamento, porém os seus pais relatam menor competência parental.

A Tabela 21 apresenta informações sobre a correlação entre os padrões de vinculação afetiva e as subdimensões da Subescala de Problemas de Comportamento e do Inventário de Senso de Competência Parental.

Tabela 21: Correlações entre escores em cada estilo de vinculação e subdimensões dos instrumentos de competência parental e problemas de comportamento

	Seguro	Ambivalente	Evitante
Seguro	1		
Ambivalente	-,32*	1	
Evitante	-,41**	,21	1
Satisfação	,52**	-,24	-,39**
Eficácia	,30*	-,42**	-,33**
Interesse	,00	-,01	,10
Externalizados	-,50**	,40**	,20
Internalizados	-,42**	,64**	,29*
Hiperatividade	-,43**	,24	,14

* Relação significativa: $p < 0,05$

** Relação significativa: $p < 0,01$

Os dados da Tabela 20 mostram que o padrão seguro, apresenta uma correlação positiva com a satisfação e a eficácia parental e uma correlação negativa com os escores de comportamentos externalizados, internalizados e de

hiperatividade. Estes dados mostram que os pais de crianças com padrão seguro relatam maior autoeficácia e satisfação com suas funções parentais e que seus filhos apresentam menor incidência de problemas de comportamento externalizados, internalizados e de hiperatividade. Destaca-se que as correlações encontradas entre estilo seguro, satisfação parental e comportamentos externalizados podem ser consideradas altas.

Já o padrão ambivalente encontra-se correlacionado negativamente com os escores de satisfação e eficácia e positivamente com os escores de comportamentos externalizados e internalizados. Estes dados apontam que as crianças que apresentam maior escore ambivalente e, portanto, classificam-se neste subgrupo, apresentam maior frequência de agressividade e ansiedade, características principais das categorias de comportamentos externalizados e internalizados, respectivamente. Destaca-se que a correlação entre estilo ambivalente e comportamentos internalizados foi particularmente alta. Os pais destas crianças também menor satisfação e autoeficácia no cotidiano de suas funções parentais.

O padrão evitante também se correlaciona negativamente com a satisfação e a eficácia parental e apresenta uma correlação negativa, mas baixa com os comportamentos internalizados. Isto significa que crianças com padrão evitante têm probabilidade maior de apresentar comportamentos de isolamento e ansiedade e seus pais relatam menor satisfação e autoeficácia parental.

Pode-se verificar nos três padrões de vinculação a inexistência de correlação com a subdimensão interesse do Inventário de Competência Parental. Este dado sugere que independente da maneira como a criança se vincula afetivamente, isto não afeta o interesse e a motivação dos pais com as atividades parentais.

Os resultados encontrados nesta pesquisa convergem com os dados encontrados por outras pesquisas. Verificou-se uma relação entre maiores dificuldades no relacionamento afetivo e problemas de comportamento (RUSHTON *et al.*, 2003; JUDGE, 2004), assim como também verificou-se a relação entre uma menor satisfação dos pais com as funções parentais e a incidência de maiores problemas de comportamento pela criança (PINDERHUGHES, 1998; OHAN *et al.*, 2000; GROZA; RYAN, 2002; GROZA *et al.*, 2003; PHILLIPS, 2003; RUSHTON *et al.*, 2003).

CONCLUSÃO

Os dados encontrados nesta pesquisa são bastante positivos em relação à adoção tardia. Eles indicam que a maior parte dos pais apresenta flexibilidade em relação às características da criança adotada, não encontrou dificuldade para vincular-se afetivamente, relata o padrão de vinculação seguro no filho e avalia positivamente o seu desempenho escolar.

Verificou-se que existe relação entre vinculação afetiva, ocorrência de problemas de comportamento e a percepção que os participantes têm de suas competências parentais.

A respeito da questão escolar, foram identificadas algumas variáveis que encontram relação com a qualidade da vinculação afetiva e a incidência de problemas de comportamento como, o desempenho escolar, a mudança de escola, as experiências de discriminação ou de tratamento diferenciado no ambiente escolar.

A pesquisa permitiu investigar algumas atitudes que os pais gostariam que professores e educadores adotassem. É possível que estes conselhos encontram-se associados com aspectos da escola que os pais não estejam satisfeitos. Entre as orientações citadas estão, a importância de os professores tratarem a criança adotada com igualdade, maior informação dos educadores sobre adoção, apresentação do tema em sala de aula, assim como, a valorização da diversidade familiar.

Os conselhos citados indicam que as famílias adotivas querem ser percebidas como iguais às outras e que para isso acontecer é necessário que a escola conheça e informe sobre adoção. Os filhos adotivos representam um dos grupos de alunos com os quais os educadores têm contato, portanto, é fundamental que estejam conscientes e preparados para lidar com as características destes estudantes.

Esta pesquisa apresenta algumas limitações. O tamanho da mostra limita o alcance de algumas investigações. Seria necessário replicar este estudo com uma amostra maior para avaliar a consistência de alguns dados encontrados. Também seria necessária a utilização de técnicas mais avançadas de estatística, como a análise de regressão para investigar como as variáveis se comportam umas em relação às outras.

Outra limitação da pesquisa é que não tivemos acesso ao ponto de vista dos filhos. Os relatos representam a percepção dos pais e podem não corresponder, necessariamente, às experiências vivenciadas pelo filho. São poucas as pesquisas sobre adoção no Brasil que incluem como participantes os filhos adotivos. É importante, assim, que futuros estudos sobre adoção possibilitem a expressão dos filhos adotivos sobre suas vivências, pensamentos e sentimentos.

De forma geral, os dados desta pesquisa e os relatos encontrados na literatura apontam para o impacto positivo que adoção implica para a vida da criança que foi adotada com mais idade. A adoção não significa, necessariamente, um recomeço que anula completamente o passado da criança, contudo, permite, um direcionamento completamente novo na vida da criança que foi acolhida por uma família adotiva.

Nas palavras de Elena Andrei:

Calma, paciência e firmeza são as qualidades necessárias para prosseguir nesse que é um verdadeiro resgate: aos poucos, a criança percebe que o amor é uma dádiva e não uma ameaça. Então, ela se permite voltar a ter fantasias, sonhos e esperanças. A tempestade aconteceu, os danos foram reais, mas no porto seguro, é possível fazer os reparos necessários juntos, pais e filhos, e seguir juntos na viagem que é a vida (ANDREI, 1999, p. 132).

REFERÊNCIAS

- AINSWORTH, M.D.S. Infant-mother attachment. **American Psychologist**, v.34, p. 932-937, 1979.
- ALMEIDA, M.R.; RESENDE, V.R. Adoção inter-racial: uma prática e construção. **Mimesis**, v.27, n.1, p.95-108, 2006.
- ALVERENGA, P. Práticas educativas parentais como forma de prevenção de problemas de comportamento. In: GUILHARDI, H.J. (Org.), **Sobre Comportamento e Cognição**, v. 8. Santo André: ESETEC, 2001. p. 54-60.
- ALVARENGA, P.; PICCININI, C. Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.14 n.3, p. 449-460, 2001.
- AMIM, I.D.; MENANDRO, P.R.M. Preferências por características do futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção. **Interação em Psicologia**, v.11, n.2, p. 241-252, 2007.
- ANDREI, D.C. **Reencontro com a esperança**: reflexões sobre a adoção e a família. Londrina: M&C, 1999.
- ARPINI, D.M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.21, n.3, p. 70-75, 2003.
- BANDEIRA, M.; DEL PRETTE, Z.A.P.; DEL PRETTE, A.; MAGALHÃES, T. Validação das escalas de habilidades sociais, comportamentos problemáticos e competência acadêmica para o ensino fundamental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.25, n.2, p. 271-282, 2009.
- BARONE, L.; LIONETTI, F. Attachment and emotional understanding: a study on late-adopted pre-schoolers and their parents. **Child: Care, Health and Development**, 2011.
- BARROS, R.C.; FIAMENGHI JR, G.A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.12, n.5, p.1267-1276, 2007.
- BARTEL, T.M.C. Factors associated with attachment in international adoption. **Dissertation Abstracts International - Section A: Humanities and Social Sciences**, v.66, n.12, p.4291, 2006.
- BAUMRIND, D. Effects of authoritative control on child behavior. **Child Development**, v.37, p.887-907, 1966.
- BEEK, M. Parenting children with attachment difficulties: views of adoptive parents and implications for post-adoption services. **Adoption & Fostering**, v.23, n.1, p. 6-23, 1999.

BERÁSTEGUI, A. La adaptación familiar en adopción internacional: un proceso de estrés y afrontamiento. **Anuario de Psicología**, v.38, n.2, p.209-224, 2007.

BERRY, M. Contributors to adjustment problems of adoptees: a review of the longitudinal research. **Child and Adolescent Social Work Journal**, v.9, n.6, p.525-540, 1992.

BERTHOUD, C.M.E. **Filhos do coração**. Taubaté, Cabral Ed. Universitária, 1997.

BEVERLY, B.L.; MCGUINESS, T.M.; BLANTON, D.J. Communication and academic challenges in early adolescence for children who have been adopted from the former Soviet Union. **Language, Speech, and Hearing Services in School**, v.39, n.3, p.303-313, 2008.

BITTENCOURT, S. **A nova lei de adoção**: do abandono à garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BOWLBY, J. **Apego e perda**: Apego. São Paulo: Martins Fontes, 1969/1990.

_____. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BRAND, A.E.; BRINICH, P.M. Behavior problems and mental health contacts in adopted, foster and nonadopted children. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v.40, n.8, p.1221-1229, 1999.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 26/1/2012.

_____. **Lei 12.010**, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 26/1/2012.

BRIND, K. An exploration of adopters' views regarding children's ages at the time of placement. **Child & Family Social Work**, v.13, n.3, p.319-328, 2008.

BRODZINSKY, D.M. Long-term outcomes in adoption. **The Future of Children: Adoption**, v.3, n.1, p.153-166, 1993.

BRODZINSKY, D.M.; SCHECHTER, D.E.; BRAFF, A.M.; SINGER, L.M. Psychological and academic adjustment in adopted children. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v.52, n.4, p.582-590, 1984.

BRODZINSKY, D.M.; STEIGER, C. Prevalence of adoptees among special education populations. **Journal of Learning Disabilities**, v.24, n.8, p.484-489, 1991.

BUFFA, C.G.; TEIXEIRA, S.C.P.; ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Vivências de exclusão em crianças abrigadas. **Psicologia: teoria e prática**, v.12, n.2, p.17-34, 2010.

CAMARGO, M.L. **Adoção tardia**: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção. 268f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2005a.

_____. Adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes. In: I Simpósio Internacional do Adolescente - Adolescência hoje: desafios, práticas e políticas. **Anais do I Simpósio Internacional do Adolescente**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005b.

CARVALHO, M.A.D. **Vinculação, temperamento e processamento da informação**: implicações nas perturbações emocionais e comportamentais no início da adolescência. 285f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2007.

CAVALCANTE, L.I.C.; MAGALHÃES, C.M.C.; PONTES, F.A.R. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, v.8, n.2, p.329-352, 2007.

CLARK, P.; THIGPEN, S.; YATES, A.M. Integrating the older/special needs adoptive child into the family. **Journal of Marital and Family Therapy**, v.32, n.2, p.181-194, 2006.

COIMBRA, J.C. A demanda nos processos de habilitação para a adoção e a função dos dispositivos judiciais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.5, n.2, p.67-78, 2005.

COSTA, L.F.; CAMPOS, N.M.V. A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.19, n.3, p. 221-230, 2003.

COSTA, N.R.A.; ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.20, n.3, p.425-434, 2007.

COWAN, A.B. New strategies to promote the adoption of older children out of foster care. **Children and Youth Services Review**, v.26, p.1007-1020, 2004.

CUNHA, W.H.A. Alguns princípios de categorização, descrição e análise do comportamento. **Ciência e cultura**, v.28, n.1, p.15-24, 1975.

CYR, C.; DOBROVA-KROL, N. Physical growth and cognitive performance in institutionalized children: catch-up and substantial delays. Trabalho apresentado no congresso **Society for Research in Child Development (SRCD)**, Boston, 2007.

DALEN, M. Educational achievement among international adoptees. **Anuário de**

Psicologia, v.38, n.2, p.199-208, 2007.

DANCE, C.; RUSHTON, A. Joining a new family: the views and experiences of young people placed with permanent families during middle childhood. **Adoption & Fostering**, v.29, n.1, p.18-28, 2005.

DANN, R. Look out! Looked after! Look here! Supporting 'looked after' and adopted children in the primary classroom. **Education**, v.3, n.13, p.1-11, 2011.

DANNA, M.F.; MATOS, M.A. **Ensinando observação**: uma introdução. São Paulo: Edicon, 1999.

DEATER-DECKARD, K. Parenting stress and child adjustment: some old hypotheses and new questions. **Clinical Psychology: Science and Practice**, v.5, n.3, p.314-332, 1998.

DIAS, C.M.S.B.D.; SILVA, R.V.B.; FONSECA, C.M.S.M.S. A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. **Contextos Clínicos**, v.1, n.1, p.28-35, 2008.

DUGNANI, K.C.B. **Análise da adaptação familiar e estratégias estabelecidas para construção de vínculos afetivos na adoção tardia**. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

DUMARET, A. IQ, scholastic performance and behaviour of sibs raised in contrasting environments. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v.26, n.4. p.553-580, 1985.

EBRAHIM, S.G. Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.14, n.1, p.73-80, 2001a.

_____. Adoção tardia: uma visão comparativa. **Revista Estudos de Psicologia**, v.18, n.2, p.29-40, 2001b.

ECKENRODE, J.; LAIRD, M.; DORIS, J. School performance and disciplinary problems among abused and neglected children. **Development Psychology**, v.29, n.1, p.53-62, 1993.

FAGUNDES, A.J.F.M. **Descrição, definição e registro de comportamento**. São Paulo: Edicon, 1992.

FREIJO, E.A.; AYALA, J.L.M.; DELGADO, A.O.; OLIVA, A.P. Análisis de los problemas y necesidades educativas de las nuevas estructuras familiares. **Intervención Psicosocial**, v.19, n.3, p.243-251, 2010.

GALLO, C.M.C.L.; BARROS, G.D.; FRANCO, M.L.F.; PERUCHI, M.I.V.P.; FELIPE, S.S.R.; DUARTE, S.H.S.A.; SERRANO, S.A.; CASSIN, W.C. A teoria do apego e a formação e rompimento de vínculos: perspectivas teóricas sobre os efeitos do abrigamento em crianças e adolescentes. In: FRANCO, A.A.P.; MELÃO, M.J.R.

(Orgs.), **Diálogos interdisciplinares: a psicologia e o serviço social nas práticas judiciais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 117-146.

GIBAUD-WALLSTON, J.; WANDERSON, L.P. **Development and utility of the parenting sense of competence scale**. American Psychological Association, Toronto, 1978.

GILMORE, L.A.; CUSKELLY, M. Factor structure of the parenting sense of competence scale using a normative sample. **Child Care, Health & Development**, v.38, n.1, p. 48-55, 2008.

GOLDMAN, G.D.; RYAN, S.D. Direct and modifying influences of selected risk factors on children's pre-adoption functioning and post-adoption adjustment. **Children and Youth Services Review**, v.33, p.291–300, 2011.

GORDON, C. A parenting programme for parents of children with disturbed attachment patterns. **Adoption & Fostering**, v.23, n.4, p.49-56, 1999.

GRAY, D.D. **Attaching in adoption: practical tools for today's parents**. Indianapolis: Perspective Press, 2002.

GREENE, S.; KELLY, R.; NIXON, E.; KELLY, G.; BORSKA, Z.; MURPHY, S.; DALY, A.; WHYTE, J.; MURPHY, C. **A study of intercountry adoption outcomes in Ireland**. Dublin: The Adoption Board, 2007.

GRESHAM, F.; ELLIOT, S. **Social skills rating system: Manual**. USA: American Guidance Service, 1990.

GRIBBLE, K.D. A model for caregiving of adopted children after institutionalization. **Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing**, v.20, n.1, p.14–26, 2007.

GROZA, V.; ROSENBERG, K.F. **Clinical and practice issues in adoption: bridging the gap between adoptees placed as infants and as older children**. Greenwood: Westport, 1998.

GROZA, V.; RYAN, S.D. Pre-adoption stress and its association with child behavior in domestic special needs and international adoptions. **Psychoneuroendocrinology**, v.27, p.181-197, 2002.

GROZA, V.; RYAN, S.D.; CASH, S.J. (2003). Institutionalization, behavior and international adoption: predictors of behavior problems. **Journal of Immigrant Health**, v.5, n.1, p.5-17, 2003.

GUARÁ, I.M.F.R. Abrigo - comunidade de acolhida e socioeducação. In: BAPTISTA, M.V. (Org.), **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 60-68

HABERSAATA, S.A.; TESSIERB, R.; PIERREHUMBERTC, B. Influence of attachment and maternal monitoring style in the emergence of behavioural problems in adolescence in relation to age at adoption. **Schweizer Archivfür Neurologie**

Undpsychiatrie, v.162, n.1, p.21–26, 2011.

HEATH, A.F.; COLTON, M.J.; ALDGATE, J. Failure to escape: a longitudinal study of foster children's educational attainment. **British Journal of Social Work**, v.24, n.3, p. 241-260, 1994.

HILDYARD, K.L.; WOLFE, D.A. Child neglect: developmental issues and outcomes. **Child Abuse & Neglect**, v.26, p.679–695, 2002.

HOWAT-RODRIGUES, A.B.C.; TOKUMARU, R.S.; AMORIM, T.N. Mães adotivas e genéticas: habilidades, insegurança e apoio percebido. **Psico**, v.40, n.2, p.202-209, 2009.

HOWE, D. Developmental attachment psychotherapy with fostered and adopted children. **Child and Adolescent Mental Health**, v.11, n.3, p.128-134, 2006.

HOWE, D.; FEARNLEY, S. Disorders of attachment and attachment therapy. **Adoption & Fostering**, v.23, n.2, p.19-30, 1999.

HUGHES, D.A. Adopting children with attachment problems. **Child Welfare**, v.78, n.5, p.542-560, 1999.

IFAPA (Iowa Foster and Adoptive Parents Association). Adoption Basics for Educators: How Adoption Impacts Children and How Educators Can Help. Disponível em: <http://www.ifapa.org/pdf_docs/AdoptionBasicsforEducators.pdf> Acesso em: 15/3/2012.

JOJIMA, A.R. Os limites da adotabilidade de crianças no Brasil. In: FREIRE, F. (Org.), **Abandono e adoção**: contribuições para uma cultura da adoção. Curitiba: Terre des hommes, 1991. p. 153-154.

JUDGE, S. Adoptive families: the effects of early relational deprivation in children adopted from eastern european orphanages. **Journal of Family Nursing**, v.10, n.3, p.338-356, 2004.

LARSON, G.J. The parenting experiences of infertile couples who adopt. **Dissertation Abstracts International - Section B: The Sciences and Engineering**, p. 873, 1999.

LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. São Paulo: Harbra, 1987.

LEVY, L.; PINHO, P.G.R. Adoção em dois tempos. **Cadernos de Psicologia (VIJRJ)**, v.1, p.45-52, 2004.

LIMA, A. **O outro lado da adoção tardia**: reflexões sobre uma adoção tardia. São Paulo: Scortecci, 2011.

LIMA, A.G. **A produção de saberes profissionais no preparo dos adotantes para a adoção tardia**. 86f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MACCOBY E.; MARTIN, J. Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In: HETHERING, E.M. (Org.), **Handbook of child psychology: 4. Socialization, personality, and social development**. New York: Wiley, 1983. p. 1-101.

MAIN, M.; SOLOMON, J. Discovery of an insecure-disorganized/disoriented attachment pattern: Procedures, findings, and implications for the classification of behavior. In: BRAZELTON, T.B; YOGMAN, M.W (Orgs.), **Affective Development in Infancy**. Norwood: Ablex, 1986. p.95-124.

MARIANO, F.N.; ROSSETI-FERREIRA, M.C. Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.21, n.1, p.11-19, 2008.

MCLAUGHLIN, K.A.; ZEANAH, C.H.; FOX, N.A.; NELSON, C.A. Attachment security as a mechanism linking foster care placement to improved mental health outcomes in previously institutionalized children. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v.53, n.1, p.46–55, 2011.

MELLO, A.C.C., MICHELETTI, M.F.; LEITE, L.A.V.M. Adoções, esperas, desejos, realidades... o que dizem os números - levantamento para pesquisa. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v.25, n.1-05, p.49-57, 2005.

MERZ, E.C.; MCCALL, R.B. Behavior problems in children adopted from psychosocially depriving institutions. **Journal of Abnormal Child Psychology**, v.38, n.4, p.459-470, 2010.

MILLER, L.C. Immediate behavioral and developmental considerations for internationally adopted children transitioning to families. **Pediatric Clinics of North America**, v.52, p.1311-1330, 2005.

MITCHELL, C. **Adoption Awareness in School Assignments: A Guide for Parents and Educators**. Ringoes: Tapestry Books, 2007.

MOLINA, M.F. Descripción del proceso de adaptación infantil en adopciones especiales: Dificultades y cambios observados por los padres adoptivos. **Anales de Psicología**, v.18, n.1, p.151-168, 2002.

MUNDACA, M.R.; RAYO, I.G.; DÍAZ, P.A. Factores que influyen en el apego y la adaptación de los niños adoptados. **Revista de Psicología**, v.9, p.1-16, 2000.

NASCIMENTO, M.L.; LACAZ, A.S.; ALVARENGA FILHO, J.R. Entre efeitos e produções: ECA, abrigos e subjetividades. **Barbarói**, v.3, p.50-64, 2010.

NASCIMENTO, M.L.N.; LACAZ, A.S.; TRAVASSOS, M. Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA. **Aletheia**, v.31, p.16-25, 2010.

NARAD, C.; MASON, P.W. International adoptions: myths and realities. **Pediatric Nursing**, v.30, n.6, p.483-487, 2004.

NIEMANN, S. Attachment behavior in children adopted internationally. **Dissertation Abstracts International - Section B: The Sciences and Engineering**, p. 925, 2010.

NOWAK-FABRYKOWSKI, K.; HELINSKI, M.; BUCHSTEIN, F. Reflection of foster parents on caring for foster and adopted children and their suggestions to teachers. **Early Child Development and Care**, v.179, n.7, p.879-887, 2009.

O'BRIEN, K.M.; ZAMOSTNY, K.P. Understanding adoptive families: an integrative review of empirical research and future directions for counseling psychology. **The Counseling Psychologist**, v.31, n.6, 679-710, 2003.

O'CONNOR, T.O.; ZEANA, C.H. Attachments disorders: assessment strategies and treatment approaches. **Attachment & Human Development**, v.5, n.3, p.223-244, 2003.

OHAN, J.L.; LEUNG, D.W.; JOHNSTON, C. The parenting sense of competence scale: evidence of a stable factor structure and validity. **Canadian Journal of Behavioural Science**, v.32, n.4, p.251-261, 2000.

OLIVEIRA, R.M.; WEBER, L.N.D.; LIMA, G.F.; PEREIRA, C.L. Investigação da qualidade de vida de crianças e adolescentes que moram em um abrigo na cidade de Curitiba. In: XVIII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental, **Anais do XVIII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental**. Campinas: ABPMC, 2009. p.283-284.

ORIONTE, I.; SOUSA, S.M.G. O significado do abandono para crianças institucionalizadas. **Psicologia em Revista**, v.11, n.17, p.29-46, 2005.

PACE, C.S.; ZAVATTINI, G.C. Adoption and attachment theory: the attachment models of adoptive mothers and the revision of attachment patterns of their late-adopted children. **Child: care, health and development**, 2010.

PAIVA, L. de D. O psicólogo judiciário e as "avaliações" nos casos de adoção. In: SHINE, S. (Org.), **Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 73-112.

PALACIOS, J.; ROMÁN, M.; MORENO, C.; LEÓN, E. Family context for emotional recovery in internationally adopted children. **International Social Work**, v.52, n.5, p.609-620, 2009.

PALACIOS, J.; SÁNCHEZ, Y. Niños adoptados y non adoptados: un estudio comparativo. **Anuario de Psicología**, v.71, p. 63-85, 1996.

PALACIOS, J.; SÁNCHEZ-SANDOVAL, Y.; LEÓN, E. Adopción y problemas de conducta. **Revista Iberoamericana de diagnóstico y evaluación psicológica**, v.19, n.1, p.171-190, 2005.

PALLANT, J.F. **SPSS survival manual: a step by step guide to data analysis using SPSS**. Allen & Unwin: Crows Nest, 2005.

PAULI, S.C.; ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Construção das dificuldades de aprendizagem em crianças adotadas. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.138, p.881-895, 2009.

PEDRO-VIEJO, A.B. **La adaptación familiar en adopción internacional**: una muestra de adoptados mayores de tres años en la Comunidad de Madrid. Madrid: Consejo Económico y Social, 2005.

PEREIRA, P.C.; SANTOS, A.B.; WILLIAMS, L.C.A. Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v.25, n.1, p.19-28, 2009.

PETERS, B.R.; ATKINS, M.S.; MCKAY, M.M. Adopted children's behavior problems: a review of five explanatory models. **Clinical Psychology Review**, v.19, n.3, p. 297–328, 1999.

PHILLIPS, S.N. Parents' perceptions of their adopted children's adjustment: Perceived similarity, reported problems, and adoption satisfaction. **Dissertation Abstracts International - Section B: The Sciences and Engineering**, v.64, n.5-B. p. 2400, 2003.

PINDERHUGHES, E.E. Toward understanding family readjustment following older child adoptions: the interplay between theory generation and empirical research. **Children and Youth Services Review**, v.18, n.112, p.115-138, 1996.

_____. Short term placement outcomes for children adopted after age five. **Children and Youth Services Review**, v.20, n.3, p.223-249, 1998.

PRADA, C.G.; WEBER, L.N.D. O abrigo: análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições. **Revista de Psicologia da UNESP**, v.5, n.1, p.1-12, 2006.

PRADA, C.G.; WILLIAMS, L.C.A.; WEBER, L.N.D. Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.9, n.2, p.14-25, 2007.

PRATHER, W.; GOLDEN, J.A. A behavioral perspective of childhood trauma and attachment issues: toward alternative treatment approaches for children with a history of abuse. **International Journal of Behavioral Consultation and Therapy**, v.5, n.1, p.56-74, 2009.

PRESTES, A.B. **Ao abrigo da família**: emoções, cotidiano e relações em instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar. Curitiba: CRV, 2011.

PURVIS, K.B.; CROSS, D.R.; PENNINGS, J.S. International adoption of post-institutionalized children: implications for school counselors. **Journal of School Counseling**, v.5, n.22, 2007.

REES, C. Children's attachments. **Paediatrics and Child Health**, v.18, n.5, p. 219-226, 2008.

RIJK, C. **Coping with the effects of deprivation**: development and up-bringing of romanian adoptees in the Netherlands. Enschede: Print Partners Ipskamp, 2008.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

ROBERSON, K.C. Attachment and caregiving behavioral systems in intercountry adoption: A literature review. **Children and Youth Services Review**, v.28, p.727-740, 2006.

ROSA, E.M.; SANTOS, A.P.; MELO, C.R.S.; SOUZA, M.R. Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. **Estudos de Psicologia**, v.15, n.3, p. 233-241, 2010.

RUSHTON, A.; MAYES, D.; DANCE, C.; QUINTON, D. Parenting late-placed children: the development of new relationships and the challenge of behavioural problems. **Clinical Child Psychology and Psychiatry**, v.8, n.3, p.389-400, 2003.

RUSHTON, A.; MONCK, E.; LEESE, M.; MCCRONE, P.; SHARAC, J. Enhancing adoptive parenting: a randomized controlled trial. **Clinical Child Psychology and Psychiatry**, v.15, n.4, p.529-542, 2010.

RUSHTON, A.; MONCK, E.; UPRIGHT, H.; DAVIDSON, M. Enhancing adoptive parenting: devising promising interventions. **Child and Adolescent Mental Health**, v.11, n.1, p.25-31, 2006.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C F.; LÚCIO, P.B. **Metodologia de Pesquisa**. São. Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SAMUELS, S.C. **Ideal adoption**: a comprehensive guide to forming an adoptive family. New York: Plenum Press, 1990.

SASSON, M.D.H.; SUZUKI, V.K. Adoção de crianças maiores: percepções de profissionais do serviço de auxílio à infância. **Revista de Psicologia da UNESP**, v.10, n.1, p.136-150, 2011.

SCHETTINI, S.M.M. **Filhos por adoção**: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos. 212f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

SCHETTINI, S.S.M.; DIAS, C.M.S.B. Filhos por adoção: um estudo sobre as dificuldades percebidas no seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos. **Revista Symposium**, v.11, n.1, p.15-26, 2007.

SCHMIDLKOFER, K.L. The development of family cohesiveness: A qualitative strengths-based study regarding the parental beliefs of internationally adoptive

parents and the evolution of a family unit. **Dissertation Abstracts International - Section B: The Sciences and Engineering**, p.7150, 2009.

SEQUEIRA, V.C. Resiliência e abrigos. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v.29, n.01/09, p.65-80, 2009.

SILVA, E.R.A. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília : IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, J.A. **Adoção de crianças maiores**: percepções e vivências dos adotados. 114f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVER, L.B. Frequency of adoption of children and adolescents with learning disabilities. **Journal of Learning Disabilities**, v.22, n.5, p. 325-327, 1989.

SIMSEK, Z.; EROL, N.; ÖZTOP, D.; MÜNIR, K. Prevalence and predictors of emotional and behavioral problems reported by teachers among institutionally reared children and adolescents in Turkish orphanages compared with community controls. **Children and Youth Services Review**, v.29, p.883–899, 2007.

SOUZA, H.P. **Adoção**: exercício da fertilidade afetiva. São Paulo: Paulinas, 2008.

STAMS, G.J.M.; JUFFER, F.; RISPENS, J.; HOKSBERGEN, R.A.C. The development and adjustment of 7-year-old children adopted in infancy. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v.41, n.8, p.1025-1037, 2000.

TAN, T.X. History of early neglect and middle childhood social competence: an adoption study. **Adoption Quarterly**, v.9, n.4, p.59-72, 2006.

TAYMANS, J.M.; MAROTTA, S.A.; LYNCH, S.J.; RILEY, D.B.; ORITZ, D.M.; SCHUTT, J. M. L.; MALLERY, C.J.; EMBICH, J.L. Adoption as a diversity issue in professional preparation: Perceptions of preservice education professionals. **Adoption Quarterly**, v.11, n.1, p.24-44, 2008.

VAN DEN DRIES, L.; JUFFER, F.; VAN IJZENDOORN, M.H.; BAKERMANS-KRANENBURG, M.J. Fostering security? A meta-analysis of attachment in adopted children. **Children and Youth Services Review**, v.31, n.3, p.410–442, 2009.

VAN IJZENDOORN, M.H.; JUFFER, F. Adoption is a successful natural intervention enhancing adopted children's IQ and school performance. **Current Directions in Psychological Science**, v.14, n.6, p.326-330, 2005.

VAN IJZENDOORN, M.H.; JUFFER, F. The Emanuel Miller memorial lecture 2006: adoption as intervention. meta-analytic evidence for massive catch-up and plasticity in physical, socio-emotional, and cognitive development. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v.47, n.12, p.1228–1245, 2006.

VAN IJZENDOORN, M.H.; JUFFER, F.; POELHUIS, C.W.K. Adoption and cognitive development: a meta-analytic comparison of adopted and nonadopted children's IQ

and school performance. **Psychological Bulletin**, v.131, n.2, p.301-316, 2005.

VARGAS, M.M. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VAUGELADE, A.J.; DUYPEB, M.; FICHCOTT, D. La scolarité des enfants adoptés comparée à celle des non adoptés. **Neuropsychiatrie de l'enfance et de l'adolescence**, v.56, p.455-460, 2008.

VERÍSSIMO, M.; SALVATERRA, F. O modelo interno dinâmico da mãe e o comportamento de base segura dos seus filhos num grupo de crianças adoptadas. **Psicologia (Lisboa)**, v.20, n.1, p.37-50, 2006.

VIEIRA, J.M. Adoção em matizes: os filhos que queremos são os que podemos ter? **Revista da UFG**, v.5, n.2, p.42-45, 2003.

_____. **Os filhos que escolhemos**: discursos e práticas da adoção em camadas médias. 192f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

WEBER, L.N.D. Da institucionalização à adoção: um caminho possível. **Igualdade Curitiba**, v.9, n.3, 1995.

_____. O filho universal: Um estudo comparativo de adoções nacionais e internacionais. **Direito de Família e Ciências Humanas**: Caderno de Estudos, v.2, p.119-152, 1998a.

_____. Filhos adotivos e rendimento escolar: mitos e verdades. **Actas do IV Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia**, Braga - Portugal, 1998b. p.302-307.

_____. **Aspectos psicológicos da adoção**. Curitiba: Juruá, 1999a.

_____. **Laços de ternura**: pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Juruá, 1999b.

_____. **Pais e filhos por adoção no Brasil**: características, expectativas e sentimentos. Curitiba: Juruá, 2001.

_____. Adoção: breve análise das relações familiares. In: BRANDÃO, M.Z.S. (Org.), **Sobre Comportamento e Cognição**. Santo André: ESETEC, 2003. p. 512-526.

_____. Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: problemas e soluções. **O Social em Questão**, v.14, p.53-70, 2005.

_____. **Adote com carinho**: um manual sobre aspectos essenciais da adoção. Curitiba: Juruá, 2011.

WEBER, L.N.D.; CORNÉLIO, S.A. Filhos adotivos: amores e dissabores. **Revista Humanas**, v.4, p.119-164, 1995.

WEBER, L.N.D.; KOSSOBUDZKI, L.H.M. **Filhos da solidão**: institucionalização, abandono e adoção. Curitiba: Governo do Paraná, 1996.

WEBER, L.N.D.; PEREIRA, C.L. Resiliência, estresse parental e satisfação: uma comparação entre pais adotivos e biológicos In: 17º Evento de Iniciação Científica, **Anais do 17º EVINCI**. Curitiba: UFPR, 2009. p. 562.

_____. Pretendentes à adoção: características, perfil e bem-estar psicológico. In: XL Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, **Resumos de Comunicação Científica**. Curitiba: SBP, 2010.

WEITZMAN, C.; ALBERS, L. Long-term developmental, behavioral, and attachment outcomes after international adoption. **Pediatric Clinics of North America**, v.52, p.395– 1419, 2005.

WIERZBICKI, M. Psychological adjustment of adoptees: a meta-analysis. **Journal of Clinical Child Psychology**, v.22, n.4, p.447-454, 1993.

WIIK, K.L., LOMAN, M.M., VAN RYZIN, M.J., ARMSTRONG, J.M., ESSEX, M.J., POLLAK, S.D.; GUNNAR, M.R. Behavioral and emotional symptoms of post-institutionalized children in middle childhood. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v.52, p.56–63, 2011.

ZAMIGNAN, D.R.; MEYER, S.B. Comportamento verbal no contexto clínico: contribuições metodológicas a partir da análise do comportamento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v.9, n.2, p.241-259, 2007.

7. Anexos

Anexo A

A) Dados sobre os pais adotivos

1. Qual a sua idade?

2. Sexo? 1.()F 2.()M

3. Qual a sua escolaridade?

- 1.() Ensino fundamental incompleto
- 2.() Ensino fundamental completo.
- 3.() Ensino médio incompleto
- 4.() Ensino médio completo
- 5.() Ensino superior incompleto
- 6.() Ensino superior completo

4. Qual religião você pratica?

- 1.() Católica 2.() Protestante 3.() Espírita 4.() Nenhuma 5.() Outra. Qual:

5. Qual era o seu estado civil na época da adoção?

- 1.() Solteiro 2.() Casado 3.() Separado 4.() Viúvo 5.() Outro Qual:

6. Qual a cor de pele da mãe adotiva?

- 1.() Branca 2.() Negra 3.() Parda ou mulata 4.() Amarela 5.() Não tem mãe adotiva

7. Qual a cor de pele do pai adotivo?

- 1.() Branca 2.() Negra 3.() Parda ou mulata 4.() Amarela 5.() Não tem pai adotivo

8. Você tem filhos biológicos?

- 1.() Nenhum 2.() Um 3.() Dois 4.() Três 5.() Mais de três

9. Qual a idade atual dos seus filhos biológicos?

10. Quantos filhos adotivos você tem? 1.() Um 2.() Dois 3.() Três 4.() Mais de três

11. Quantos de seus filhos foram adotados a partir dos dois anos de idade?

B) Dados sobre o filho por adoção e o relacionamento afetivo

Serão solicitadas algumas informações sobre o seu filho que foi adotado a partir dos dois anos. **Se você adotou mais de uma criança** a partir dos dois anos de idade, responda sobre a adoção **mais recente**. Se esta adoção envolveu um **grupo de irmãos**, responda sobre o filho **mais velho**. Pense neste filho ao responder o resto do questionário.

12. Qual era idade do seu filho quando você obteve a guarda dele?

13. Quanto tempo demorou para o processo de adoção ser concluído?

14. Qual é a idade atual do seu filho?

15. Qual o sexo do seu filho? 1.() F 2.() M

16. Ele foi adotado junto com os irmãos?

1.(☐)Não 2.(☐) Sim. Qual era a idade dos irmãos?

17. Qual a cor de pele do seu filho?

1.(☐) Branca 2.(☐) Negra 3.(☐) Parda ou mulata 4.(☐) Amarela

18. Seu filho possuía problemas de saúde na época da adoção?

1.(☐) Não 2.(☐) Sim. Quais?

19. Seu filho passou por tentativas anteriores de adoção?

1.(☐)Não 2.(☐) Sim 3.(☐) Não sei

20. Se seu filho passou por outras tentativas de adoção, o que sabe sobre estas experiências?

21. Você sabe, aproximadamente, quanto tempo seu filho permaneceu abrigado em instituições de acolhimento?

1.(☐)Não 2.(☐) Sim. Quanto tempo?

22. Quais os motivos pelos quais o seu filho foi abrigado? (Pode assinalar mais de uma opção)

- 1.(☐) Negligência
- 2.(☐) Abuso físico
- 3.(☐) Abuso sexual
- 4.(☐) Pobreza
- 5.(☐) Pais usuários de drogas
- 6.(☐) Violência doméstica
- 7.(☐) Não sei
- 8.(☐) Outros. Quais:

23. Como ocorreu o processo de vinculação afetiva entre seu filho e:

a) Você?

b) Seu cônjuge, se era casado(a) na época da adoção?

c) Seus outros filhos, se você já tinha filhos antes da adoção?

d) Família extensa (primos, tios, avós)?

24. Quanto tempo demorou para seu filho lhe chamar de mãe/pai?

25. Existiram dificuldades na vinculação afetiva entre você e seu filho?

1.(☐) Não 2.(☐) Sim

26. Quais aspectos facilitaram ou dificultaram a vinculação afetiva entre você e seu filho?

27. Quais comportamentos do seu filho você achou mais difíceis de lidar no início da convivência familiar?

C) Dados sobre vivências escolares

Serão solicitadas algumas informações sobre a vida escolar de seu filho. Se ele **ainda não frequentar pré-escola ou escola**, você não precisa responder as próximas perguntas.

28. Seu filho cursa qual série de ensino atualmente?

29. Você passou alguma informação sobre a adoção de seu filho para a escola? Quais informações?

30. Seu filho apresenta alguma dificuldade relacionada ao ambiente escolar?

1. () Não 2. () Sim. Quais?

31. Como você classifica o desempenho escolar de seu filho?

1.()Muito insuficiente 2.() Insuficiente 3.()Regular 4.()Bom 5.()Muito bom

32. Seu filho já passou por algum constrangimento ou discriminação no ambiente escolar por ter sido adotado? Qual foi a reação dele?

33. Como seu filho se relaciona com os colegas de classe?

34. Seu filho já foi tratado de forma diferente por alguém da escola pelo fato de ter sido adotado?

35. Você tem algum conselho a passar para professores sobre a forma como devem ser tratadas as crianças que foram adotadas e/ou o tema adoção no ambiente escolar?

As próximas perguntas são direcionadas aos pais que adotaram seu filho **quando ele já frequentava a escola**. Se seu filho não estava em idade escolar na época da adoção, deixe estas próximas questões em branco.

36. Quando seu filho foi adotado ele estava em qual série de ensino?

37. Houve mudança de escola após a adoção? 1. () Não 2. () Sim

38. O que motivou sua escolha em manter ou mudar seu filho de escola?

39. Se houve mudança de instituição, como o seu filho se adaptou à nova escola?

40. Os documentos da criança, inclusive o sobrenome somente são modificados ao fim do processo de adoção. Se houve mudança de instituição escolar, durante o estágio de convivência, você ou seu filho passaram por alguma dificuldade ou constrangimento na nova escola por terem sobrenomes diferentes? Como lidaram com a situação?

Anexo B

Pense no **comportamento atual** do seu filho e responda com que frequência ele apresenta os comportamentos descritos, conforme a escala abaixo.

(0)= Nunca (1) = Algumas vezes (2) = Frequentemente

1. Briga com os outros	0	1	2
2. Mostra-se triste ou depressivo	0	1	2
3. Parece solitário	0	1	2
4. Tem baixa autoestima	0	1	2
5. Ameaça ou maltrata os outros	0	1	2
6. Perturba as atividades em andamento	0	1	2
7. Demonstra ansiedade em estar em um grupo de crianças	0	1	2
8. Discute/briga com os outros	0	1	2
9. É irrequieto ou se movimenta excessivamente	0	1	2
10. Desobedece a regras ou pedidos	0	1	2
11. Responde/retruca aos adultos quando corrigido	0	1	2
12. Age impulsivamente	0	1	2
13. Não escuta o que as outras pessoas dizem	0	1	2
14. Fica envergonhado facilmente	0	1	2
15. Distrai-se facilmente	0	1	2
16. Fica brabo com facilidade	0	1	2
17. Tem acessos de raiva	0	1	2

Anexo C

Responda os itens abaixo indicando **o quanto se identifica** com cada afirmação, de acordo com a seguinte escala:

(1) = **Concordo fortemente** (2) = **Concordo parcialmente** (3) = **Concordo**
(4) = **Discordo** (5) = **Discordo parcialmente** (6) = **Discordo fortemente**

1. Embora ser pai/mãe possa ser gratificante, sinto-me frustrado(a) em ser pai/mãe atualmente na idade em que se encontra meu filho	1	2	3	4	5	6
2. Eu vou para a cama da mesma forma que eu acordo de manhã, sentindo que eu não realizei tudo que tinha para fazer	1	2	3	4	5	6
3. Eu não sei porque isso acontece, mas algumas vezes, quando eu deveria estar no controle, eu sinto como se estivesse sendo manipulado(a)	1	2	3	4	5	6
4. Eu seria um bom modelo a ser seguido se uma pessoa precisasse aprender a ser um bom(a) pai/mãe (*)	1	2	3	4	5	6
5. Um problema difícil em ser pai/mãe é não saber se você está fazendo um bom trabalho ou não	1	2	3	4	5	6
6. Algumas vezes eu me sinto como se não estivesse fazendo nada	1	2	3	4	5	6
7. As habilidades que possuo para cuidar do meu filho satisfazem as minhas próprias expectativas (*)	1	2	3	4	5	6
8. Se alguém pode encontrar a resposta para o que está causando um problema a meu filho, esta pessoa sou eu (*)	1	2	3	4	5	6
9. Meus talentos e interesses estão em outras áreas, não em ser pai/mãe	1	2	3	4	5	6
10. Se ser um(a) pai/mãe de uma criança fosse simplesmente mais interessante, eu me sentiria motivado(a) a fazer um trabalho melhor como pai/mãe	1	2	3	4	5	6
11. Considerando o tempo em que sou pai/mãe eu me sinto completamente à vontade com esse papel (*)	1	2	3	4	5	6
12. Eu acredito honestamente que tenho todas as habilidades necessárias para ser um bom(a) pai/mãe para meu filho (*)	1	2	3	4	5	6
13. Ser pai/mãe me deixa ansioso(a) e tenso(a)	1	2	3	4	5	6
14. Ser um(a) bom(a) pai/mãe é gratificante por si só (*)	1	2	3	4	5	6

(*) **Itens inversos**

Anexo D

Leia cada uma características e indique com um X o número que melhor descreve o seu filho, atualmente, utilizando a escala abaixo:

**(1) = Nunca (2) = Algumas Vezes (3) = Muitas vezes
(4) = Quase Sempre (5) = Sempre**

1. Fica preocupado(a) se tiver que depender das outras pessoas	1	2	3	4	5
2. Acha difícil confiar totalmente nas outras pessoas	1	2	3	4	5
3. Fica preocupado(a) com a possibilidade de ser abandonado(a)	1	2	3	4	5
4. Gosta de se sentir próximo das outras pessoas	1	2	3	4	5
5. Fica preocupado(a) com a possibilidade de ficar sozinho(a)	1	2	3	4	5
6. Acha bom estar próximo de outras pessoas	1	2	3	4	5
7. Fica preocupado(a) com a possibilidade de não ser aceito(a) pelos outros	1	2	3	4	5
8. Prefere não demonstrar os seus sentimentos	1	2	3	4	5
9. Os outros podem contar com ele quando pedem ajuda	1	2	3	4	5
10. Quando se sente desconfortável, mantém os outros à distância	1	2	3	4	5
11. Sabe que os outros estarão presentes se precisar de ajuda	1	2	3	4	5
12. Sente que pode contar com os outros se for necessário	1	2	3	4	5
13. Fica preocupado(a) achando que os amigos não querem estar com ele(a)	1	2	3	4	5
14. É muito importante para ele(a) sentir-se independente	1	2	3	4	5
15. Prefere não depender das outras pessoas	1	2	3	4	5
16. Fica preocupado(a) que outras pessoas não gostem dele(a)	1	2	3	4	5
17. Prefere que as outras pessoas não dependam dele(a)	1	2	3	4	5
18. Não gosta de falar aos outros o que pensa e sente	1	2	3	4	5
19. Fica preocupado(a) com a possibilidade de não causar boa impressão nos outros	1	2	3	4	5
20. Acredita que será rejeitado pelos outros caso não se comporte bem	1	2	3	4	5
21. Respeita os sentimentos dos outros	1	2	3	4	5
22. Sabe que pode contar com os amigos quando for necessário	1	2	3	4	5
23. As outras pessoas o(a) aceitam da forma que ele(a) é	1	2	3	4	5
24. Duvida que os amigos gostem realmente dele(a)	1	2	3	4	5

Anexo E

Caro(a)Participante:

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná e tem o objetivo de compreender características da interação entre pais e filhos em famílias que adotaram crianças a partir dos dois anos.

Pretende-se investigar aspectos da vinculação afetiva estabelecida pelos membros da família, sentimentos e percepções dos pais a respeito da parentalidade, características comportamentais da criança e as vivências familiares relacionadas ao ambiente escolar.

Precisamos da colaboração de pais que adotaram crianças a partir dos dois anos, cujos filhos estejam, atualmente, com a idade entre 5 e 17 anos. Esperamos que este estudo forneça informações importantes que possam embasar intervenções de profissionais que trabalham no acompanhamento e orientação de famílias adotivas.

A sua participação é voluntária e anônima. Não será feito nenhum tipo de identificação individual, pois os dados serão analisados em conjunto de maneira estatística e preservados o sigilo e a ética das pesquisas em Psicologia. Para maiores esclarecimentos você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo estudo a psicóloga Cristina Lopes Pereira (CRP 08/16.005) ou sua orientadora Prof^a Dra Lidia Weber (CRP 08/774) pelo telefone (41) 3310-2669 ou pelos endereços de e-mail: cristinalopes@ufpr.br e a@ufpr.br.

Eu concordo em participar da pesquisa.